



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PRAC
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE MESTRADO**

RICARDO JORGE SILVEIRA GOMES

**EVANGÉLICOS VÃO ÀS URNAS: participação das Igrejas Pentecostais no
pleito eleitoral de 2004, no município do Cabo de Santo Agostinho-PE**

RECIFE

2017



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PRAC
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE MESTRADO

RICARDO JORGE SILVEIRA GOMES

EVANGÉLICOS VÃO ÀS URNAS: participação das Igrejas Pentecostais no pleito eleitoral de 2004, no município do Cabo de Santo Agostinho-PE

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. José Tadeu Batista de Souza

Área de conhecimento: Ciências Humanas: Ciências da Religião e Teologia.

RECIFE

2017

RICARDO JORGE SILVEIRA GOMES

EVANGÉLICOS VÃO ÀS URNAS: participação das Igrejas Pentecostais no pleito eleitoral de 2004, no município do Cabo de Santo Agostinho-PE.

Dissertação de Mestrado de Ricardo Jorge Silveira Gomes, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, no Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, pela seguinte Banca Examinadora.

Recife, ____ de _____ de 2017.

Prof. Dr. José Tadeu Batista de Souza
Orientador

Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral - UNICAP
Examinador Interno

Profa. Dra. Emanuela Souza Ribeiro - UFPE
Examinadora Externa

A Deus.

À minha mãe, Maria Lucia Silveira, que me ama, educa, guia e motiva e por quem, além do amor, eu nutro grande admiração.

À minha irmã, Karla Augusta, e aos irmãos, Paulo Roberto, Mario Luiz e Carlos Henrique (em memória), companheiros de caminhada, luzeiros na estrada, pouso no cansaço, conforto na dor, motivação no desânimo, parceria, exemplo, amor.

Sem o apoio deles, esta dissertação não teria sido realizada. A eles, meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

A minha querida mãe Maria Lúcia Silveira, principal responsável pela minha vida e a quem devo meu caráter e disciplina ao trabalho.

Ao mesmo tempo, estendo meus agradecimentos à minha irmã, Karla Augusta, e aos meus irmãos, Paulo Roberto, Mario Luiz e Carlos Henrique (In memoriam), demais familiares e amigos que sempre me incentivaram e torceram pela minha vitória, constituíram uma torcida organizada.

Este agradecimento se estende também ao meu amigo, professor e orientador, Dr. José Tadeu Batista de Souza. A este devo a confiança em minha capacidade como pesquisador além da paciência e tranquilidade para me transmitir os ensinamentos da Ciência da Religião na Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Aos demais professores e orientadores a quem aprendi a respeitar e admirar, Prof. Dr. Newton Cabral, Prof. Dr. Drance Elias da Silva, Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques, Prof. Dr. Gilbráz de Souza Aragão, pelo estímulo ao desenvolvimento desta dissertação e fundamentais ensinamentos que contribuíram, de forma incomensurável, ao longo da pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, ao administrativo e demais profissionais do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião.

Aos meus amigos com os quais aprendi a compartilhar na sala de aula, nas publicações dos congressos, e em todas as trocas de saberes que ocorreram durante o curso. Meu muito obrigado a Rafael Villaça, Adriana Figueiredo, Severina Madalena, Eroflim Queiroz, Vanessa Nunes.

E a todos que contribuíram no processo de elaboração desta dissertação, e que, nesse momento, tomado pelos limites humanos, tenha esquecido de mencionar.

RESUMO

O propósito dessa dissertação é investigar as práticas políticas dos parlamentares pentecostais no pleito eleitoral de 2004 no município do Cabo de Santo Agostinho. São estudados os fatores sociais e políticos que levaram as igrejas evangélicas pentecostais a se engajarem no pleito eleitoral. A pesquisa partiu dos pressupostos de que os principais fatores que motivam tais igrejas a se engajarem nos pleitos eleitorais foram a capacidade de influência política no exercício das funções previstas na Constituição Federal, assim como uma tendência de pluralidade de posicionamentos, evidenciando uma maior liberdade no que diz respeito à atuação no espaço político partidário. As questões que a pesquisa buscou responder atrelam não só à identificação e qualificação dos sujeitos, objetos de análise, mas também aos aspectos relacionados às suas intenções e aos modos de atuação no alcance de seus objetivos. Em outras palavras buscou-se responder: quem eram os membros e agentes religiosos que concorreram aos cargos de vereadores, no município do Cabo de Santo Agostinho, nas Eleições de 2004? O que eles buscavam? E como cada instituição religiosa ou candidato se organizou para atrair os votos dos fiéis? Os caminhos metodológicos percorridos foram as leituras da bibliografia especializada, a pesquisa documental referente à trajetória política e religiosa dos personagens que lograram êxito nos pleitos eleitorais, em cargos públicos do poder legislativo.

Palavras-chave: Religião e Política. Evangélicos. Pentecostais. Pleitos Eleitorais. Cabo de Santo Agostinho.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to investigate the political practices of Pentecostal parliamentarians in the 2004 electoral process in the city of Cabo de Santo Agostinho City, Pernambuco, Brazil. We will study the social and political factors that led the Pentecostal evangelical churches to engage in the electoral process. The research started from the assumptions that the main factors that motivate such churches to engage in electoral litigation were the capacity for political influence in the exercise of the functions set forth in the Federal Constitution, as well as a tendency of plurality of positions, evidencing a greater freedom in what concerns the performance in the party political space. The questions that the research sought to answer not only relate to the identification and qualification of subjects, objects of analysis, but also aspects related to their intentions and ways of acting in the attainment of their objectives. In other words, it was tried to answer: who were the members and religious agents that competed for the positions of councilmen, in the city of Cabo de Santo Agostinho, in the Elections of 2004? What were they looking for? And how did each religious institution or candidate organized themselves to attract the votes of the faithful? The methodological paths followed were the readings of the specialized bibliography, the documentary research related to the political and religious trajectory of the characters that were successful in the elections, in public offices of the Legislative Power.

Key words: Religion and Politics. Evangelicals. Pentecostals. Elections. Cabo de Santo Agostinho City.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMI	Conselho Mundial das Igrejas
CPC	Conselho de Pastores do Cabo de Santo Agostinho
ECPC	Estatuto do Conselho de Pastores do Cabo de Santo Agostinho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PPS	Partido Progressista Social
PSB	Partido Social Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido dos Trabalhadores Brasileiros
PTC	Partido Trabalhista Cristão
TER	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de candidatos do pleito do Cabo de Santo Agostinho - PE em 2004	444
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil etário, de ocupação e de escolaridade dos Candidatos Evangélicos Pentecostais ao Pleito de 2004	477
Quadro 2 - Perfil dos Candidatos – Denominação e Partido Político.	52
Quadro 3 - Perfil etário, de ocupação e de escolaridade dos Candidatos Evangélicos Pentecostais entrevistados na pesquisa do Pleito de 2004.	76
Quadro 4 - Perfil dos Candidatos entrevistados – Denominação e Partido Político.	777
Quadro 5 - Perfil etário, de ocupação e de escolaridade do membro do conselho de pastores entrevistado.	788
Quadro 6 - Perfil etário, de ocupação e de escolaridade dos membros das Assembleias de Deus e das Pentecostais Assembleia de Deus.....	799

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma das etapas da pesquisa.....	70
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA NO BRASIL	15
1.1 Estado Laico e as considerações acerca da Constituição Federal de 1988	18
1.2 Religião e Política no contexto das Igrejas Evangélicas Brasileiras	233
1.3 O crescimento evangélico na sociedade e na política.....	277
1.4 Pleitos eleitorais: relação de poder entre líderes e leigos	31
1.5 A política na visão dos evangélicos pentecostais.....	355
CAPÍTULO 2 UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS EVANGÉLICOS PENTECOSTAIS NO PLEITO ELEITORAL DE 2004, NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	399
2.1 O crescente interesse dos pentecostais pelo Poder Legislativo.....	41
2.2 O perfil dos políticos pentecostais no pleito eleitoral de 2004 do município do Cabo de Santo Agostinho	455
2.3 O comportamento eleitoral dos candidatos e dos fiéis pentecostais	544
2.4 O surgimento do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e sua articulação política e religiosa	598
2.5 A Repercussão da Criação do Conselho Mundial de Igrejas no Brasil – CMI...622	
2.6 O Conselho de Pastores do município do Cabo de Santo Agostinho	666
CAPÍTULO 3 O ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS LÍDERES PENTECOSTAIS DA CIDADE DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	699
3.1 Etapas da Pesquisa	70
3.1.1 Etapa 1 – Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	70
3.1.2 Etapa 2 – Trabalho de campo	71
3.1.3 Etapa 3 - Tratamentos dos dados	722
3.2 Análise	744
3.2.1 Análise dos dados gerais da pesquisa	755
3.2.2 Relacionamento entre o governo municipal e as igrejas evangélicas	80
3.2.3 Motivos do engajamento político na Câmara de Vereadores	844
3.2.4 Mobilização das igrejas para fazer política partidária	888
3.2.5 A proposta que os candidatos pentecostais defendiam no pleito eleitoral de 2004	923

CONSIDERAÇÕES FINAIS	966
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA OS CANDIDATOS AOS PLEITOS, A MEMBRESIA DAS IGREJAS PENTECOSTAIS E AO CONSELHO DE PASTORES	105
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Candidato, Membresia e Conselho de Pastores)	1077
APÊNDICE C – VISÃO GERAL DAS CATEGORIAS	108

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros sinais do ser humano sobre a terra, verifica-se a presença de objetos, desenhos e locais considerados sagrados. O fenômeno religioso é parte integrante de toda a história da humanidade. E se o religioso surgiu desde o início, talvez porque tenha algo a ver com a natureza humana.

Elegemos como assunto de reflexão, desta pesquisa, evangélicos vão às ruas: participação das igrejas pentecostais no pleito eleitoral de 2004, no município do cabo de Santo Agostinho-PE. A hipótese proposta neste trabalho é a de que uma conjunção de diversos fatores históricos, políticos, culturais e suas repercussões no campo religioso brasileiro, aliada às nuances políticas locais, desencadearam uma situação propícia à inserção do pentecostalismo evangélico no pleito eleitoral de 2004.

Esta dissertação teve como objetivo analisar os fatores políticos que levaram as igrejas evangélicas pentecostais do Cabo de Santo Agostinho - PE¹ a se engajarem no pleito eleitoral, municipal, no ano de 2004. Verificamos os motivos subjacentes ao engajamento das igrejas evangélicas nos pleitos eleitorais e como esse envolvimento se estabelece a partir de relações de poder entre líderes e leigos.

As questões a que a pesquisa buscou responder referem-se à identificação e à qualificação dos sujeitos objetos de análise, e aos aspectos relacionados às suas intenções e modos de atuação no alcance de seus objetivos. Em outras palavras, buscou-se responder: quem eram os membros e agentes religiosos que concorreram aos cargos de vereadores no município do Cabo de Santo Agostinho, no pleito de 2004? O que eles buscavam? Como cada instituição religiosa ou candidato se organizou para atrair os votos dos fiéis?

Os caminhos metodológicos percorridos foram as leituras da bibliografia especializada, a pesquisa documental referente à trajetória política e religiosa dos personagens que lograram êxito nos pleitos eleitorais, em cargos públicos do poder legislativo.

¹ O Cabo de Santo Agostinho fica localizado na Mesorregião Metropolitana do Recife, Microrregião de Suape, com uma área territorial de 448.735 km. Sua distância é de 33 km do Marco Zero de Pernambuco, a 20 km do Aeroporto, sendo o acesso mais utilizado o rodoviário, pelas rodovias BR – 101 Sul e PE – 60, seguindo da PE – 28 (Rodovia Vicente Pinzón) e pela Via Parque/Paiva que dá acesso às praias do município, tais como Gaibú, Itapuama, Paraíso e Suape (IBGE, 2011).

O desenvolvimento desta pesquisa se estruturou em três etapas: 1) pesquisa bibliográfica e documental; 2) trabalho de campo; 3) tratamento dos dados/Análise de Conteúdo (MINAYO, 1994, p. 14).

A operação historiográfica realizada por seu artífice, o historiador, dialoga com várias áreas do saber com conhecimentos específicos que emergem e se relacionam com as dimensões culturais desse ofício. A religião e a política são fatores relevantes de análise dentro de uma conjuntura, pois fazem parte de um conhecimento importante que demonstra, através de um olhar diferenciado, como os seres sociais se relacionam com o sobrenatural ou o divino e possibilitam análises possíveis de elementos significativos das manifestações culturais, sendo possível identificar a religiosidade como artefato pertencente a uma teia política (PINHEIRO; ARAÚJO, 2009).

O campo religioso brasileiro passou por profundas mudanças que alteraram consideravelmente os panoramas social e político brasileiro. Uma das maiores novidades na redemocratização do país foi o aparecimento de grupos religiosos outrora ausentes na arena política. Essa presença, já bastante evidente na Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, se acentuou ainda mais nas últimas eleições, deixando claro que o fator religioso continuará a ser decisivo, por muito tempo, nas dimensões referidas, (SIEPIERSKI, 1997). São notórias essas mudanças ocorridas nas mais diversas camadas da sociedade, nas últimas décadas, mudanças que estão diretamente ligadas à religião e à política.

Dados dos últimos anos indicam crescimento constante de evangélicos no Brasil, ao passo que decresce o número de católicos. De 95,2% da população, em 1940, os católicos chegaram a 73,9%, em 2000. De 2,6%, os evangélicos subiram a 15,4%. O censo de 2010 indica que a tendência foi mantida, com os católicos decrescendo para 64,6%, e os evangélicos chegando a 22,2% (IBGE, 2011).

A presença dos evangélicos no cenário político é um fenômeno que surpreende pela linguagem difusa, pela atenção dos resultados eleitorais que conquistam. A realidade de um Estado laico estaria sendo ameaçada pelas pretensões políticas dos evangélicos? Afinal, é bom lembrar que a secularização da política constitui fundamento da criação do Estado Moderno. Uma das primeiras indagações sobre os evangélicos na política brasileira é saber até que ponto, e

como, as convicções pessoais de um evangélico com mandato político podem interferir na ordem pública?

No primeiro capítulo será tratado o aspecto histórico da política no Brasil, iniciando a abordagem pelo contexto em que as Igrejas Evangélicas estavam inseridas na política e na sociedade do início do século XX; no outro momento, serão abordados o Estado laico e as considerações acerca da Constituição Federal de 1988.

No segundo momento, apresentaremos a ascensão dos evangélicos na sociedade e na política, mostrando como sua militância política marca o meio evangélico, a partir de uma nova concepção de como tais igrejas devem envolver-se nas esferas políticas do Estado, buscando moralizá-las com os valores cristãos que elas promovem.

O segundo capítulo abordará o perfil dos candidatos evangélicos pentecostais nas eleições de 2004. No primeiro momento, abordando o crescente interesse dos pentecostais no pleito eleitoral, o comportamento eleitoral dos candidatos e dos fiéis, finalizando com o surgimento do Conselho Mundial de igrejas e sua articulação política e religiosa, e a repercussão da criação do Conselho Mundial de igrejas no Brasil. Tenta-se mostrar a origem do referido conselho como consequência da criação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e sua influência no Brasil a partir da sua articulação política e religiosa entre as igrejas protestantes que faziam parte do movimento ecumênico no país.

No terceiro capítulo, denominado o engajamento político dos Líderes Pentecostais da cidade do Cabo de Santo Agostinho, apresentamos as etapas da pesquisa, em seguida, os personagens que protagonizaram um entrelaçamento entre religião e política no município, representados pelos líderes evangélicos pentecostais na ocupação de cargos públicos. Em seguida, prosseguiremos com os temas do relacionamento entre o governo municipal e as igrejas evangélicas; em outro momento, os motivos do engajamento político no legislativo, mobilização das igrejas para atividades político-partidárias, finalizando, apresentaremos a proposta que os candidatos pentecostais defendiam no pleito eleitoral de 2004.

É inegável que grandes mudanças religiosas, na dita maior nação católica do mundo, têm repercutido na política. Os evangélicos, um dos grandes grupos organizados na política brasileira, têm despertado curiosidade e gerado várias

expectativas entre acadêmicos, membros de partidos, institutos de pesquisas eleitorais, igrejas, grupos econômicos e jornalistas. Quem são seus novos atores políticos? Por que atuam? A tudo isso responderemos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA NO BRASIL

Ainda ao início dos anos 80 do século passado, o Brasil vivia a ditadura militar. Porém, o presidente Ernesto Geisel, já desde o final da década de 70, acenava para a criação de condições de uma abertura política “lenta, gradual e segura”, que deveria levar o país a algum tipo, ainda não claramente definido, de governo civil, o que pressupunha o fim do militarismo (REGO; MARQUES, 2006). Ao longo da década de 80, pressões por eleições resultaram no movimento “Diretas Já”, um envolvimento cívico de várias camadas da sociedade que contou com a participação de intelectuais, artistas, pessoas ligadas à igreja (e outras religiões que não a Católica), partidos políticos que se formavam como o PT, PMDB e PSDB, entre tantas personalidades políticas. Como afirma Reimer (2013, p. 76),

Os novos tempos da abertura e da redemocratização no Brasil na década de 1980 exigiam um novo pacto político para a nação brasileira. Durante os primeiros tempos do governo do presidente José Sarney, houve vários debates com o intuito da convocação de uma Assembleia Constituinte. A Constituição de 1969, que servia de fundamento constitucional até aquele momento, havia sofrido várias alterações, mas expressava ainda o ideário da ditadura militar.

A bandeira deste movimento era pela promoção do processo de redemocratização do país, possibilitando a participação da sociedade civil na escolha de seus governantes. Embora as diretas não tenham tido o efeito que se esperava (uma vez que o Congresso ainda era controlado pelo governo, retardando as eleições apenas para o final da década), mesmo que, indiretamente, um presidente civil tenha sido eleito: Tancredo Neves. No entanto, Tancredo faleceu em 21 de abril de 1985 e não chegou a assumir o cargo para comandar a transição para a democracia, fato que levou José Sarney, seu vice, a assumir a presidência da República. Nesse contexto, Reimer (2013, p. 77) afirma:

Houve intensos debates quanto à composição dessa Assembleia Constituinte. Setores mais progressistas defendiam uma Assembleia Constituinte com função exclusiva de formular a nova Carta. Prevaleceu, contudo, a tese do Congresso Constituinte, isto é, os deputados federais eleitos em 1986, os senadores eleitos no mesmo ano e os remanescentes (26 senadores eleitos em 1982 sem mandato constituinte) acumulariam as funções de congressistas e constituintes. Supunha-se que essa nova Constituição tenderia a ser

mais conservadora, no sentido de que os congressistas estariam atrelados ao poder e às outras demandas do ofício para além da tarefa constituinte.

Do ponto de vista econômico, tínhamos herdado os altos índices de endividamento dos períodos e dos planos de desenvolvimento anteriores e enfrentávamos dificuldades para a rolagem da dívida por parte das instituições credoras. No início dos anos 80, as políticas econômicas eram do tipo ortodoxa, o que significava cortar custos do governo e aumentar a arrecadação. Com a chegada de Sarney, em 1985, as políticas começaram a tornar-se heterodoxas, diferentes daquelas defendidas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), o qual impunha regras duras de ortodoxia econômica ao Brasil como condição para manter seus cofres abertos às necessidades brasileiras. (Skidmore, 2000).

Outros agravantes eram os altos índices inflacionários do período e a estagnação econômica. Segundo Thomas Skidmore (2000, p. 271),

para efetuar os pagamentos da dívida externa, o governo recorria à crescente dívida pública interna e à criação de dinheiro inflacionário, o que significava que o serviço da dívida externa forçava o governo brasileiro a alimentar as chamas da inflação que estava crescendo...

Por conta desse contexto econômico conturbado, houve tentativas de reforma monetária e vários planos econômicos foram adotados, como o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão. Infelizmente, todos fracassaram ou seus resultados foram insuficientes para manter a estabilidade econômica que chegaria apenas na década de 90, nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Do ponto de vista econômico, do crescimento e do desenvolvimento, a década de 80-90 ficou conhecida como “a década perdida” e terminou com uma hiperinflação. Sobre o contexto político, Reimer (2013, p. 77) afirma:

A Assembleia Nacional Constituinte foi instalada em 1º de fevereiro de 1987, composta por 559 congressistas e presidida pelo deputado Ulysses Guimarães. Os trabalhos duraram dezoito meses. Várias tendências sociais, políticas e religiosas estavam representadas na Assembleia. Um grupo majoritário, sintonizado com tendências mais conservadoras da sociedade, chamado de “centrão”, conseguiu assentar em sede constitucional aspirações de seus representados, tais como a limitação da reforma agrária, o papel das forças armadas e a duração do mandato do presidente.

Desta forma, a nova Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988 em tom cívico e festivo pelo presidente dos trabalhos, Ulysses Guimarães. Quanto à classificação, essa constituição é formal e analítica, pois ela inclui dispositivos que não são essencialmente constitucionais, descrevendo, também, até pormenores, determinadas normas estatais e todos os direitos e as garantias do cidadão, previstos e assegurados pela Constituição. É rígida, pois exige um processo legislativo mais elaborado e solene para emendas constitucionais, exigindo *quorum* de três quintos das duas casas legislativas em dois turnos para tal finalidade.

Nesse contexto, a partir da década de 90, o sucesso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) vem produzindo efeitos, um “efeito mimético” sobre as outras igrejas evangélicas. O desejo de participar concretamente da política faz com que as igrejas pentecostais e neopentecostais “se espelhem” no modelo político da Universal, remodelando o quadro político-religioso brasileiro.

A influência da igreja iurdiana na política pôde ser logo comprovada nas eleições de 89, quando a cúpula da Universal posicionou-se abertamente em favor de Collor. As palavras de Edir Macedo ilustram isso: Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, O Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 193).

Com essa expansão religiosa, a sociedade brasileira também se vai transformando. A cidade moderna e profana e tudo o que dela faz parte é novamente invadida pelo sobrenatural, pelo sagrado, pelas criaturas de Deus e pelo diabo. Logo, as diversas esferas da sociedade (economia, política, cultura, entre outras) são também disputadas pela religião, sendo que dessas, a que mais recebe atenção é a esfera política.

Desde a constituinte de 1987, a presença dos evangélicos na política vinha ganhando destaque e crescendo, haja vista, naquele período, a bancada ser composta por uma grande maioria de parlamentares pentecostais e neopentecostais.

Nota-se na retórica político-religiosa que a igreja é quem indica os candidatos, os elege através dos votos de seus fiéis e não admite atuações independentes. Existem orientações políticas que devem pautar a atuação de todos, bem como comandos setoriais. Os que não se alinham à política hierárquica da IURD são retirados dos seus quadros – religioso e político (FIGUEIREDO FILHO, 2005, p. 89).

Mediante o exposto, entendemos que as igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais defendiam uma vertente política de que a ideia de corrupção presente na política brasileira seria a antítese dos princípios cristãos, morais e éticos. Desse modo, os “homens e mulheres de Deus” são os mais aptos para estabelecerem uma nova moral pública e uma nova ética na política, justificando e legitimando o ingresso deles na política, considerando-os como uma espécie de reserva moral da sociedade.

1.1 Estado Laico e as considerações acerca da Constituição Federal de 1988

Nos últimos anos, a religião voltou a ocupar novamente espaço na mídia e nas redes sociais, apesar das previsões do Iluminismo, que assegurava seu desaparecimento, e da filosofia da morte de Deus, apregoada pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche, em 1882, reacendendo, desse modo, a força da religião. No Brasil, ao contrário dessas previsões, houve, nos últimos anos, um interesse considerável pelo tema e ocorreu o surgimento significativo de várias expressões de religiosidade e este contexto ocasionou uma discussão em torno do papel da religião no Estado laico. (Reimer,2013).

Alguns se perguntam: teria a religião função num Estado que não se identifica com um credo religioso? Percebemos que essa questão é abordada de maneira parcial, tendenciosa e confusa, sem uma análise acurada. Para algumas pessoas, o Estado laico significa rejeição a toda expressão religiosa; em outros termos, segundo essa visão, Estado e religião são duas coisas antagônicas.

Entretanto, para um Estado democrático de direito, que se propõe a promover a dignidade humana, coloca-se o desafio de reconhecer e acolher positivamente a diversidade cultural que marca a nação. Tal diversidade cultural vem acompanhada pela diversidade religiosa. Mediante essas questões, quais as alterações propostas pela constituição de 1988? Reimer (2013, p. 78) afirma que

Em comparação com as constituições anteriores, a Carta de 1988 apresenta alterações profundas na sistemática e na arquitetura do texto. De um total de 245 artigos, entretantes aumentado para 250 em consequência de emendas, dispostos em nove Títulos, os primeiros quatro artigos tratam dos fundamentos, dos poderes e dos objetivos da República Federativa do Brasil. No Artigo 3º, dentre os

objetivos fundamentais da República pode-se destacar a construção de uma “sociedade livre, justa e solidária” (Inciso I) e a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 5º a 12º). Especialmente no Artigo 5º estão elencados em 76 Incisos os “direitos e deveres individuais e coletivos” (Capítulo I). A construção dos direitos e garantias dispostos no Artigo 5º assenta-se especialmente sobre o fundamento da “dignidade humana” (Art. 1º, Inciso II). Com essa arquitetura textual, os fundamentos, objetivos, direitos fundamentais e garantias ficam antepostos a todo o restante do texto, evidenciando, assim, justamente essa nova dimensão de que o cidadão é o foco e o centro das ações do Estado.

Como observamos acima, o Estado, sem dúvida, é laico, ele não se identifica com nenhum credo religioso, mas os cidadãos têm o direito de se expressar e praticar sua religiosidade. Nessa perspectiva, podemos perguntar: qual é, então, a relevância da religião no Estado laico? Essa questão não é nova, uma vez que, desde a Proclamação da República, quando a religião católica deixou de ser a religião oficial no Brasil, esse questionamento aparece e reaparece na mídia, com maior ou menor intensidade. Contudo, nos nossos dias, essa questão assumiu novas conotações.

Objetivando discutir o papel da religião no estado laico, faz-se necessário, nesse contexto, atentarmos para diferenciação de laicidade e laicismo, de suma importância para compreendermos como os cidadãos poderiam ter o direito de fazer sua livre escolha, mesmo fugindo da tradição familiar.

A ideia básica da laicidade é bastante simples: grosso modo, ela consiste em que o estado não pode professar ou favorecer nenhuma religião; dessa forma, ela contrapõe-se ao Estado confessional em que se inclui o assim chamado “Estado ateu”, considerando que este assume uma posição caracteristicamente religiosa, mesmo que seja em um sentido negativo. Dessa forma, seguindo a laicidade, o estado não possui doutrina oficial, tendo como consequência adicional que os cidadãos não precisam filiar-se a igrejas ou associações para terem o status de cidadãos e inexistente o crime de heresia (ou seja, de doutrinas e/ou interpretações discordantes e/ou contrárias à doutrina e à interpretação oficial) (LACERDA, 2014, p. 179).

Primeiramente, é preciso enfatizar que a laicidade é, sobretudo, um fenômeno político e não um problema religioso, ou seja, ela deriva do Estado e não da religião. A iniciativa laicizadora pode ter como ponto de partida setores da sociedade civil, mas, em regra geral, o que ocorre é uma mobilização e mediação do político para que as intenções laicizadoras se operacionalizem e se realizem empiricamente

(LACERDA, 2014). Sucintamente, pode ser compreendida como a exclusão ou a ausência da religião da esfera pública. A laicidade implica a neutralidade do Estado em matéria religiosa. Essa neutralidade apresenta dois sentidos diferentes: exclusão da religião do Estado e da esfera pública.

No Brasil, apesar de a religião católica não ser mais a religião oficial e com o surgimento de outras expressões de religiosidade, as pesquisas apontam que 64,6% da população se dizem católica (IBGE, 2011). Ao lado desta realidade, existem outras expressões de religiosidade no Brasil que mostram que o povo brasileiro é religioso. Assim, a relevância da religião no cenário nacional é um tema pertinente e atual que merece uma análise e um estudo aprofundados com o objetivo de explicar suas existência, finalidade e posicionamento dentro da política nacional e dirimir preconceitos e eventuais confusões.

O Estado brasileiro, na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, é considerado laico. Portanto, não possui religião oficial, ou seja, protege-se a liberdade de crença, de aderir a alguma religião, de realizar seus cultos e seguir suas manifestações. Sendo assim, o Estado é neutro, imparcial, e sem interferência do poder religioso. Desse modo, no texto constitucional, encontra-se a referência à laicidade do Estado Brasileiro:

Art. 5. VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Art. VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

Art. VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei (BRASIL, 1988, Art. 5, p. 158).

É possível vislumbrar o escopo de tal disposição, pois o legislador originário, no artigo no Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, em seu Capítulo I, elencou a liberdade de consciência e de crença como um direito fundamental garantido constitucionalmente.

Conceitua-se religião, nos ensinamentos de Coelho e Brando (2008, p. 417), como sendo “o sistema de crenças que se vincula a uma divindade, que professa

uma vida além da morte, que possui um texto sagrado, que envolve uma organização e que apresenta rituais de oração e adoração”.

Historicamente, pode-se perceber a alteração da postura estatal, pois, na Constituição de 1824, o texto consagrava plena liberdade religiosa, porém, havia restrições à liberdade de culto, tendo em vista que a religião do Império era a Católica Apostólica Romana; as demais somente podiam realizar cultos domésticos. Ocorreu a instauração constitucional da liberdade de culto na 1ª Constituição da República, em 1891, previsão essa que vigorou em todas as constituições seguintes.

A laicidade do Estado deve abranger o respeito a todas as religiões, mas também deve respeitar o direito à não crença. Em um Estado laico, o ateísmo e o agnosticismo são compreendidos. Nas palavras de Moraes (2009, p. 46), “a conquista constitucional da liberdade religiosa é verdadeira consagração de maturidade de um povo”. Assim sendo, um Estado de Direito Democrático deve ser caracterizado pela proteção à liberdade de crença e até mesmo à não crença. Argumenta Carvalho (2007, p. 507), sobre a origem do conceito de preâmbulo, o seguinte:

O preâmbulo, do latim *praeambulu*, consiste numa declaração de propósitos que antecede o texto normativo da Constituição, revelando os fundamentos filosóficos, políticos, ideológicos, sociais e econômicos, dentre outros, informadores da nova ordem constitucional.

Portanto, o preâmbulo será o norteador do texto constitucional, nele constam as possíveis pretensões dos constituintes originários em relação à nova Constituição. O preâmbulo da Constituição Federal de 1988 possui o seguinte texto:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus (BRASIL, 1998, p. 129).

Conforme se depreende no discurso do preâmbulo constitucional, a expressão utilizada “sob a proteção de Deus” segregaria automaticamente as

religiões politeístas, os budistas, os ateus e os agnósticos ateístas. Cabe, nesse aspecto, a discussão sobre a irrelevância jurídica do preâmbulo no ordenamento jurídico. Para juristas, como Canotilho, Celso Bastos, Ives Gandra e Carlos Maximiliano (*apud* CARVALHO, 2007, p. 511), o preâmbulo formalmente não faz parte do texto constitucional. No entanto, será invocada sua utilidade para interpretar e integrar o texto constitucional, passando, assim, a ter um papel legitimador, salientando, ainda, que sem o texto preambular a constituição estaria incompleta sob o ponto de vista material. Nesse sentido, assim entende Moraes (2009, p. 20):

Apesar de não fazer parte do texto constitucional propriamente dito e, conseqüentemente, não conter normas constitucionais de valor jurídico autônomo, o preâmbulo não é juridicamente irrelevante, uma vez que deve ser observado como elemento de interpretação e integração dos diversos artigos que lhe seguem.

Contudo, o Supremo Tribunal Federal, em 2007, discutindo sobre o tema, decidiu que o "Preâmbulo da Constituição: não constitui norma central. Invocação da proteção de Deus: não se trata de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual, não tendo força normativa" (REIMER, 2013, p. 78).

A decisão da Suprema Corte traduz o entendimento de que, por não se tratar de uma norma constitucional, jamais poderá ser usado contra texto expresso da Constituição, elucidando, assim, o possível dano causado pela expressão "sob a proteção de Deus", perante os seguintes artigos: 5º, incisos VI, VII, VIII; 19, inciso I; 150; 210 § 1º; 213; 226 § 2º, todos presentes na Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, no caso da frase impressa no papel moeda que circula em nosso país, - "Deus seja louvado" -, ocorre o mesmo equívoco, como no preâmbulo constitucional, pois, assim, exclui as demais crenças ou mesmo a não crença.

Um aspecto também negativo contra a laicidade estatal está no fato de o calendário brasileiro conter, apenas, feriados católicos, excluindo o direito de judeus, muçulmanos, budistas, umbandistas e outras minorias de reivindicarem feriados pertencentes às suas religiões, ou seja, esse poder é deixado exclusivamente para a Igreja Católica.

Para Mendes, Coelho e Branco (2008, p. 420), "a adoção de tais feriados visa amparar a prática religiosa, pela maioria da população ou por uma porção significativa dela". Portanto, fica perceptível a exclusão das minorias desse

benefício, porém poderiam ser justificadas as festividades como manifestações culturais protegidas constitucionalmente, que foram influenciadas pelas raízes históricas exercidas pelo catolicismo.

Dessa forma, nos debates constituintes anteriores a 1988, o tema também esteve presente. Muitos defendiam a total laicidade do Estado e propunham a renúncia a essa tradição da referência ao nome de Deus. Acabou prevalecendo a invocação a Deus, e isso ainda numa formulação bastante pretenciosa: “sob a proteção de Deus”.

1.2 Religião e política no contexto das igrejas evangélicas brasileiras

Nos primeiros dez anos do século XXI, o debate sobre a presença das religiões na esfera pública foi marcado pelas polêmicas em torno do Acordo Bilateral, assinado em 2008, entre a Santa Sé e a República Federalista Brasileira, e pelas discussões sobre as consequências da participação dos evangélicos no poder legislativo, para a política de ampliação dos Direitos Humanos. O desafio de interpretar as relações do religioso com a política e com a ordem social mais ampla tem provocado um deslocamento teórico e conceitual na bibliografia nacional (ORO, 2008).

De acordo com Miranda (2009), profundas mudanças de cunho sociocultural sacudiram a sociedade, atingindo instituições como a família, a universidade, a organização política, a vida econômica e também a religião. A velocidade de tais transformações não permitiu às instituições se adequarem aos novos desafios que passaram a surgir, gerando, assim, um mal-estar como manifestações de uma crise que não se pode definir com precisão.

Percebemos que as mudanças efetuadas em instituições importantes tenham permanecido sem dar frutos por razões várias, algumas delas provindas da igreja evangélica, ainda que se reconheça a pertinência das críticas às interpretações unidirecionais do processo de secularização. Dessa forma, observamos que ele segue uma via alternativa para analisar a atuação dos coletivos evangélicos na arena pública brasileira, nos dez primeiros anos deste século.

Como em outras sociedades, a hierarquia da Igreja Católica, no Brasil, reposicionou-se na esfera pública a partir de uma série de novas formas de atuação

na sociedade civil e na política partidária. Na primeira metade do século, pode-se citar a criação da Liga Eleitoral Católica (1932), dos Movimentos de Ação Católica (1935), do Partido Eleitoral Católico (1932) e do Partido Democrático Cristão (1945).

Posteriormente, segmentos dessa instituição se engajaram na organização dos setores populares em várias partes do país e foram atores políticos importantes não só no combate à ditadura militar, mas também na criação do Partido dos Trabalhadores (MACHADO, 2006).

Entretanto, os evangélicos começam a aparecer no cenário político brasileiro de forma significativa a partir da década de 30, com uma ideia de uma prática mais próxima da democracia. Como afirma Campos (2006, p. 37):

Os “políticos evangélicos” começaram a surgir com maior desenvoltura a partir dos anos 30, quando transformações econômicas e sociais possibilitaram o aparecimento do homem urbano preocupado com uma ação política menos tutelada pelas elites e mais propensa a uma prática mais próxima do que temos chamado de “prática democrática”. Sobre o aparecimento dos primeiros deles podemos citar alguns exemplos de pioneirismo. No Estado de São Paulo, em 1902, Francisco Augusto Pereira, um rico fazendeiro de café, convertido ao Presbiterianismo, foi prefeito de Lençóis Paulista; Ernesto Luiz de Oliveira, engenheiro e pastor da igreja Presbiteriana Independente, em Curitiba, foi secretário da Agricultura do Paraná; Luiz Alexandre de Oliveira, batista, foi deputado federal por Mato Grosso; Antonio Teixeira Gueiros, Pastor presbiteriano, foi Vice-Governador do Pará, tendo a família Gueiros obtido enorme prestígio político em vários Estados nordestinos até nos tempos da ditadura militar (1964-1985); o ex-pastor presbiteriano e batista Ephigênio de Sales, foi Governador do Amazonas e senador; João Café Filho, Vice-presidente de Getúlio Vargas, em 1954, era filho de presbiterianos independentes do Nordeste brasileiro.

Dessa forma, as mudanças nos dispositivos de regulamentação do campo religioso, assim como da participação dos evangélicos na esfera política, demonstram que o princípio legal de separação entre Estado e Igreja não retirou a religião da arena pública brasileira.

Contudo, a crescente participação dos evangélicos na política eleitoral, nas últimas décadas, representa uma ampliação da arena política e o surgimento dos novos atores nas sociedades civil e política. Dito de outra forma, esse fenômeno não deve ser interpretado como uma desprivatização ou mesmo uma emergência do

aspecto religioso na esfera pública uma vez que os católicos já vinham atuando ativamente nesse espaço (CASANOVA, 2011). Diante disso, Burity afirma:

O foco sobre a atuação político-eleitoral dos evangélicos tem de certa forma eclipsada seja a continuidade, seja a emergência de outros processos nos âmbitos da “sociedade civil eclesial” e da relação entre sociedade civil, Estado e mercado, nos quais é possível visar uma tentativa de organizações religiosas confrontarem os problemas postos pela questão da diversidade cultural, da participação democrática e das transformações do Estado e do governo; construir redes e articulações com organizações laicas da sociedade civil, em escala transnacional e local; e redefinirem suas identidades num diálogo difícil com a cultura e a esfera pública brasileira (2008, p. 96).

Segundo os modelos republicanos, a religião e a política são elementos complexos no que se refere a reconstituições historiográficas. Mesmo diante disso, é possível, para qualquer observador que seja bem informado, perceber o posicionamento quanto ao aspecto político-ideológico.

Dois autores são centrais para a análise do desenvolvimento da política e sua aplicabilidade ao campo religioso: Chantal Mouffe (1996, 2003) e Joanildo Albuquerque Burity (1997, 2001, 2002). Mouffe propõe a distinção entre “a política” e “o político”.

Para Mouffe, no projeto liberal, “a política” caracteriza-se por um sentido de consenso, isto é, a meta é encontrar uma situação de paz pela atenuação do conflito, imposta pela maioria. Para o que ela entende por “o político”, ao contrário, o pressuposto é o dissenso e o reconhecimento da legitimidade do dissenso como parte essencial à democracia. Isso porque “o político” pressupõe a existência de discursos alternativos concorrentes que se articulam, fazendo, assim, efetuar-se um processo propriamente político que se insere no espaço da cultura (MOUFFE, 1996, p. 69).

Depois da Segunda Guerra e Constituição de 1946, aconteceu uma grande mobilização dos evangélicos pentecostais no Brasil, como afirma Campos (2006, p. 44):

Após a Segunda Guerra Mundial e a Constituinte de 1946, a participação de evangélicos na política se tornou mais planejada e ganhou maior visibilidade, principalmente entre os protestantes históricos dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em São Paulo, por exemplo, no final dos anos 40, surgem

na Câmara Municipal nomes de evangélicos que, posteriormente, se tornariam deputados estaduais ou federais. Entre outros, se elegeram: Camilo Ashcar e Lauro M. da Cruz. Já os pentecostais demoraram mais tempo para entrar na política, pois foi somente na metade dos anos 60 que conseguiram eleger, em São Paulo, os Pastores Levy Tavares e Geraldino dos Santos, da Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo”, respectivamente deputado federal e estadual, e, em Minas Gerais, deputado estadual, João Gomes Moreira, da Assembleia de Deus.

Muitos desses continuaram a carreira política no Brasil, pois começaram a organizar-se, planejando suas ações políticas, tornando mais visíveis os evangélicos históricos. Entretanto, os pentecostais, somente na década de 60, começaram, de fato, a entrar no cenário político brasileiro.

Muitos desses políticos continuaram atuantes nos primeiros anos do período militar, porém, nos anos posteriores, surgiram outros, mais anticomunistas e alinhados ao regime militar. Entre outros, podemos citar: Rafael Gioia Jr., Fausto Rocha e Ivan Espíndola de Ávila, os dois primeiros radialistas, de crença batista. No Norte e Nordeste, no decorrer do regime militar, surgiram novos “políticos evangélicos”, muitos pertencentes à família Gueiros, da qual saiu um deles, que foi o redator do Ato Institucional 2 (CAMPOS, 2006, p. 45).

Após as primeiras gerações de “evangélicos na política”, houve uma nova remessa de políticos evangélicos eleitos. Essa nova geração de evangélicos políticos nasceu em um cenário de crescimento pentecostal no Brasil. Nesse contexto, surgiram as chamadas “bancadas evangélicas”.

A chegada desses novos pentecostais ao campo político foi precedida tanto pela criação de novas representações ideológicas, como por um descontentamento com as maneiras tradicionais de os evangélicos fazerem política no Brasil. Durante muito tempo, líderes pentecostais consideravam “suja” a atividade política, denunciavam os “candidatos de porta de templo”, que apareciam apenas em épocas de eleições e que, depois de eleitos, se fechavam aos interesses das bases que os elegeram ou simplesmente fingiam atendê-las dando nome de seus mortos ilustres a escolas, praças e ruas. A essa percepção crítica dos políticos evangélicos acrescentou-se a crítica moralista dos neopentecostais, quase todos eles oriundos das camadas mais baixas das classes médias. Assim, portanto com um discurso mais moralista, eles desenvolveram uma repulsa aos “políticos evangélicos” tradicionais, acusados de transgredir em seus princípios morais para defenderem interesses próprios ou de grupos “incrédulos” (CAMPOS, 2006, p. 51).

Esse novo grupo de políticos evangélicos vem com uma nova maneira prática, pois trabalha numa perspectiva de marketing religioso e político, levantando a bandeira da ética na política, fazendo uma política denominada cristã. As novas representações ideológicas evangélicas exigiam uma mudança do quadro político dos seus representantes, pois exigem deles uma postura moral em relação a atender às necessidades do segmento em tela.

Portanto, no decorrer dos anos de 1960, 1970 e 1980 houve uma mudança muito importante no comportamento político dos pentecostais brasileiros, do qual a Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo” foi pioneira, e a Igreja Universal do Reino de Deus o seu exemplo mais acabado, recolocando em prática nos mega-templos e em seus meios de comunicação de massa, a antiga prática da indicação de candidatos a cargos políticos, por meio de um trabalho interno metódico e permanente, como forma de garantir a eleição, a popularidade e obediência de seus eleitos (CAMPOS, 2006, p. 65).

Mediante o exposto acima, verificamos que os políticos evangélicos pentecostais e neopentecostais começaram a organizar-se para atender ao segmento que os levou ao mandato. Dessa forma, eles queriam a garantia da permanência nas atividades políticas, por isso, começaram a manter uma fidelidade a seus eleitores permitindo a consolidação do mandato e sua popularidade.

1.3 O crescimento evangélico na sociedade e na política

A prática religiosa interage com os mais variados espaços da sociedade, inclusive nos espaços políticos. As religiões podem responder de forma efetiva e eficaz às necessidades e aos interesses sociais da população.

Segundo Mendonça (2008), a inserção dos evangélicos no Brasil se deu por duas vias concomitantemente: primeira, pelo processo imigratório, no começo do século XIX e, segunda, pela via missionária. Pelo processo da imigração, na primeira metade do século XIX, com a chegada de imigrantes alemães ao Brasil, principalmente na região sul, fundaram a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Já a via missionária deu-se no início na segunda metade do século XIX, pois missionários da América do Norte e da Europa começam a chegar ao país.

Assim, em 1855, temos a fundação, no Rio de Janeiro, da Igreja Congregacional do Brasil e, em 1863, a Igreja Presbiteriana do Brasil.

Posteriormente, muitas outras denominações protestantes vieram para o Brasil, entre elas os Batistas e os Anglicanos. Essas denominações são tidas como protestantes.

O Censo de 2010 revelou o crescimento significativo da população evangélica no Brasil, que passou de 15,4%, em 2000, para 22,2%, em 2010. Dos que se declararam evangélicos, 60,0% se disseram de origem pentecostal, 18,5%, evangélicos de missão e 21,8%, evangélicos não determinados. Segundo esse mesmo censo, diminuiu o número dos que se designaram católicos ao longo da última década e aumentou o número dos que dizem não ter religião. Esses números apresentam um Brasil bem participativo no que diz respeito a políticos ligados à vida religiosa (IBGE, 2011).

Enquanto o IBGE mostra que, de 1940 a 1980, os evangélicos passaram de 2,6% para 6,6% da população brasileira, no último levantamento, em 2000, eles chegaram a 15,4%, ou seja, mais de 26 milhões de adeptos. Estima-se que esse conjunto já seja superior a 32 milhões de pessoas, sendo dois terços de pentecostais e os demais protestantes históricos. Como afirmam Mariz e Gracino Jr (2013, p. 161),

os dados sobre religião que emergiram do Censo do IBGE de 2010 confirmam as transformações no panorama religioso brasileiro em curso nas três últimas décadas em relação à queda do catolicismo e crescimento do grupo evangélico e sem religião. Os evangélicos saltaram de 6,6% em 1980 para 22,2% da população em 2010. Em termos absolutos, o crescimento parece mais pujante: 7.886 milhões em 1980, os evangélicos atingiram a marca de 42.275 milhões, ou seja, um crescimento perto de 540% nas últimas três décadas. No entanto, a evolução numérica no campo evangélico está longe de ser homogênea, quando dissecamos os dados desse grupo, vemos que os que se declaram pentecostais são responsáveis por boa parte deste incremento numérico. No entanto, há uma novidade: os pentecostais que constituíam 68% dos evangélicos em 2000 passam a 60% em 2010).

O Brasil é um país de crescente diversidade e competição religiosa. As igrejas se multiplicam quase diariamente e a mobilidade religiosa aumenta, bem como o número dos chamados “sem-religião” que, importa frisar, não deixam de ser, necessariamente, religiosos, mas não se consideram pertencentes a nenhuma religião organizada. Esse processo de mudança num país tradicionalmente católico é fruto de uma enorme mobilidade no campo religioso.

Neste meio religioso, crenças, práticas culturais e rituais são incorporadas, nem sempre com as mesmas características originais, com velocidade e versatilidade impressionantes. Às vezes dão origem a novas sínteses idiossincráticas, noutras resultam em surpreendentes desdobramentos. Daí os obstáculos para se refazer o tortuoso caminho de volta à gênese de determinada crença ou prática ritual (MARIANO, 2014, p. 42).

O crescente número, constatado a partir dos anos de 1980, especialmente de denominações pentecostais e neopentecostais, transformou as maneiras de imaginar os evangélicos no Brasil. Após as duas décadas que separam o censo de 1991 e o de 2010, o percentual de declarantes evangélicos passou de 9% para 22,2%, um aumento, sobretudo de denominações pentecostais e neopentecostais (IBGE, 2011).

No município do Cabo de Santo Agostinho, cidade localizada no Estado de Pernambuco, os católicos apostólicos romanos representam 51%. Entretanto, os evangélicos (de Missão, Igreja Evangélica Luterana, Igreja Evangélica Presbiteriana) representam 49% da população do município (IBGE, 2011).

O sociólogo Ricardo Mariano, que se dedicou, em sua dissertação de mestrado, a compreender, nos anos 90, um novo tipo de Pentecostalismo no Brasil, que se vinha estruturando desde os anos 70 do Século XX, deu vida e consagrou definitivamente o conceito acima citado ao apresentar as características mais marcantes. Seu trabalho foi publicado em 1995 e é ele mesmo quem alerta sobre a necessidade de continuarmos a pesquisa nesse subcampo.

Subjacente às observações feitas... está a ideia de que o neopentecostalismo abriga apenas uma parcela das igrejas pentecostais formadas nos últimos vinte e cinco anos [ele estava escrevendo em 1995]. Infere-se disso que o movimento pentecostal é bem mais complexo e abrangente do que as correntes cujos contornos delineamos. Isso remete, ainda, para a eventual existência de outras vertentes menores e menos visíveis em seu interior. Quanto ao futuro pentecostal, a virtual ocorrência de transformações para muito além das já realizadas nesse campo religioso, tanto faz se decorrentes de importações teológicas, de sincretismos, de idiossincrasias de novas lideranças e de cismas institucionais, corresponderia à formação de novas correntes pentecostais e, portanto, implicaria a formulação de novos tipos ideais para classificá-las (MARIANO, 2014, p. 37-38).

Mariano não estava profetizando quando prenunciava, na década de 90, que o futuro pentecostal passaria por inúmeras transformações. Sua intuição sociológica apurada pressentia que sua análise, como, aliás, qualquer análise científica, é e precisa ser provisória, caso contrário se torna dogmática. A tarefa não é fácil e nem simples, mas é necessária em vista de se compreender melhor o subcampo pentecostal brasileiro.

O neopentecostalismo teve seu início, no Brasil, por volta da segunda metade da década de 1970 (MARIANO, 2004), quando vários segmentos das igrejas evangélicas de cunho pentecostais - IURD, Internacional da Graça de Deus, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra e Renascer em Cristo - passaram a pregar a doutrina da renovação pentecostal (MARIANO, 2004).

Esse movimento, como ficou conhecido, caracteriza-se por enfatizar a atualidade dos milagres divinos, a guerra contra o diabo e seus representantes aqui na terra e a Teologia da Prosperidade, segundo a qual os filhos de Deus, os cristãos, devem ser prósperos e vitoriosos em seus empreendimentos terrenos, doutrinas bastante difundidas entre seus seguidores, não importando a classe social a que pertençam, o que a fez crescer e ganhar visibilidade e seguidores no Brasil.

Embora o fenômeno do neopentecostalismo seja considerado recente, suas origens remontam ao pentecostalismo “clássico”, que teve sua introdução e expansão no Brasil, no início do século XX, mais precisamente na primeira década do século (MARIANO, 2004). O pentecostalismo “clássico” abrange as igrejas Congregação Cristã no Brasil e Assembleia de Deus. Um segundo grupo de igrejas surgia no Brasil, a partir da década de 1950, tendo seu evangelismo centrado na pregação da cura divina. Desse grupo surgiram as igrejas Brasil para Cristo, Deus é Amor e Casa da Bênção.

Ao analisar os neopentecostais, Mariano faz uma sociologia do novo pentecostalismo no Brasil – como sugere o título de seu livro; atesta a ruptura com o ascetismo do qual os crentes foram sempre estigmatizados, como também a progressiva acomodação em relação à sociedade, o que, na visão do autor, são mudanças significativas, o que torna esse segmento protestante menos distinto (MARIANO, 2014).

Embora ainda haja aquele velho combate entre os neopentecostais e os católicos – já que desde os primórdios do protestantismo o principal alvo foi a Igreja

Católica, e o pentecostalismo não fugiu à regra – e a rivalidade seja acirrada, seguindo os pentecostais e os protestantes históricos, há, no entanto, um novo “inimigo” deflagrado: o combate central das igrejas, assim como da doutrina neopentecostal está centrada, de forma clara, nas religiões afro-brasileiras e nas religiões mediúnicas. Há um redirecionamento, atesta Mariano (2014), nos dogmas e rituais no interior das igrejas, podendo ser confirmado pelos cultos e pelo próprio discurso introjetado pelos líderes neopentecostais.

Com o aumento de políticos ligados a crenças religiosas, em sua maioria pastores de igrejas evangélicas, houve um visível interesse de aproximação de líderes de diversos partidos que buscavam apoio eleitoral. Afinal, o púlpito das igrejas acabou por se tornar um palanque ideal, com público cativo e garantido. Segundo Campos (2006), vale a pena ressaltar que essa participação não é recente. Já nos anos 30, os evangélicos estavam presentes em cargos do Executivo, inclusive com a organização de associações protestantes com objetivos políticos.

O crescimento da participação evangélica nos órgãos de discussão e deliberação política, como a Câmara Federal, ressalta que o grupo evangélico demonstrou a capacidade de influência política no exercício de suas funções, conforme previstas na Constituição Federal. No entanto, é preciso lembrar que o denominado “grupo evangélico” apresenta uma pluralidade de posicionamentos, evidenciando uma maior liberdade no que diz respeito à atuação no espaço legislativo.

1.4 Pleitos eleitorais: relação de poder entre líderes e leigos

Com o advento da forma de governo onde o representante, normalmente chamado presidente, é escolhido pelo povo para ser o chefe, novas roupagens do cenário religioso brasileiro vêm ocorrendo, especialmente depois do Decreto 119-A, de 1890, e da Constituição de 1891, que propiciaram a expansão de práticas religiosas no espaço público, conferindo condição de igualdade jurídica entre as diferentes vertentes.

O Estado deveria ser impregnado do espírito liberal, garantindo leis e normas que assegurassem, de todas as formas, a liberdade dos seus habitantes, criando uma sociedade laica e sendo capaz de pleitear o que for sugerido.

É consenso que partidos políticos e eleições sejam componentes necessários de um regime democrático. Eleições livres e justas, nas quais os partidos competem por cargos públicos, são um critério crucial para identificar se um sistema político é uma democracia. No entanto, se a presença efetiva de partidos e eleições é reveladora de um regime democrático, somente a existência continuada de uma situação democrática é que torna possível a consolidação de tais instituições.

Pleito pode ser considerado como alusão à luta ou à disputa nas eleições para designar o desenrolar destas. Eleição é o ato pelo qual se escolhe ou se prefere alguma coisa ou pessoa. Logo, pode-se concluir que a eleição está compreendida dentro do pleito, pois esse é todo o desenrolar do processo eleitoral democrático que desemboca no dia da eleição propriamente dita.

A democracia nos faculta o exercício de participarmos conscientemente do pleito das eleições. Democraticamente, somos corresponsáveis pela indicação de cidadãos para dirigir nossas organizações sociais. Faz-se necessário escolher pessoas idôneas e comprometidas com a lisura dos princípios e valores da sociedade, nas quais deve prevalecer a justiça, a honestidade e o respeito devido com a “COISA PÚBLICA”, excluindo interesses pessoais e corporativos e cuja preocupação seja pautada pela regra de ouro: “O BEM COMUM”.

De acordo com as teorias que apresentam as sociedades ocidentais contemporâneas como imersas em um contexto de radicalização da modernidade, pode-se pensar em uma fragmentação social que tem como consequências o surgimento de diversos grupos sociais, cada qual com suas demandas específicas, e, por conseguinte, a redução do papel dos partidos políticos como mediadores da relação entre esses grupos e o Estado. Um dos aspectos intrínsecos à radicalização da modernidade no Ocidente é a consolidação de Estados secularizados, laicos.

A secularização do aparato jurídico-político constitui processo histórico decisivo na formação das sociedades modernas ocidentais. (...) A separação Estado-Igreja e a moderna secularização do Estado propiciam a efetivação de profundas mudanças no campo religioso (MARIANO, 2004, p. 112).

Com a fragmentação social e a necessidade de representação dos grupos sociais, a religião surge como um potencial representante. O impulso definitivo para

estabelecimento das igrejas como mediadoras junto aos grupos sociais parece ter sido, justamente, o processo de secularização dos Estados modernos.

Instaurada pelos Estados liberais, cujo ideário político preconizava a neutralidade religiosa do Estado e a restrição da religião à vida privada ou à particularidade das consciências individuais, a separação desmantelou o monopólio religioso, (...), e resultou na garantia legal de liberdade religiosa, na defesa da tolerância religiosa e na proteção do pluralismo religioso. Com sua secularização, o Estado, portanto, passou a garantir legalmente a liberdade dos indivíduos para escolherem voluntariamente que fé professar e o livre exercício dos grupos religiosos... (MARIANO, 2004, p. 112).

Com os Estados modernos secularizados, tornaram-se possíveis o surgimento e o exercício de diversas outras religiões. O pluralismo religioso, em um Estado laico, leva a uma espécie de concorrência religiosa em busca da adesão religiosa da população. Sem o constrangimento jurídico de uma religião oficial, todas as outras religiões ganham, pelo menos oficialmente, legitimidade. No Brasil não foi diferente. A partir da segunda metade do século XX, ocorreram o surgimento e o fortalecimento de diversos grupos religiosos. Tal situação foi reforçada com a constituição de 1988 que, contando inclusive com a participação de legisladores evangélicos organizados, definiu o Brasil como um país laico, tratando, juridicamente, de modo igualitário, as diversas organizações religiosas. Essa liberdade religiosa levou a uma situação de concorrência proselitista entre as diversas igrejas.

Com a secularização do Estado, o fim do monopólio e a garantia estatal de liberdade e tolerância religiosas, ocorre o aumento do número de agentes e grupos religiosos e a diversificação da oferta de produtos e serviços religiosos. Nesse contexto pluralista, as agremiações religiosas, para sobreviver e crescer, são compelidas a concorrer, disputar mercado. Para tanto, muitas organizações religiosas, além de reforçar seu proselitismo, estimulando o ativismo do clero e a militância dos leigos, procuram, como forma de atrair clientela e recrutar novos adeptos, conquistar novos nichos de mercado (MARIANO, 2004, p. 114).

O que Mariano procura demonstrar é que o novo contexto social moderno, no Ocidente, estabeleceu condições que estimulam uma competição religiosa em busca de adeptos. Essa competição, com base em princípios semelhantes aos de um

capitalismo de mercado, obrigou as igrejas a se ajustarem às novas condições e beneficiou as que melhor operaram tal ajuste.

No caso brasileiro, a situação pluralista e concorrencial consolidou-se tão somente na segunda metade do século XX, mais de meio século depois da separação Igreja-Estado. Desde então a lógica de mercado passou a orientar as ações organizacionais, religiosas e proselitistas de vários grupos religiosos, sobretudo de certas denominações pentecostais (MARIANO, 2004, p. 115).

Com uma lógica de mercado orientando a organização e a atuação de parte das igrejas pentecostais, torna-se possível imaginar que tais igrejas busquem diversas formas de atuação junto à sociedade. O próprio sistema de crenças das igrejas pentecostais, incorporando a Teologia da Prosperidade, estimula sua inserção em uma situação de mercado.

“A teologia da Prosperidade, decerto, cumpre importante papel no reforço da convicção pastoral de que a obtenção de lucro no desempenho das atividades denominacionais, sejam elas administrativas ou religiosas, não constitui problema ético ou religioso” (MARIANO, 2014, p. 118).

A organização de parte das igrejas evangélicas, principalmente as pentecostais e neopentecostais, com base em uma estrutura hierárquica e centralizada, voltada para um sistema de mercado, reforçada por seu próprio conjunto de crenças, torna tais igrejas aptas a se utilizarem, da melhor forma possível, do contexto social fragmentado e sub-representado da modernidade no Ocidente, principalmente em um país com baixa institucionalização partidária como o Brasil.

A importância da coincidência, na relação atual entre evangélicos e política, de um contexto social favorável e uma organização das igrejas voltada para a lógica de mercado, pode ser percebida analisando-se os fatores separadamente.

Embora existam outras formas de organização das comunidades no sentido de definir e reivindicar suas demandas, entre elas a presença de distintas organizações religiosas, a atuação dos evangélicos apresenta especial vigor no cumprimento desta função. Setores da Igreja Católica, grupos kardecistas, religiões afro-brasileiras e, até mesmo, denominações evangélicas com organização distinta das apresentadas acima atuam, de modo considerável, em diversos segmentos da sociedade.

Porém, a atuação dessas instituições dentro do espaço político não apresenta a mesma força das denominações evangélicas discutidas neste trabalho. Seja devido a uma opção por outras formas de atuação junto ao Estado, seja por uma inadequação de sua organização dentro do atual contexto social, o que se pode perceber é uma maior inserção dos evangélicos dentro do espaço político através de seu rendimento eleitoral.

1.5 A política na visão dos evangélicos pentecostais

Com o crescimento vertiginoso do número de evangélicos no país, muitas lideranças eclesíásticas justificaram sua participação na esfera político-partidária, alegando a necessidade de participar da vida pública do país, para, dessa forma, defender “os interesses do povo menos favorecido, procurando proporcionar-lhes o que o Estado, muitas vezes, deixa de dar, levantando a bandeira da ética cristã, da moral e bem-estar da sociedade” (TEIXEIRA, 2013, p. 22).

Desse modo, os evangélicos começam a traduzir sua expansão numérica em presença no parlamento. Para aumentar o número de representantes evangélicos na Câmara e nas Assembleias Legislativas e seu poder de negociação política a cada eleição. Os evangélicos vêm-se mobilizando cada vez mais. Algumas denominações criaram até conselhos políticos para escolher, tutorar e acompanhar o desempenho de seus candidatos oficiais.

O número crescente de candidatos religiosos a cargos públicos eletivos pode ser explicado, em parte, pelo crescimento vertiginoso de fiéis pentecostais e neopentecostais em todo o território nacional. Se outrora esses grupos religiosos se autoexcluíaam do universo ‘mundano’ da política, com a expansão pentecostal e sua consequente complexidade, muitas lideranças pastorais perceberam que a porta de entrada para legitimar os valores, a moralidade cristã e defender interesses corporativos de suas instituições religiosas passava pela participação na política partidária. Assim, foi-se constituindo e consolidando a chamada bancada evangélica, no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas.

A politização religiosa em curso nas sociedades ocidentais tem se defrontado com três ordens de suspeição: a) a (re) introdução “indevida” da lógica e da linguagem de organizações religiosas no cenário da política institucional; b) seu conteúdo conservador do

ponto de vista ideológico; c) seu potencial intolerante, que criaria problemas de coesão social onde já há suficientes desafios colocados pela pluralidade sociocultural existente (CASANOVA, 2011, p. 27).

Tais referências são fundamentais para a compreensão dos impactos dos discursos pentecostais na cultura política. A desconfiança de que haja um estreitamento da esfera pública, com ameaças a expectativas de avanço das demandas por justiça, igualdade e reconhecimento vindas de grupos subalternos, produz uma reticente admissão do maior espaço ocupado pelos novos atores da religião pública.

Por outro lado, uma complexa teia de justificativas para esses temores e resistências à “política religiosa” é tecida de parte a parte, estereótipos sobre as minorias emergentes e reiteração de mitologias de unidade nacional, neutralidade do Estado e pluralismo cultural ameaçado se justapõem de forma heteróclita e alimentam confrontos entre majorias e minorias, ou, no caso específico, também entre minoria religiosa e outras politicamente emergentes (mulheres, negros, gays etc.).

Machado (2006) e Oro (2008) dão um passo à frente ao verificar que algumas características típicas de denominações pentecostais são de grande relevância para a obtenção de sucesso nos processos eleitorais. Ambos concordam que a “formação de lideranças carismáticas”, o “culto à personalidade”, a “intensa socialização dos fiéis” e o “uso estratégico da mídia” são fundamentais para que as denominações religiosas sejam capazes de mobilizar seus membros em torno de certas candidaturas. Essas características destacadas pelos autores guardam uma forte relação com a centralidade ocupada pelos líderes religiosos nas igrejas pentecostais e com a elevada assiduidade dos seus membros nos cultos, o que resulta em uma grande exposição dos fiéis às autoridades religiosas e às mensagens políticas transmitidas na igreja. Como Campos (2006, p. 61) argumenta:

Nas grandes cidades, por exemplo, a Igreja tem dividido os templos entre os seus candidatos oficiais, sendo que essas “paróquias” se comportam como se fossem “distritos eleitorais”, fechados a outros candidatos, sejam eles estranhos ou da própria Igreja. Todavia, há um outro lado da questão ainda não suficientemente trabalhado. Referimo-nos às maneiras como a obediência dos fiéis-eleitores é conquistada.

Esse diagnóstico que aponta os pentecostais como aqueles mais propícios a votarem por orientação das suas igrejas coincide, em certa medida, com o diagnóstico do típico eleitor brasileiro (Campos, 2006). As características atribuídas aos eleitores evangélicos pentecostais são bastante próximas daquelas que definem a escolha do eleitor de baixa escolaridade e baixa informação política no Brasil. Há, portanto, certa correspondência entre o perfil da grande maioria dos membros das igrejas pentecostais e o do típico eleitor brasileiro: o voto personalista, pragmático, sem conteúdo político-ideológico, pautado pelas qualidades pessoais dos candidatos.

As igrejas, assim, tornam-se grandes potencializadoras desse típico comportamento eleitoral, pois encontram as condições mais propícias para a transmissão de informação política e a promoção de candidatos “oficiais”. Resta, no entanto, esclarecer como as mensagens políticas são recebidas e processadas pelos eleitores pentecostais.

Tendo em vista todas essas considerações, busca-se argumentar, nesse texto, uma análise que contribua para um maior entendimento dessa dimensão eleitoral dos grupos religiosos no Brasil. A teoria da análise contextual parece fornecer bons indicativos de como a religião pode produzir efeitos sobre as orientações políticas. Como afirma Machado (2006, p. 148),

uma vez mais os pentecostais se destacam, pois são os grupos evangélicos mais competitivos e com maior capacidade de transferir suas influências da esfera religiosa para a esfera política. Este sucesso nas disputas eleitorais é resultado, entre outras coisas, de um rápido processo de formação de lideranças e uma intensa socialização dos fiéis o que expressa revisões nas concepções de política e de cidadania de parte dos grupos pentecostais. Um dos pontos mais importantes talvez tenha sido a adoção do modelo corporativo de representação política com o lançamento de candidaturas oficiais por parte de algumas denominações.

Esse tipo de iniciativa ampliou a força política dos pentecostais e, conseqüentemente, acirrou as disputas no interior do campo evangélico fazendo com que outras igrejas criassem espaços de debate, socialização e organização das iniciativas no campo da política eleitoral.

Pesquisas em outros estados do Brasil demonstram que essa reação não se limitou ao Rio de Janeiro e que a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil e a Igreja do Evangelho

Quadrangular produziram cartinhas, organizaram encontros para transmitir orientações das lideranças religiosas junto aos candidatos e para divulgar os projetos políticos dos seus respectivos grupos: Cidadania AD e Cidadania Quadrangular. No plano nacional, a criação nesse período do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política, bem como da Frente Parlamentar Evangélica e do Grupo de Assessoria Parlamentar Evangélica revelam ainda a ampliação da capacidade de mobilização e organização dos parlamentares na defesa dos interesses “supradenominacionais”, assim como o engajamento de novos sujeitos coletivos e individuais no debate político (MACHADO, 2006, p. 149).

Como a autora afirma acima, a organização das reuniões para as orientações dos líderes religiosos junto com os candidatos revela a preocupação dos candidatos evangélicos pentecostais em vender seu projeto político para os fiéis de sua igreja.

De modo geral, o brasileiro apresenta uma percepção negativa da sociedade nacional com 79% dos entrevistados² indicando o declínio moral como um dos grandes desafios a serem enfrentados na atualidade. A porcentagem dos pentecostais que se mostrarem preocupados que a degradação dos padrões de conduta vigentes no país é três pontos percentuais superior à média brasileira e esses entrevistados revelam também uma expectativa maior em relação à função moral da religião nos outros espaços de organização social e política (MACHADO, 2006, p. 149).

Ainda que a dimensão religiosa seja muito valorizada pela população e as instituições conservem importantes pontos de referência ética, essa preocupação parece mais acentuada entre os pentecostais. Por outro lado, o fato de essas lideranças conseguirem transformar a comunidade de fiéis em celeiro de votos não só para seus membros, mas também para todos aqueles que com ela quiserem fazer algumas alianças, acaba por aumentar sua capacidade de influência na cena política e ampliar sua área de atuação na sociedade brasileira.

² Um *Survey* intitulado *Spirit and Power*, realizado no início desse século pelo *Pew Research Center* em dez países do mundo, demonstra a importância da pertença religiosa na articulação das identidades dos atores sociais brasileiros.

CAPÍTULO 2 UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS EVANGÉLICOS PENTECOSTAIS NO PLEITO ELEITORAL DE 2004, NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO.

A separação entre o campo político e o campo religioso, nos últimos anos, no Brasil, tem-se tornado um tema em evidência, com o avanço dos pentecostais e neopentecostais na esfera da política partidária.

Percebe-se “uma penetração ou reabertura dos espaços públicos – institucionalizados ou não – à ação organizada de grupos e organizações religiosas” (BURITY, 2001, p. 29). Essa nova ação, levantada pelo autor, tem sido uma realidade, pois esses evangélicos buscam a ocupação desses espaços, antes não desejados.

As igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais voltaram a público, ganharam visibilidade na sociedade e, através disso, procuram manter “interlocução com as autoridades civis e políticas, publicam manifestos”, organizam grandes concentrações públicas de fiéis e apoiam abertamente candidatos a cargos eletivos (BURITY, 2001, p. 33).

Como o autor afirma acima, o grande interesse dos evangélicos pentecostais é buscar a visibilidade na sociedade, através do diálogo com as autoridades civis e políticas, promovendo grandes concentrações religiosas, dando apoio político a candidatos evangélicos para cargos eletivos. E nesse sentido, tal interesse dos evangélicos pentecostais não é diferente no município, como parte da análise deste capítulo, trataremos das razões pelas quais os evangélicos tiveram interesse na participação na política desse município, e como o Cabo de Santo Agostinho.

Como reflexo desse fenômeno, estudaremos qual é o perfil dos candidatos evangélicos que participam das eleições no referido município e como a criação do Conselho Mundial de Igrejas teve influência na formação do Conselho de Pastores do Cabo de Santo Agostinho.

Para entender tal processo, primeiro nós precisamos analisar as razões que levam candidatos vindos de igrejas evangélicas a participarem de campanhas políticas.

O Cabo de Santo Agostinho é parte da Região Metropolitana do Recife, inserido na Microrregião de Suape, e tem como cidades vizinhas os municípios de

Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Escada, Vitória de Santo Antão e Moreno. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, a população do Cabo gira em torno de 185.123 habitantes (PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, 25 jul. 2017).

Localizado a 33 km do Marco Zero de Pernambuco, e 20 km do Aeroporto, o acesso mais utilizado para se chegar ao local é através das rodovias BR-101 Sul e PE-60, e PE-28 (Rodovia Vicente Pinzón), bem como pela Via Parque/Paiva que dá acesso às praias do Município, tais como Gaibu, Itapuama, Paraíso e Suape.

O município é cortado por três rios, sendo eles o Pirapama, Jaboatão e Gurjaú. O Cabo é o mais importante centro industrial de Pernambuco, onde o principal distrito é o complexo industrial e portuário de Suape. A existência de um Complexo Industrial voltado para grandes empresas como Coperbo, Moura, Brahma, Caninha 51, Coca Cola e a Belco fazem do Cabo uma região com plenas condições para o desenvolvimento socioeconômico.

Da mesma forma, o município possui uma importante contribuição na economia pernambucana com a Agricultura, especialmente plantação de cana-de-açúcar e indústrias do setor secundário. Por tais razões, o município possui uma boa infraestrutura para o turismo, voltada, em especial, para o patrimônio tanto natural como cultural (PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, 25 jul. 2017).

Apesar de todos esses fatores que beneficiam a região, as atividades industriais sem o devido controle do Estado, em especial no complexo de Suape, são frequentemente apontadas como um risco ao meio ambiente local às atividades de lazer e turismo exercidas e incentivadas na orla.

Um dos desafios do município, sem dúvida, é aproveitar melhor as suas capacidades de desenvolvimento agrícola, buscando investir na modernização e na diversidade de culturas agrícolas, agindo de forma sustentável, a preservar o meio ambiente local.

Segundo dados do IBGE (2000), a principal lavoura é a cana-de-açúcar. Além disso, produziu-se ainda mais de um milhão de frutos provenientes de lavouras permanentes tais como a banana, a laranja, o coco e a manga. As práticas agrícolas para produção das lavouras citadas demandam o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas que podem contaminar cursos d'água. O Diagnóstico Ambiental da Bacia do Pirapama aborda bem essas questões, evidenciando ainda o despejo industrial e agroindustrial, além de esgoto doméstico sem tratamento diretamente no rio Pirapama. O grau de contaminação na foz da Barra de Jangada pode vir a impactar a faixa de

praia. O Perfil Socioeconômico e ambiental Cabo de Santo Agostinho no tocante a atividade pesqueira nem o estado de Pernambuco, nem o município do Cabo mantém um sistema de estatística pesqueira (CPRH - AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, 25 jul. 2017).

Dessa forma, percebemos algumas razões pelas quais, devido ao desenvolvimento econômico e social, a região se tornou um campo fértil para a atuação política, devido às oportunidades visíveis na região, bem como a crescente presença dos evangélicos na cidade.

2.1 O crescente interesse dos pentecostais pelo Poder Legislativo

Desde a abertura democrática no Brasil, temos assistido, a cada eleição, ao aumento do número de candidatos a cargos eletivos, sobretudo ao Legislativo. Nota-se, entre esses candidatos, número expressivo de agentes religiosos, sejam eles líderes carismáticos ou apenas membros de alguma instituição religiosa (ORO, 2008, p. 7).

Por ocasião do pleito eleitoral, eles costumam expor a sua condição e seu vínculo religioso com a intenção de aproximar os fiéis de sua candidatura, obter o apoio da instituição religiosa à qual pertencem e, assim, formar uma base eleitoral de apoio religioso.

Como veremos adiante, "alguns candidatos conseguem obter esse apoio com o poderoso auxílio das instituições religiosas às quais pertencem, pois algumas igrejas não deixam de se fazer presentes no campo político, mobilizando-se na perspectiva de eleger seus representantes" (ORO, 2008, p. 10). Esse é o motivo pelo qual muitos candidatos que possuem um vínculo religioso forte, por ocasião das eleições, buscam aproximar-se de grupos religiosos, principalmente dos evangélicos neopentecostais.

Segundo Oro, "em uma pesquisa realizada com vereadores da capital gaúcha e deputados estaduais do Rio Grande do Sul, muitos afirmaram que sua aceitação social acontecer quando expressam publicamente algum vínculo religioso". (ORO, 2001, p. 167).

Muitos candidatos religiosos aproveitam o fato de estarem vinculados a uma determinada igreja ou religião para galgar espaços de poder na política em nome da sua fé. Uma vez eleitos, saem em defesa da ordem social, da moral cristã e dos

bons costumes e, não raro, brigam pela legitimação e pelo reconhecimento daquilo que prega a sua doutrina religiosa como sendo algo universal e que deve ser aceito por todos os cidadãos.

Um exemplo foi a bancada evangélica, do município do Cabo de Santo Agostinho, tornar o dia 31 de outubro feriado municipal, em homenagem ao dia Municipal da Reforma Protestante e Ação de Graças. Na Lei municipal de nº 2.313 de 23 de março de 2015:

Art. 1º Passa o dia 31 de outubro a ser feriado, no Cabo de Santo Agostinho, em homenagem ao Dia Municipal da Reforma Protestante e Ação de Graças. Art. 2º. Anualmente, na data indicada no art. 1º, a Prefeitura Municipal apoiará festividades destinadas a realçar o significado da comemoração. Art. 3º. As comemorações farão parte do calendário oficial do Município. Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Essa lei municipal institucionaliza, para a população cabense, algo que é particular do credo dos evangélicos pentecostais e neopentecostais. Embora o Estado brasileiro seja juridicamente laico, como afirma Mouffe (1996, p. 22), “na medida em que atuem nos limites constitucionais, não há nenhuma razão porque os grupos religiosos não devam intervir na arena política para debater a favor de ou contra certas causas”.

E é isso que membros, agentes e instituições religiosas vêm fazendo no âmbito da esfera política. Cada vez mais veremos a participação e o engajamento deles no campo da política. “Os partidos e candidatos que não levam os grupos religiosos em seu discurso e estratégia correm sério risco de se complicarem ou inviabilizarem eleitoralmente” (*apud* ORO, 2008, p. 9). O cenário da chegada dos pentecostais ao mundo da política tem alguns fatores que Campos (2006, p. 57) afirma:

Em muitas Igrejas pentecostais, inclusive na IURD, o controle da campanha eleitoral é feito de uma maneira direta e incisiva, excluindo-se da vista de seus fiéis qualquer outro candidato que não o oficialmente apresentado aos irmãos. Um deles, que ousou se aproximar dos templos da Igreja universal, foi rechaçado, com notas enérgicas no jornal oficial, dizendo que ele não era um candidato oficial da Igreja, recomendando, inclusive, que as pessoas não votassem nele.

Os pentecostais perceberam o potencial desse eleitorado, que não queria mais os políticos profissionais; mesmo aqueles pentecostais que têm por hábito votar no candidato indicado pelo pastor, já se estavam tornando mais exigentes quanto aos compromissos morais de seus candidatos.

Em 2004, no município do Cabo de Santo Agostinho, o panorama eleitoral da participação de religiosos na política, já observado em outras eleições, repetiu-se. Líderes religiosos e as próprias instituições religiosas se mobilizaram para conquistar cadeiras na Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho-PE.

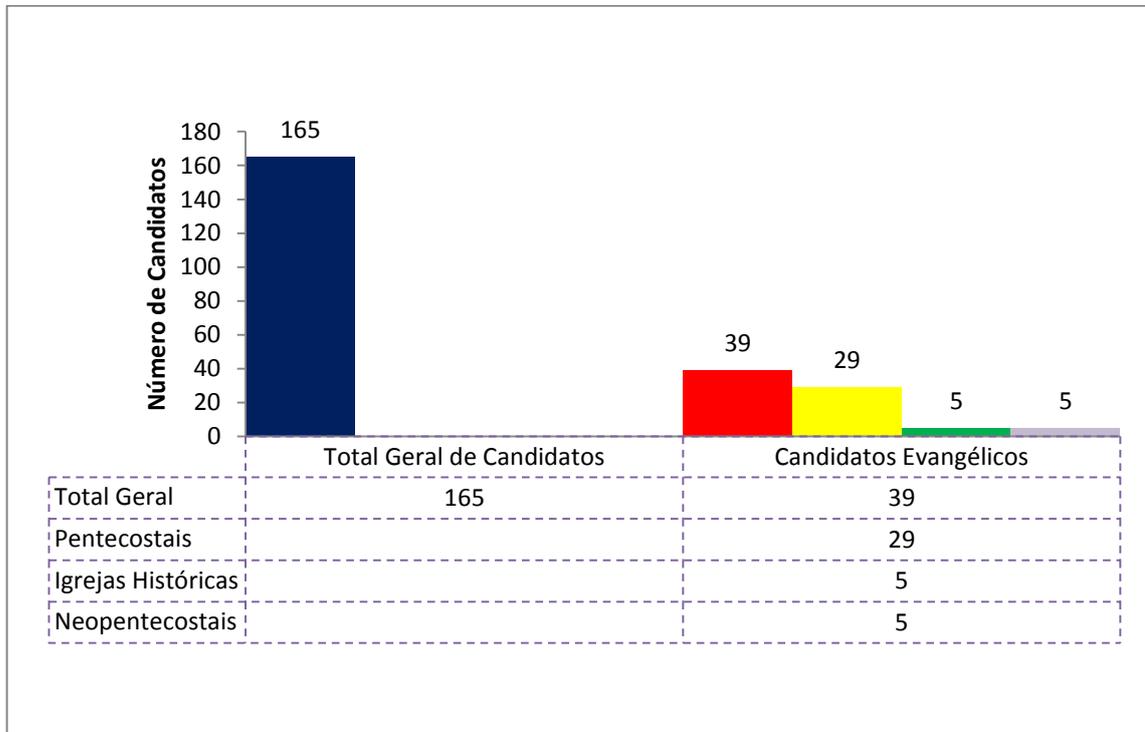
Por ocasião das eleições de 2004, observamos a atuação de candidatos que tornaram público o seu vínculo religioso durante a campanha eleitoral no município do Cabo de Santo Agostinho. A observação ocorreu mediante a consulta sistemática das *home-pages* do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do TRE (Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco). Ao todo, identificados 39 candidatos no pleito de 2004 que empregavam sua identidade religiosa como atributo político para a conquista de votos. Desses 39 candidatos evangélicos ao pleito eleitoral, 5 são das Igrejas Históricas, 29 Pentecostais e 5 Neopentecostais.

Os candidatos das **Igrejas Históricas** foram: Caboré, Tonho de Gúrcjau, Pastor Edvaldo, Rute Sena e Abnoan.

Os candidatos das **Igrejas Pentecostais** foram: Cocó, Nilson Gabriel, Joelson Dionísio, Joel Lopes, Lucas Lima, Claudemir, Pastor Joselito, Irmão Doda, Irmão Danda, Irmão Zito, Irmão Clenio, Irmão Hélio Vieira, Nilson Vanderley, Benca, Jesiel Carvalho, Irmã Fátima, Irmão Agrinaldo, Cris, Mingos, Irmã Edileuza, Irmazinho de Rosário, Irmão Adelson, Irmã Vanda, Irmã Nice, Irmã Jane, Irmão Edvaldo, Irmão Baiano, Irmão Severina e Chico PM.

E os candidatos das **Igrejas Neopentecostais** foram: César Paiva, Jacilene Maria dos Santos da Silva e Pastor Eliel José, Micaias Bezerra, Rogerio Santos. No prosseguimento deste trabalho, será apresentado um quadro completo com estes candidatos.

Gráfico 1 - Total de candidatos do pleito do Cabo de Santo Agostinho - PE em 2004



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral –TSE

Identificada a maioria dos evangélicos pentecostais com vínculos confessionais com pelo menos duas estruturas eclesiais, foi surpreendente o grande número de candidatos filiados à igreja Assembleia de Deus, ligada à Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil e à Convenção de Madureira. Em seguida, a Pentecostal Assembleia de Deus. A igreja Assembleia de Deus é a maior denominação em número de templos, fiéis e pastores; dessa forma, teve uma participação no pleito eleitoral de 2004 mais representativa.

Vários estudiosos (ORO, 2001; MACHADO, 2006) já demonstraram que o lançamento das candidaturas, bem como o engajamento das estruturas eclesiais nas campanhas, dá-se de maneira diferenciada. Entretanto, verificou-se, no pleito em questão, a tendência de adoção de algumas estratégias da Igreja Universal do Reino de Deus, por parte dos dirigentes de várias outras denominações pentecostais. Campanhas políticas, seja com a apresentação de candidatos durante os cultos mais concorridos, seja com distribuição de material impresso na saída, foram constatadas em templos da Assembleia de Deus, da Igreja Internacional da Graça de Deus, da Comunidade Evangélica da Zona Sul e da Renascer,

demonstrando que as resistências ao modelo iurdiano de fazer política são bem menores do que o discurso dos concorrentes faz crer.

2.2 O perfil dos políticos pentecostais no pleito eleitoral de 2004 do município do Cabo de Santo Agostinho

“Pode confiar, ele é crente³!”. A origem de tal expressão, tão presente na cultura popular brasileira, pode estar associada ao rigor na seleção dos fiéis que desejavam receber o batismo nas primeiras igrejas de missão instaladas no Brasil.

Para tal, o candidato deveria ser portador de uma forma particular de *ethos* religioso, como aquele identificado por Max Weber (2004), seguindo um ideal ascético puritano que concede ênfase à simplicidade de costumes, evitando gastos com divertimentos ou conforto e concedendo ao labor um caráter religioso, uma vocação orientada por ordem divina. Contudo, desde a chegada das igrejas evangélicas no Brasil, ocorreram diversas transformações no padrão de comportamento dos fiéis.

Com a liberalização dos usos e costumes, promovida pela doutrina neopentecostal, os membros desta designação passaram a se apresentar de forma mais comum aos padrões da sociedade de consumo. No início do século XXI, houve um avanço na participação de atores evangélicos no cenário político brasileiro, o que acirrou a disputa entre diferentes segmentos desta denominação. “Segmento com discreta atuação no cenário político até os anos 1970, os evangélicos ganharam visibilidade durante a Assembleia Constituinte de 1988” (MACHADO, 2006, p. 17).

Na ocasião, pela primeira vez, os parlamentares evangélicos se posicionaram de forma alinhada compondo a chamada bancada evangélica. A bancada evangélica é uma das bancadas suprapartidárias consideradas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Há estudos que demonstram a inexistência efetiva desta bancada, visto que os parlamentares evangélicos não constituem um grupo político coeso por não votarem em bloco e não apresentarem um discurso homogêneo, conforme apontam Oro (2001); Burity e Machado (2006) e Baptista (2009). Embora concordando que a atuação desses parlamentares não ocorre de

³ Expressão usada nas igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais no município do Cabo de Santo Agostinho-PE.

forma coesa, a adesão confessional funciona como elemento agregador de credibilidade perante o eleitor. Conforme se percebe através desta exortação publicada no jornal da Folha Universal:

O povo de Deus tem que ficar atento nas próximas eleições, escolhendo os melhores candidatos. Se ficarmos indiferentes à política e não lutarmos pelos nossos direitos, os corruptos entrarão novamente. Sabemos das perseguições que a Igreja do Senhor Jesus enfrenta, por isso, temos que votar em homens e mulheres de Deus para senador, deputado federal, estadual e governador. Quando tomamos atitudes com sabedoria e votamos em candidatos ungidos com o Espírito Santo, com certeza, a história da política brasileira será outra (Política e Fé, Folha Universal, n. 746, de 23 a 29 de julho de 2006).

Desde as eleições de 2004 para a Câmara Municipal, a religião ganhou força nas disputas eleitorais do município. A partir de então, a eficácia da investida religiosa para produzir votos em processos eleitorais ficou comprovada. Neste cenário, as lideranças evangélicas contam com o apoio do “eleitor religioso socialmente conservador” obtendo sucesso, sobretudo, em disputas para o Poder Legislativo. No momento de decisão do voto, o eleitor religioso recebe maior ou menor influência da instituição eclesial que frequenta.

Além do discurso de purificação da política através da atuação de “homens de Deus” em uma suposta batalha espiritual presente no âmbito político, de acordo com Leôncio Martins Rodrigues (2006), a inserção política dos pentecostais vem sendo avaliada como uma tentativa de fortalecimento das posições conservadoras na política, principalmente em virtude da oposição a certos modernismos ” na área das questões dos costumes e valores, como o direito ao aborto, liberdade sexual, casamento entre pessoas do mesmo sexo, uso de células tronco, clonagem e outros experimentos genéticos” (RODRIGUES, 2006, p. 84).

Veremos abaixo o Quadro 1, que mostra o perfil dos 29 candidatos evangélicos pentecostais, das Igrejas Assembleia de Deus e da Pentecostal Assembleia de Deus do Município.

Quadro 1 - Perfil etário, de ocupação e de escolaridade dos Candidatos Evangélicos Pentecostais ao Pleito de 2004⁴

Nome dos candidatos (as):	Idade	Estado Civil			Ocupação	Escolaridade
		solteiro	casado	Divorciado		
Adelson Bezerra Batista (Irmão Adelson)	49		x		Não Informado	Ensino Médio Incompleto
Adnilson Pereira da Silva (Irmão Micinho)	42		x		Cobrador de Transporte Público	Ensino Médio Incompleto
Agrinaldo José da Silva (Irmão Agrinaldo)	40	x			Pedreiro	Ensino Fundamental Completo
Claudemir José de Souza (Claudemir)	29	x			Não Informado	Ensino Superior Incompleto
Clenio Alves de Lima (Irmão Clenio)	44		x		Não Informado	Ensino Fundamental Incompleto
Clodovaldo Cavalcanti da Silva (Cocó)	43	x			Não Informado	Ensino Médio completo
Edileuza Maria da Silva (Irmã Edileuza)	40		x		Não Informado	Ensino Fundamental Completo
Edvaldo Alves Soares (Irmão Edvaldo)	33		x		Não Informado	Ensino Fundamental Completo
Eunice Izaura das Dores (Irmã Nice)	47	x			Não Informado	Ensino Médio Incompleto
Francisco de Assis de Oliveira (Chico PM)	46		x		Policial Militar	Ensino Médio completo
Hélio Santos Pascoal (Irmão Baiano)	47	x			Não Informado	Ensino Fundamental Completo
Helio Vieira Lima (Irmão Hélio Vieira)	67			x	Aposentado	Curso Superior Completo

⁴ - Dados obtidos através da consulta sistemática das home-pages do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do TER (Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco), segundo as informações dos próprios candidatos para o registro de candidaturas no TSE.

Ivanda Maria da Silva (Irmã Vanda)	55	x			Não Informado	Ensino Fundamental Incompleto
Jesiel Souza Carvalho (Jesiel Carvalho)	37		x		Radialista	Curso Superior Completo
João Felix dos Santos (Irmão Danda)	41		x		Agricultor	Ensino Médio Incompleto
Joel Lopes da Silva (Joel Lopes)	41	x	x		Comerciante	Ensino Fundamental Incompleto
Joelson Dionisio Gomes (Joelson Dionísio)	28	x			Não Informado	Ensino Médio completo
José Amaro da Silva Neto (Irmãozinho de rosário)	39		x		Não Informado	Ensino Fundamental II Incompleto
José Zito da Silva (Irmão Zito)	46		x		Não Informado	Não informado
Joselito Nunes (Pastor Joselito)	47	x			Sacerdote – Pastor – Evangélico	Curso Superior Completo
Josiel Batista Neves (Irmão Doda)	37		x		Não Informado	Ensino Médio Incompleto
Lucas Francisco de Lima (Lucas Lima)	39		x		Cantor	Ensino Médio completo
Maria Cristina da Silva (Cris)	41		x		Não Informado	Não Informado
Maria de Fátima Pereira Lins (Irmã Fátima)	42	x			Comerciante	Ensino Fundamental Incompleto
Miguel Inácio Ramos (Mingos)	31		x		Comerciante	Ensino Médio Incompleto
Nadjane Nascimento de Lira (Irmã Jane)	38	x			Não Informado	Ensino Médio completo
Nilson Gonçalves Vanderlei (Nilson Vanderley)	38		x		Não Informado	Ensino Fundamental II Completo
Ruben Alves da Silva (Benca)	54		x		Desenhista	Ensino Fundamental

						Incompleto II
Josemar Ramos do Nascimento	48		x		Motorista	Ensino Fundamental II incompleto

Fonte: Disponível - <http://www.tre-pe.jus.br/>, acesso em 19 de fevereiro de 2016.

No município do Cabo de Santo Agostinho, são poucas as representantes eleitas para a Câmara Legislativa advindas do meio pentecostal, pois a maioria dos eleitos é do sexo masculino. Em relação aos critérios de escolaridade, dos vinte e nove candidatos cabenses, dois não informaram sua escolaridade, seis informaram o ensino fundamental incompleto, sete têm o ensino fundamental completo, cinco têm o ensino médio completo, seis têm o ensino médio incompleto e dois o ensino superior completo e um com ensino superior incompleto.

Essas diferenças observadas no processo de escolarização dos candidatos também estão muito presentes entre os seus fiéis, como afirma Maria das Dores Machado. Segundo ela, “em matéria de educação (...), os pentecostais se caracterizam por baixos níveis de instrução (...), uma vez que possuem sobretudo o curso de alfabetização de adultos, o antigo primário, o primeiro grau” (MACHADO, 2008, p. 147).

Para Mariano, a maioria dos pentecostais possui baixa escolaridade. Falando especificamente dos adeptos da Igreja Universal, ele completa argumentando:

Os adeptos da Universal não se restringem mais somente aos estratos pobres da população; encontram-se também nas classes médias, incluindo atletas, artistas, empresários e profissionais liberais. Ao lado e por meio disso, o pentecostalismo vem conquistando crescente visibilidade pública e reconhecimento social, aprofundando raízes nas mais diversas áreas da sociedade brasileira (MARIANO, 2014, p. 11).

A grande maioria dos candidatos vereadores evangélicos é do sexo masculino, no entanto, no pleito de 2004, houve sete candidatas evangélicas pentecostais, indicando crescimento significativo de candidatos evangélicos do sexo feminino. Observando o quadro 1, a maioria dos candidatos evangélicos encontra-se na faixa etária entre 30 a 50 anos, e, na escolaridade, a maioria encontra-se no ensino fundamental II. Como afirmam Mariz e Gracino Jr, no livro “Religiões em movimento: o censo de 2010”, organizado por Faustino Teixeira e Renata Menezes:

O perfil social desses que não mencionaram igrejas se aproxima mais do perfil pentecostal; embora seja um pouco mais elevado, não é muito mais. Pode-se pensar por isso que nessa categoria há mais pentecostais do que evangélicos de missão. Comparando os indicadores socioeconômicos dos grupos evangélicos, observamos que os pentecostais estão nos extratos mais baixos, são os mais pobres. Os evangélicos que não declararam sua denominação estão em um patamar intermediário entre os pentecostais e de missão, sugerindo que esse grupo pode ser uma mistura desses dois outros. (MARIZ; GRACINO JR; 2013, p. 172).

Como afirmam os autores supramencionados, os pentecostais indicam o grupo religioso com o menor status social, levando em consideração a sua formação escolar; dessa forma, os pentecostais continuam a distinguir-se por estarem em menor patamar escolar do que os evangélicos históricos.

No que se refere à ocupação, dezesseis não informaram. Os demais são: uma é dona de casa, um é aposentado, três são comerciantes, um é cantor evangélico, um é pastor, um é cobrador de transporte público, um é desenhista, um é radialista, um é agricultor, um é pedreiro e um é policial militar.

Sabemos, entretanto, que o número de candidatos evangélicos recrutados dos segmentos profissionais religiosos é superior àquele indicado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), pois dezesseis candidatos aos pleitos não informaram sua ocupação: Clodovaldo Cavalcanti da Silva, Joel Lopes da Silva, Claudemir José de Souza, Josiel Batista e Hélio Santos Pascol⁵, optaram por não citar seus vínculos com a hierarquia religiosa quando informaram suas respectivas ocupações. Esse fato sugere que as taxas relacionadas às profissões religiosas podem estar subestimadas nas investigações dos cientistas políticos sobre a composição social das bancadas anteriores, indicando a necessidade de cruzar as informações dos registros de candidaturas com outras fontes de dados.

De acordo com o Censo do ano de 2000, existe uma clara predominância, entre os pentecostais, de indivíduos que recebem até dois salários mínimos, 70,3%, e que apresentam baixa escolaridade, 60,8% com ensino fundamental incompleto, diferentemente dos não pentecostais, que têm apenas 33,7% dos seus membros com ensino fundamental incompleto (IBGE, 2000).

⁵ - Fonte: Disponível - <http://www.tre-pe.jus.br/>, acesso em 19 de fevereiro de 2016.

Os pentecostais adotam uma postura mais fundamentalista no plano religioso, grande assiduidade nas atividades da igreja, alto teor proselitista e ênfase no trabalho missionário; já os não pentecostais, de modo geral, adotam uma interpretação mais flexível em relação à bíblia, maior adaptação ao mundo e explicação mais racionalizada da conduta de vida. Esses grupos distinguem-se também quanto ao comportamento político, com maior propensão entre os não pentecostais a participarem de associações do tipo político e civil, embora se observe, atualmente, maior visibilidade dos pentecostais no plano político institucional (CARNEIRO, 1998, p. 86).

Desde a década de 80, no Brasil, observa-se certa politização de alguns grupos protestantes, o que tem suscitado novas indagações a respeito da dinâmica social das religiões como um todo. O fato é que, no decorrer dos últimos anos, tem-se atribuído maior relevância ao pertencimento religioso para se explicar o comportamento político desse segmento da população brasileira. Não é sem motivo que, já há algum tempo, diversos estudos têm apontado para a existência de certa padronização do comportamento eleitoral dos evangélicos.

Poucos, no entanto, exploram as causas dessa relação e suas consequências para a decisão desses eleitores. Machado (2006) e Oro (2001) trazem importantes indicativos de como a filiação religiosa se traduz em comportamento político. Eles demonstram que, dentre todos os evangélicos, no Brasil, os membros do segmento pentecostal são os que mais relatam ser acionados por organizações religiosas para votar em candidatos específicos e são os que mais recebem informações sobre candidaturas em suas igrejas. Vejamos o que Mariano afirma:

Ao lado da Assembleia de Deus, a Universal é a igreja pentecostal com o maior sucesso eleitoral. Como as demais estratégias de inserção social de que se vale, participa da política, lançando candidaturas próprias desde a eleição de 1982, para expandir seu crescimento e defender seus interesses corporativos, entre os quais alardeia o da liberdade religiosa. Alega que, com representantes no parlamento, no caso de “perseguição”, da qual frequentemente se diz vítima, estará preparada para lutar pela manutenção de suas concessões de emissoras de rádio e TV. Seu engajamento na esfera política, como se vê, não é desinteressado nem nobre. Visa basicamente a duas coisas: conquista de poder e atendimento dos interesses corporativos da denominação e das causas evangélicas. Tanto assim que, quando tentam justificar seus mandatos, políticos pentecostais de todas as vertentes apontam feitos como a defesa de privilégios fiscais para as igrejas, o combate a virtuais penalidades

pela desobediência de leis restritivas à poluição sonora e, no plano municipal, as relativas ao código de edificações. Além disso, tal como os parlamentares afinados com a moral da Igreja católica, os políticos pentecostais costumam içar e brandir velhas bandeiras moralistas, causas do agrado de suas bases eleitorais, como censura nos meios de comunicação e a oposição à legalização do aborto, à pornografia, à união civil de homossexuais, à descriminalização da maconha (MARIANO, 2014, p. 91).

As igrejas pentecostais têm usado as mesmas estratégias que os neopentecostais utilizam. Elas não medem esforços para eleger seus candidatos. Como não se ressentem do peso da tradição sectária e apolítica do pentecostalismo, seus líderes não necessitam dar maiores explicações para justificar sua participação no jogo político partidário.

Durante o pleito eleitoral, os candidatos evangélicos começam a frequentar mais os cultos, na intencionalidade de sua apresentação. Há outro fato: existem candidatos evangélicos que saem aos pleitos, mas não são candidatos da igreja. Esses candidatos são considerados independentes, sejam candidatos evangélicos, representando a igreja ou não, mas todos defendem as velhas bandeiras moralistas para atender aos interesses corporativos da denominação e das causas evangélicas. No Quadro 2, a seguir, os nomes dos candidatos do pleito de 2004, suas filiações eclesiais e partidárias.

Quadro 2 - Perfil dos Candidatos – Denominação e Partido Político⁶

Candidatos	Denominação Evangélica	Partido
Adelson Bezerra Batista (Irmão Adelson)	Assembleia de Deus (Bela Vista)	PSL
Adnilson Pereira da Silva (Irmão Micinho)	Assembleia de Deus (Bairro São Francisco)	PTC
Agrinaldo José da Silva (Irmão Agrinaldo)	Assembleia de Deus (Charneca)	PSC
Claudemir José de Souza (Claudemir)	Pentecostal Assembleia de Deus (Cohab)	PT
Clenio Alves de Lima (Irmão Clenio)	Assembleia de Deus (Bairro São Francisco)	PTB

⁶ - Perfil dos candidatos Evangélicos Pentecostais no Pleito de 2004 – Denominação e Partido.

Clodovaldo Cavalcanti da Silva (Cocó)	Pentecostal (Centro do Cabo)	PDT
Edileuza Maria da Silva (Irmã Edileuza)	Pentecostal (Ponte dos carvalhos)	PSL
Edvaldo Alves Soares (Irmão Edvaldo)	Pentecostal (Charneca)	PT
Eunice Izaura das Dores (Irmã Nice)	Assembleia de Deus (Pontezinha)	PSDB
Francisco de Assis de Oliveira (Chico PM)	Assembleia de Deus (Bairro de São Francisco)	PSC
Hélio Santos Pascoal (Irmão Baiano)	Assembleia de Deus (Pontezinha)	PSC
Hélio Vieira Lima (Irmão Hélio Vieira)	Assembleia de Deus (Ponte dos carvalhos)	PSB
Ivanda Maria da Silva (Irmã Vanda)	Assembleia de Deus (Mauriti)	PSL
Jesiel Souza Carvalho (Jesiel Carvalho)	Assembleia de Deus (Jaboatão dos Guararapes)	PTB
João Felix dos Santos (Irmão Danda)	Assembleia de Deus (Bairro)	PSC
Joel Lopes da Silva (Joel Lopes)	Assembleia de Deus (Centro)	PP
Joelson Dionísio Gomes (Joelson Dionísio)	Assembleia de Deus (Bairro São Francisco)	PTC
José Amaro da Silva Neto (Irmãozinho de rosário)	Pentecostal (Rosário)	PSL
José Zito da Silva (Irmão Zito)	Assembleia de Deus (Bairro são Francisco)	PDT
Joselito Nunes (Pastor Joselito)	Assembleia de Deus (Charneca)	PL
Josiel Batista Neves (Irmão Doda)	Assembleia de Deus (Charneca)	PCB
Lucas Francisco de Lima (Lucas Lima)	Pentecostal Assembleia de Deus (Ponte dos Carvalho)	PPS
Maria Cristina da Silva (Cris)	Pentecostal (Centro-Cabo)	PMN
Maria de Fátima Pereira Lins (Irmã Fátima)	Assembleia de Deus (Ponte dos Carvalho)	PHS
Miguel Inácio Ramos (Mingos)	Pentecostal (Gaibú)	PSDB
Nadjane Nascimento de Lira (Irmã Jane)	Assembleia de Deus (Charneca)	PSDB
Nilson Gonçalves Vanderlei (Nilson Vanderley)	Pentecostal (Charneca)	PFL
Ruben Alves da Silva (Benca)	Pentecostal (Ponte do Carvalho)	PHS
Severina Justino da Silva (Irmão Severina)	Assembleia de Deus (Pontezinha)	PFL

Fonte: Disponível - <http://www.tre-pe.jus.br/>, acesso em 19 de fevereiro de 2016.

De maneira geral, os candidatos encontram-se distribuídos em vários partidos políticos e compondo diversas alianças partidárias. A sigla que mais candidatos apresentou foi o PSL, num total de 04, seguido de perto pelo PSC, com 03 candidatos. A distribuição de candidatos nos demais partidos ficou assim constituída: PDT (2), PTC (2), PT (2), PTB (2), PHS (2), PFL (2), PP (1), PPS (1), PL (1), PCB (1), PSB (1), PMN (1). Os dados aqui apresentados indicam que, no pleito de 2004, ocorreu uma reação de setores evangélicos, especialmente da Assembleia de Deus e da Pentecostal Assembleia de Deus, no cenário da política partidária do município.

Embora não tenham sido identificados vínculos confessionais pelos dados disponibilizados pelos candidatos, no Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral, foi surpreendente o grande número de candidatos filiados à igreja Assembleia de Deus e à Pentecostal Assembleia de Deus, no pleito eleitoral de 2004, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Em relação à composição partidária desses parlamentares, não há um alinhamento evangélico com uma única tendência partidária. Todas as análises e os resultados eleitorais ressaltam a pluralidade de opções partidárias e as divisões entre os evangélicos. Assim como nos outros segmentos evangélicos, o pentecostalismo é pluripartidário.

2.3 O comportamento eleitoral dos candidatos e dos fiéis pentecostais

Segundo Soares (1973), o comportamento eleitoral partiu da base sociológica que contribuía para análise do contexto em que cada eleitor poderia estar inserido, influenciando assim em suas escolhas políticas.

A análise estimulava processos sociais amplos, acima de tudo, acerca dos processos de industrialização e de urbanização, contribuindo, assim, para divisões sociais dentro de alguns partidos políticos.

Diversos deles demonstraram existir alta correlação entre indicadores socioeconômicos (urbanização, alfabetização, ocupação, renda etc.) e variáveis eleitorais, tais como a proporção de votos para partidos dispostos em um espectro ideológico *conservador-progressista* (SOARES, 1973; REIS, 1975; LAMOUNIER; CARDOSO, 1975; FARIA, 1975).

Em linhas gerais, conjecturava-se que, com a modernização, seria desenvolvido no Brasil um conjunto de características similar àquele de países centrais, de tal modo que, progressivamente, vícios políticos da ordem tradicional seriam superados, tais como o clientelismo e o voto do tipo personalista. A expectativa era de que a modernização da sociedade brasileira implicaria o desenvolvimento da “consciência de classe” e o “comportamento ideológico” do eleitorado. Ainda podemos compreender outro elemento importante nessa discussão, como afirma Rodrigues (2006, p. 02):

Mas o protestantismo no Brasil não se faz de um grupo homogêneo. São, basicamente, dois grandes segmentos: de um lado, os *históricos (ou não-pentecostais)*, que compõem pouco menos de 1/3 do total dos evangélicos no país; e de outro, os *pentecostais*, que abarca a grande maioria do público protestante. Esses dois grupos apresentam diferenças significativas em termos de perfil socioeconômico, práticas religiosas e comportamento político.

Como observamos acima, o protestantismo não foi construído de forma homogênea, os dois grupos evangélicos (os históricos e os pentecostais) apresentam muitas diferenças em termos socioeconômicos, práticas religiosas e comportamento político. Essa realidade traduz que não existe uma unidade de dogmas, doutrina e comportamento político homogêneo para todo segmento evangélico.

A partir de uma interpretação da aplicação da teoria da escolha racional ao comportamento eleitoral é possível supor que os eleitores procuram uma maximização da relação entre custo e benefício quando se trata da determinação de seu voto. O que se busca é realizar a melhor escolha possível despendendo o menor esforço. Cabe ressaltar que tal modo de proceder não implica necessariamente em um voto que, de fato, possa ser considerado o melhor para o eleitor. É possível que o voto não se concretize em realizações positivas para o eleitor, porém, dentro da lógica de quem vota, aquela era a melhor opção a partir do custo com o qual o eleitor decidiu arcar no pleito em questão (CARREIRÃO, 2002, p. 79).

À escolha racional ao comportamento eleitoral levanta-se uma hipótese que parte de um possível condicionamento por parte das igrejas permitindo aos fiéis a transferência do custo de sua adesão religiosa para a escolha eleitoral. Diante desse aspecto, o custo seria mínimo, por considerar que o exercício da fé seria independente do pleito eleitoral e a possibilidade apresentada pela igreja seria

conforme a lógica do adepto/eleitor, sendo os maiores beneficiados, para que seja possível compreender a proposição apresentada pela igreja como sendo a melhor maneira de entender a relação entre adepto e liderança religiosa evangélica, assim como sua estruturação dos discursos apresentados pelas lideranças.

Ainda, cabe ressaltar que, em muitos casos, as atividades religiosas não constituem um custo, mas um prazer, tornando a relação custo/benefício ainda mais positiva. Os estudos referentes ao comportamento eleitoral dos fiéis evangélicos apresentam várias razões para que a fé religiosa transforme-se em voto no período eleitoral. O aspecto sócio-econômico, a forte influência da igreja nas comunidades menos favorecidas, a própria ética da religião evangélica e o nível de escolaridade entram, segundo a bibliografia, como fatores na determinação do voto do fiel por parte das igrejas (MAIA, 2006, p. 104).

Ainda segundo o autor, o comportamento eleitoral dos fiéis pode ser apresentado por diversas razões, entre elas: a influência da igreja pentecostal nas comunidades carentes, o nível de escolaridade desses fiéis e a ética da religião evangélica pentecostal. Segundo Novaes (2002), um dos fatores fundamentais para o comportamento eleitoral dos evangélicos, é exatamente a influência das igrejas evangélicas em localidades em que o Estado não atua de fato.

Os evangélicos são os que mais chegam às margens da sociedade. Chegam a lugares dos quais nenhuma outra instituição civil ou religiosa ousa se aproximar. Esta presença, nas margens periféricas da sociedade, logra produzir alívio em autoridades políticas responsáveis pela segurança pública. Porém, como os pentecostais não estão apenas nas margens – estão também no centro, isto é, nos meios de comunicação e no Parlamento – também produzem preocupação (NOVAES, 2002, p. 81).

Como foi dito acima, as igrejas evangélicas chegam às localidades carentes; nessas comunidades, geralmente a ausência do Estado é comum, e quando sua presença acontece é de forma repressiva. Oro (2008, p. 68) afirma: “os evangélicos constituem uma fonte de mobilização política de setores sociais desfavorecidos. Para muitas pessoas, participar de uma igreja como a IURD significa a primeira experiência de conversar sobre política e de valorizar o voto”.

Podemos verificar que a igreja evangélica, além de exercer o poder religioso, também exerce o poder político, através da mobilização dos seus fiéis das comunidades carentes. Dessa forma, Mariano (2014, p. 12) afirma também que,

com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situações tão desesperadoras, os estratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados, distante do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à própria sorte pelos poderes públicos, têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas, encontram receptividade, apoio terapêutico-espiritual e, em alguns casos, solidariedade material. A correlação existente entre pobreza e pentecostalismo, entretanto, não explica os motivos da expansão desta religião, nem muito menos as razões do crescimento desigual das diferentes Igrejas.

Diante do que foi exposto, pode-se mencionar uma aceleração no que se refere ao crescimento dos pentecostais, iniciada na década de 60, oriunda do setor protestante, assim como a rápida expansão da Renovação Católica, movimento oriundo da linha pentecostal dos EUA que se consolidou no catolicismo brasileiro no início dos anos 70.

A Renovação Carismática, abençoada pelo Papa, utilizou aspectos teológicos e métodos evangelísticos típicos do seu principal concorrente na América Latina, para minimizar o avanço pentecostal. O discurso religioso é utilizado para sacralizar o espaço político, tornando o espaço sagrado para além da igreja ou dos lares. Segundo Oro (2008, p. 107),

a IURD utiliza-se de um discurso que traz para o campo político importantes elementos simbólicos do campo religioso (...). Portanto, para a IURD, e outras igrejas pentecostais ou reformadas, a corrupção é a antítese dos princípios cristãos de valorização da comunidade, do bem comum e da fraternidade, constituindo-se no inimigo do bem-estar dos cidadãos. A corrupção justifica e legitima o ingresso na política, uma vez que eles se consideram uma espécie de reserva moral da sociedade.

Entretanto, a Câmara municipal é um espaço político, em geral apresentado como um espaço “endemoniado” onde imperam atitudes satânicas de realização de prazeres individuais. Naquele espaço deve-se travar uma guerra santa e os evangélicos precisam atuar neste espaço para limpá-lo da impureza dos políticos corruptos.

No discurso laico são apresentados argumentos referentes a valores da ética protestante. Fala-se na necessidade de se defendem os valores da família e da

igreja, na importância de se conseguem recursos para as comunidades e para as igrejas (algo que boa parte da literatura define como um tipo de clientelismo e patrimonialismo), na obrigação de se fazer representar no espaço político etc.

A inserção pentecostal na política não é, portanto, uma novidade inaugurada no Brasil pela Igreja Universal do Reino de Deus, embora as suas estratégias estejam sendo, cada vez mais, copiadas por outras Igrejas. Entretanto, essa Igreja, com suas formas de fazer política, tem trazido novidades e provocado alterações significativas no comportamento dos políticos pentecostais brasileiros. Daí, a necessidade de se averiguar quando, onde e por quê houve esse “salto de qualidade”, no sentido hegeliano da palavra. Buscamos assim uma melhor compreensão de como se deu a troca de um modelo de ação, mentalidade e comportamento, marcados pelo afastamento da política, por outro mais integracionista, do qual o “político de Cristo” é o seu exemplo mais completo (CAMPOS, 2006, p. 49).

Algumas mudanças no comportamento dos políticos pentecostais foram evidenciadas, tal como: novas estratégias foram absorvidas para fazerem melhor a política utilizando o discurso sublime que a política deve ser praticada pelos cidadãos que compõem a igreja, conforme afirma Machado (2006, p. 22):

Similarmente, sugere que a identidade religiosa cumpre função tão ou mais determinante que as identidades partidárias. Os êxitos nas disputas eleitorais atestam essa evidência; a isso se deve atribuir a alta competitividade e a grande capacidade das diferentes denominações religiosas de transformar “capital religioso” em capital político. Segundo Machado, “esse sucesso nas disputas eleitorais é resultado, entre outras coisas, de um rápido processo de formação de lideranças e uma intensa socialização dos fiéis, e expressa, sem dúvida, uma revisão na concepção de política e de cidadania de parte dos grupos pentecostais”.

O evangelismo, especialmente o de viés pentecostal, adquiriu uma dinâmica que diferenciou a rigidez moral e o alheamento político vigente até o final da década de 70, resultando no novo aparecimento de político evangélico (Campos 2006). Com este cenário, as igrejas tornam-se propícias para a transmissão de informações políticas e a promoção de candidatos chamados “Oficiais”. Contudo, o que resta é saber de que maneira essas mensagens são recebidas e processadas pelos eleitores pentecostais.

2.4 O surgimento do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e sua articulação política e religiosa

O CMI é a mais importante associação ecumênica⁷ em nível mundial. Ele congrega desde diversas igrejas protestantes a ortodoxas, que cooperam nas mais diversas esferas locais e internacionais e discutem temas de comum relevância entre elas. Embora a Igreja Católica não seja membro, possui um grupo de trabalho permanente.

De acordo com Bettenson, o CMI surge da necessidade de uma organização internacional para melhor viabilizar as atividades do movimento ecumênico que vinha sendo desenhado desde o início do século XX.

Desde 1910 – Conferência Missionária Mundial em Edimburgo – até 1937 – Conferência sobre “Vida e Trabalho”, em Oxford, e sobre “Fé e Ordem”, em Edimburgo – o movimento ecumênico era atuante sob muitos aspectos, mas não tinha organização central. Por ocasião das conferências de 1937 tomaram-se as primeiras iniciativas para a fusão de “Vida e Trabalho” e “Fé e Ordem” num Conselho Mundial de Igrejas. De 1938 a 1948, este permaneceu – devido à Segunda Guerra Mundial – oficialmente em “processo de formação”, em Amsterdam, em 1948, ele foi formalmente estabelecido (BETTENSON, 2001, p. 435).

Desde o início do século XIX, alguns setores protestantes já propunham a reunião de todos os cristãos. William Carey, considerado o pai das missões modernas, propôs uma reunião de dez em dez anos, visando a construir a unidade das diversas denominações cristãs. Na época, a proposta de Carey foi considerada um sonho. Em 1888, em Londres, ocorreu a Primeira Conferência Missionária Mundial.

Ainda no século XIX, o Movimento de Oxford, no seio da Igreja Anglicana, prestou uma contribuição relevante ao ecumenismo, aproximando-se da Igreja Católica Romana. Desenvolveu-se uma ala ecumênica que chegou ao século XX ativa e organizadamente. “Demonstraram um espírito de encontro, uma grande capacidade de diálogo, uma paixão pela unidade cristã, que souberam traduzir em

⁷ - Ecumenismo é a busca da unidade entre todas as igrejas cristãs. É um processo de entendimento que reconhece e respeita a diversidade entre as igrejas. A ideia de ecumenismo é exatamente reunir o mundo cristão. Na prática, porém, o movimento compreende diversas religiões inclusive aquela não cristã. (BOSCH, J. 1999).

ações significativas. Sem eles não se pode compreender o processo que levou à formação do Conselho Mundial de Igrejas” (SANTA ANA, 1987, p. 229).

Em 1910, em Edimburgo, Escócia, aconteceu uma conferência mundial missionária, com o objetivo de discutir uma agenda comum para a evangelização do mundo, promovida pelas diversas denominações protestantes. Os missionários haviam compreendido que era necessário conjugar todos os esforços na tarefa da evangelização e que as ações isoladas das diversas organizações religiosas estavam fadadas ao fracasso. Em 1916, aconteceu a Conferência do Panamá, da qual participaram alguns brasileiros, como o Reverendo presbiteriano Erasmo Braga, o qual escreveu um denso relatório intitulado *Pan-Americanismo: Aspecto Religioso*.

Na década de 1920, foram criados vários movimentos interdenominacionais na Europa, visando à cooperação entre os protestantes. Destacam-se o *Movimento de Vida e Ação* e o de *Fé e Constituição*. Foi uma tarefa complexa juntar protestantes de várias denominações com ortodoxos orientais, com uma tradição cristã tão peculiar. W. Visser't Hooft, o primeiro presidente do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em seu livro *The genesis and formation of the World Council of Churches*, relatou as origens históricas do órgão ecumênico e registrou suas dificuldades.

A primeira assembleia do CMI estava prevista para 1941, porém com a eclosão da Segunda Guerra Mundial os planos foram adiados. Um pequeno escritório, em Genebra, começou a funcionar sob a coordenação de W. Visser't Hooft. Passada a guerra, cristãos mataram cristãos nos lados opostos, o órgão ecumênico teria uma hercúlea tarefa religiosa e, ao mesmo tempo, política, de vencer os conflitos e as barreiras ideológicas. Em 1948, o CMI realizou a sua primeira assembleia em Amsterdã, Holanda, com o significativo tema: *A desordem humana e o desígnio de Deus*.

A assembleia inaugural do CMI reuniu cento e quarenta igrejas com o firme propósito de uma “aliança ecumênica que tem seu fundamento na fé cristã e que se manifesta no compromisso de trabalhar concretamente pelo Reino de Deus” (VON SINNER, 2006, p. 612). No entanto, as tensões e os conflitos ideológicos se apresentavam, já naquele conclave, como um fruto da conjuntura do pós-guerra e da guerra fria que se avizinhava.

Desde a conferência anterior, a Comissão de Igreja e Sociedade decidiu pela presença de cientistas não evangélicos para colaborar

nas discussões. Para debaterem acerca da Evolução da Nacionalidade Brasileira, foi convidado o historiador Sérgio Buarque de Holanda, porém este não compareceu. Em seu lugar palestrou o sociólogo Florestan Fernandes (VON SINER, 2006, p. 612).

A presença dos cientistas e intelectuais nas Conferências deixava claro que esse setor protestante desejava sair de seus “guetos” eclesiais. Ao mesmo tempo, demonstrava a seriedade com que esse grupo se debruçava para estudar os problemas do país; queria aprender e dialogar, não havia uma fórmula pronta ou dogma conhecido para tocar tais trabalhos. Na introdução dos anais da terceira conferência, justificou-se tal cooperação entre os cientistas e os religiosos:

No estudo sobre a necessidade da presença ativa do Protestantismo na evolução da nacionalidade brasileira, principalmente nos campos da política, da economia e da cultura, deveremos sempre ter em mente o esforço honesto e persistente que cientistas sociais (cristãos e não cristãos) têm feito. Precisamos ouvi-los, aprender com eles, como homens de ciência e de estudo. Ao mesmo tempo – e muitas vezes como consequência – é preciso que a Igreja faça ouvir a sua voz. Os resultados do seu estudo e trabalho devem ser comunicados ao mundo. Se necessitamos dos cientistas para a compreensão dos fenômenos sociais, também eles necessitavam da Igreja e da sua palavra profética (SILVA, 2011, p. 67).

A conjuntura do país naquele momento, pautada pelo nacional desenvolvimentismo e a euforia industrializante dos anos de Juscelino Kubitschek, encobria, de fato, as profundas desigualdades sociais já analisadas por vários autores. Os líderes protestantes tinham consciência dessa realidade.

Não podemos afirmar que a mudança das estruturas sociais defendidas pela Comissão de Igreja e Sociedade fosse idêntica às transformações sociais preconizadas pelo Partido Comunista do Brasil ou pelos marxistas em geral, mas, com certeza, as proposições eram um grande avanço no interior do protestantismo brasileiro, já que criticavam a crise nacional e apontavam soluções políticas e a criativa participação eclesiástica.

A magistral conferência do Professor Florestan Fernandes fazia uma análise circunstanciada “da formação da sociedade de classes no Brasil”, ressaltando a debilidade econômica desde o período colonial, passando pelo Império e o período republicano. Citando Mannheim e seu livro *Freedom, Power and Democratic Planning*, onde faz reflexões sobre a liderança religiosa, recomendou que o

sacerdote deve acompanhar as alterações históricas da sociedade brasileira e ser útil na sua missão sacerdotal.

A terceira conferência contou com a participação de sessenta e uma pessoas de treze denominações diferentes. No entanto, além das denominações que participaram das anteriores, houve a representação da Igreja Holiness, Batistas e Exército da Salvação. As mulheres estavam representadas apenas por oito pessoas, inclusive uma representante do CMI. Manteve-se o equilíbrio entre clérigos e leigos: três deputados compareceram, professores, médicos, assistentes sociais, militares, advogados, estudantes da UCEB e o seu secretário, Paulo Stuart Wright. Do exterior, os representantes do CMI, um jovem colombiano e outro argentino, os quais posteriormente lideraram a criação da Comissão de Igreja e Sociedade da América Latina (ISAL) do CMI, conforme se verifica em documentos desse evento.

2.5 A Repercussão da Criação do Conselho Mundial de Igrejas no Brasil – CMI

Entre os anos 1960 a 1962, o CMI passou por uma reestruturação administrativa: a Comissão Igreja e Sociedade ficou conhecida a partir de então como Setor de Responsabilidade Social da Igreja com uma diretoria ampliada, divulgação de um boletim periódico, reuniões de estudos sistemáticos, enfim, tentativas de dar continuidade ao trabalho das conferências bianuais, bem como expandir a sua atuação, deslocando-se do eixo Rio – São Paulo.

Seguindo as diretrizes traçadas, a IV Conferência, do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) reuniu-se em Recife, Pernambuco, de 22 a 29 de julho de 1962. O tema geral da conferência foi *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*, a qual foi precedida de estudos preparatórios dos vários subtemas relacionados ao temário geral, que deveria subsidiar os delegados e os interessados, com textos específicos de autores nacionais e internacionais (CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL, 1962).

A IV Conferência ficou conhecida como a Conferência do Nordeste, região escolhida em decorrência dos conflitos e das inquietações sociais que ocorriam no campo e na cidade naquela conjuntura, agravados por problemas estruturais e seculares. Foi a conferência melhor documentada e estudada.

No primeiro dia da Conferência, ocorreu o V Encontro de Líderes da Mocidade Evangélica, quando, além dos louvores e devocionais, discutiram-se os Fundamentos Teológicos da Responsabilidade Social da Igreja, em preleção do Reverendo Del Nero, e o Nordeste Frente à Realidade Brasileira. O setor da Mocidade, da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), estava muito afinado com a temática da IV Conferência, obviamente a maioria dos participantes, os jovens, transitava nos dois setores. (CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL, 1962).

Ocorreram seis palestras que abordavam sobre os princípios bíblicos e o cenário político-econômico do país: O Reverendo Joaquim Beato conferenciou sobre *Os Profetas numa época de transformações sociais*; o Reverendo João Dias Araújo tratou do *Conteúdo Revolucionário do ensino de Jesus sobre o Reino de Deus*; o Reverendo Edmund Sherrill discorreu a respeito da *Missão total da Igreja numa Sociedade em crise*. Os cientistas convidados trataram da situação nacional: o Professor Paul Singer conferenciou sobre *As mudanças sociais da sociedade contemporânea*; o Professor Juarez Alves fez sua preleção sobre *Resistências às Transformações sociais no Brasil* e o Doutor Celso Furtado discorreu sobre *O Nordeste no processo revolucionário brasileiro* (CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL, 1962).

A IV Conferência se propunha a estudar as vinculações dos cristãos com o processo revolucionário brasileiro, que os protestantes tinham como iminente, e o contexto sócio-político referendava tal opinião, às vésperas do golpe militar de 1964 que interrompeu um amplo processo de “reformas de base” e politização da sociedade brasileira em torno dos seus problemas sociais. O Reverendo Araújo trouxe como contribuição ao debate uma doutrina central do cristianismo, em particular do protestantismo, isto é, o Reino de Deus. Nas visões sobre o Reino de Deus, tanto católicos quanto protestantes pautaram a sua ética, bem como a escatologia. Já na introdução do texto, Reverendo Araújo declarou “que a revolução que Jesus trouxe ao mundo estava revelada no seu ensino sobre o Reino de Deus. O Reino de Deus é o primeiro e mais essencial dogma da fé cristã”. (VON SINNER, 2006, p. 612).

Em oposição aos fundamentalistas conservadores que postergavam o Reino de Deus para o pós-morte, nos céus, onde os escolhidos irão morar, o jovem professor do Seminário Presbiteriano do Norte asseverou que o Reino de Deus era atual, próximo: “O Reino de Deus é chegado, está presente, está sobre os homens, entre os homens, dentro dos homens”. Não se confundia com as estruturas eclesiásticas nem com as instituições dos poderosos: “O Reino de Deus pertence às

crianças, aos pobres aos humildes de espírito e aos perseguidos por causa da justiça. Só poderão entrar no Reino os que se fizerem como crianças, os que nasceram de novo”. Sobre a dimensão social da missão da Igreja, o Reverendo Sherril apresentou como um imperativo a participação dos cristãos para solucionar os problemas sociais vividos no Brasil:

Torna-se um imperativo relativo e moral o associarmos de mesma maneira positiva ao processo histórico e revolucionário da nossa época. Como cristãos, podemos divergir sobre as medidas a serem tomadas, pois a situação é de fato extremamente complexa, mas não podemos, ao nosso ver, nem mesmo pensar em divorciar-nos da luta pela justiça e bem-estar sociais. Pela providência de Deus, temos chegado a este momento histórico, e, se pretendemos obedecê-lo, precisamos usar a capacidade que ele nos proporcionou, a fim de que os bens que presentemente mui poucos desfrutam passem à disposição de todos os nossos irmãos (SILVA, 2011, p. 69).

As Igrejas, como proclamadoras do Reino de Deus, “da soberania de Deus na História”, precisa cotidianamente viver os valores do Reino de Deus, pensar a evangelização com uma tarefa total: “pregação e humanização”, isto é, observar o homem como um ser total de modo que a mensagem evangelizadora possa atingir também os problemas vividos pelos homens em sociedade. De forma contundente, O Reverendo Araújo condenou as distorções dicotomizadoras:

Uma das maiores heresias afirmadas abertamente por muitos cristãos chamados ortodoxos e fundamentalistas é que a Igreja nada tem a ver com os problemas sociais. Dizer isto é mutilar o evangelho de Cristo e a mensagem do Reino de Deus. Mas os cristãos que caem nessa heresia secular da igreja partem do princípio pagão da dicotomia da natureza humana que dá valor extremo à alma e despreza o corpo. Não sabem esses cristãos que Jesus não ensinou essa dicotomia, essa separação herética. Mas ensinou sim, que o homem é uma unidade, um todo que ele veio salvar... Por isso a evangelização que não considera o corpo e a realidade integral do homem está incompleta e errada (SILVA, 2011, p. 72).

Duas décadas depois, o Reverendo João Dias Araújo permanecia fiel aos seus princípios teológicos quando propôs, corajosamente, uma Teologia da Terra, e criou a Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER), na Bahia. O Reverendo Araújo continuou sua preleção discutindo o avanço do ateísmo. Ao final, reportou-se à situação de miséria em que viviam os nordestinos, flagelados pela seca e embalados pela esperança messiânica “colorida com as tintas do sonho mais

exaltado de felicidade e de fartura”. Apresentou “a Nova Jerusalém dos nordestinos sofredores”, representada no poema “Viagem ao País de São Saruê, do poeta popular Manuel Camilo dos Santos⁸”.

Tratava-se de uma revolução profética que mudaria as estruturas sociais, não pela força ou violência das armas, mas pela via institucional parlamentar, usando o discurso e realizando ações práticas, a partir de uma utopia religiosa: os valores do Reino de Deus e a soberania de Deus na História. Era um processo revolucionário baseado na teologia política.

A Conferência do Nordeste contou com a participação expressiva de cento e oitenta e oito pessoas entre clérigos, leigos das mais variadas profissões, nove mulheres, quinze denominações, inclusive batistas, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”. Representando os estudantes da União Cristã dos Estudantes do Brasil, Paulo Wirth estava presente, mas se declarou pescador e não secretário da entidade estudantil protestante; também houve representantes da UNE, da JUC, da Associação Cristã de Moços e do CMI.

A repercussão da criação do CMI, no Brasil, foi imediata. Algumas denominações históricas, como os Batistas, bem como a Assembleia de Deus, permaneceram hostis ao órgão ecumênico. Outras prontamente aderiram, a exemplo da Igreja Metodista, a qual havia mandado representantes às conferências de Vida e Trabalho, em Oxford, e Fé e Ordem, em Edimburgo. Em 1942, o concílio geral formalizou a adesão da igreja, aceitando convite que o CMI lhe dirigiu. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil foi admitida ao órgão ecumênico em 1950. Em 1966, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil oficializou o seu ingresso, com uma clara adesão ao ecumenismo. Em 1968, a Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, sob a liderança do missionário Manoel de Mello, também se filiou ao CMI.

No que se refere aos presbiterianos, apesar da tradição ecumênica de alguns setores, e de ter mandado representantes à Assembléia de Amsterdã, não se filiaram ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Uma onda conservadora agitada pelo fundamentalista Carl MacIntire, que havia criado o Conselho Americano de Igrejas, e pelo Reverendo

⁸ - Manuel Camilo dos Santos, cantador violeiro, poeta popular, tipógrafo, datilógrafo, horoscopista, escritor e editor nasceu no dia 9 de junho de 1905, no município de Guarabira (PB).

Israel Gueiros, em Recife, foi preponderante e o Supremo Concílio em 1949 negou qualquer filiação, alegando “não querer as ideais modernistas do concílio mundial de igrejas, se é que ele as tem” (REILY, 1984, p. 244).

Embora a hierarquia eclesiástica presbiteriana desejasse equidistância do modernismo do CMI, já na II Assembleia, realizada em Evaston – EUA em 1954, um lídimo representante da sua juventude participou ativamente dos trabalhos, Waldo Cesar, como presidente da União Latino-americano da Juventude Evangélica (ULAJE), que esteve no conclave e ainda escreveu uma série de reportagens relatando-o e analisando a situação dos protestantes no Brasil, na *Revista Cruz de Malta* da Igreja Metodista.

Nesta segunda assembleia do CMI, cujo tema foi *Jesus Cristo, a esperança do Mundo*, além de ratificar o compromisso ecumênico, afirmou-se no plano político:

A necessidade de contribuir para a formação de democracias plenamente humanas”; no plano internacional, a resolução convergia “com aquele processo que poucos anos depois ficou conhecido como coexistência pacífica”. Na situação interna de cada país, recomendava-se “a necessidade de conjugar liberdade e justiça, para o que era imprescindível à consolidação de instituições estatais onde fosse possível a participação do povo na vida política (SANTA ANA, 1987, p. 241).

O CMI, criado após a Segunda Guerra Mundial, com sua atuação ecumênica e engajada nos problemas sociais e políticos, foi de fundamental importância para a articulação de um setor ecumênico do protestantismo brasileiro, o qual organizou a Comissão de Igreja e Sociedade. Essa Comissão empreendeu esforços e promoveu quatro grandes conferências nacionais com o objetivo de tomar posição frente aos problemas sociais vividos pela população brasileira.

2.6 O Conselho de Pastores do município do Cabo de Santo Agostinho-PE.

Com o crescimento dos evangélicos no Brasil, Igrejas pentecostais, como a Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, que se havia filiado ao CMI, passavam a buscar ainda mais espaços dentro do campo ecumênico brasileiro.

Aos poucos, conselhos de igrejas eram formados no intuito de agregar comunidades e pastores com pautas religiosas, sociais e políticas em comum, a

exemplo da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), fundada em 1991, e a posterior Aliança Cristã Evangélica Brasileira, fundada em 2009. É nesse sentido de criar uma organização que reunisse as diferentes denominações evangélicas sob bandeiras comuns, em nível local, que surge o Conselho de Pastores do Cabo de Santo Agostinho.

O Conselho de Pastores do Cabo, doravante chamado de CPC, foi constituído no ano de 1998. Ele se intitula como uma sociedade religiosa, cultural e filantrópica sem fins lucrativos, definida no Código Civil Brasileiro, com prazo indeterminado de duração, constituída de número ilimitado de membros, com sede provisória na Rua Francisco de Assis Teixeira, Nº 1 B, Vila Esperança, na Cidade do Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco, tendo como finalidade, conforme o capítulo I, no artigo I, do seu estatuto:

congregar os pastores promovendo a união da liderança evangélica; Zelar pela dignidade e conduta exemplar do pastor; Desenvolver ações que defendam os interesses dos seus membros; Valorizar o ministério pastoral; Representar fraternalmente o segmento evangélico na sociedade e em todas as esferas sociais; Promover a confraternização, encontros, seminários, simpósios, conferências, congressos, retiros, eventos ao ar livre congregando as igrejas e serviço de capelania; Dar apoio aos pastores e suas respectivas igrejas na realização de cursos profissionalizantes, promoção cultural e ações na área social em geral; Promover a beneficência.

Mediante o exposto, vemos que a proposta da existência do conselho é acompanhar os pastores, na orientação de sua conduta moral e ética, e na promoção de eventos de maior visibilidade em que as igrejas evangélicas estejam envolvidas. O conselho de pastores pretende, também, estabelecer atividades beneficentes e de promoção social. O estatuto do CPC afirma no capítulo II, art. 2º e 3º:

Serão membros do CPC, pastores e pastoras genuinamente evangélicos, que dirijam igrejas e/ou residam no Cabo de Santo Agostinho – PE, e que sejam devidamente reconhecidos por suas denominações. A filiação de novos membros se dará através do seguinte processo: O candidato será indicado por um pastor já membro do CPC; O candidato deverá entregar ao secretário do CPC os documentos que comprovem sua consagração e filiação ao ministério em que está filiado; O candidato será avaliado pelo conselho de ética do CPC; O candidato será homologado em assembleia. Perderá a condição de membro do CPC aquele que: Pedir afastamento através de carta; For excluído pelo CPC em

assembleia; Por morte; Por abandono, que se caracterizará pela falta em seis assembleias consecutivas, sem justificativa.

O CPC tem uma diretoria composta de um Presidente; Primeiro Vice-Presidente; Segundo Vice-Presidente; Primeiro Secretário; Segundo Secretário; Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro, com mandato de dois anos, podendo haver uma reeleição para qualquer cargo. Quanto à Receita e ao Patrimônio do Conselho de Pastores do Cabo, o estatuto afirma que os recursos poderão ser:

A receita do CPC será constituída de: Mensalidade de seus membros; Doações públicas e privadas; Subvenções públicas e privadas; Ofertas designadas por pessoas físicas ou jurídicas, desde que não firam os princípios cristãos defendidos pelo CPC. Quem for desligado do CPC não terá nenhum direito patrimonial, seja a que título for. O CPC visando angariar fundos e meios para implantar seus objetivos sociais e filantrópicos, poderá empreender atividades possíveis de gerar recursos econômicos. O Patrimônio do CPC é constituído de bens móveis e imóveis que possua ou venha a possuir e só pode ser utilizado na consecução de seus fins. Qualquer ato que importe alienação de bens móveis e imóveis pertencentes ao CPC dependerá de prévia votação, pela maioria dos membros presentes em assembleia convocada para esta finalidade. Nenhum membro, inclusive da Diretoria receberá remuneração ou terá participação na receita do CPC.

Entretanto, o estatuto diz que as despesas para manutenção da sede do conselho terão como fonte as mensalidades pagas pelos associados, doações públicas e privadas, subvenções públicas e privadas, ofertas designadas.

Ao longo deste capítulo, procuramos mostrar o perfil dos candidatos evangélicos do pleito de 2004, levando em consideração sexo, escolaridade, atividade profissional, estado civil, filiação partidária, filiação religiosa, comportamento eleitoral dos candidatos e dos fiéis evangélicos pentecostais e o papel do conselho de pastores na articulação política da cidade.

No capítulo seguinte, veremos como o método deste trabalho foi aplicado para as entrevistas, e quais os resultados obtidos a partir das respostas dos candidatos evangélicos pentecostais, da membresia⁹ e do conselho de pastores entrevistados.

⁹ Termo usado pelo sociólogo Prof. Dr. Drance Elias da Silva em seu livro "Religião, Dádiva e cidadania". Recife: Fundação Joaquin Nabuco, 2011, p. 101.

CAPÍTULO 3 O ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS LÍDERES PENTECOSTAIS DA CIDADE DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Este estudo está caracterizado como sendo de natureza qualitativa, o que implica apresentar como um de seus principais objetivos a interpretação do fenômeno que observa, levando em conta o contexto do objeto pesquisado. Minayo (1994) descreveu as metodologias de pesquisa qualitativa como sendo aquelas que incorporam significado e intencionalidade como iminentes aos atos, às relações e às estruturas sociais.

As questões a que a pesquisa buscou responder referem-se à identificação e à qualificação dos sujeitos objetos de análise, e aos aspectos relacionados às suas intenções e modos de atuação no alcance de seus objetivos. Em outras palavras, buscou-se responder: quem eram os membros e agentes religiosos que concorreram aos cargos de vereadores no município do Cabo de Santo Agostinho no pleito de 2004? O que eles buscavam? Como cada instituição religiosa ou candidato se organizou para atrair os votos dos fiéis?

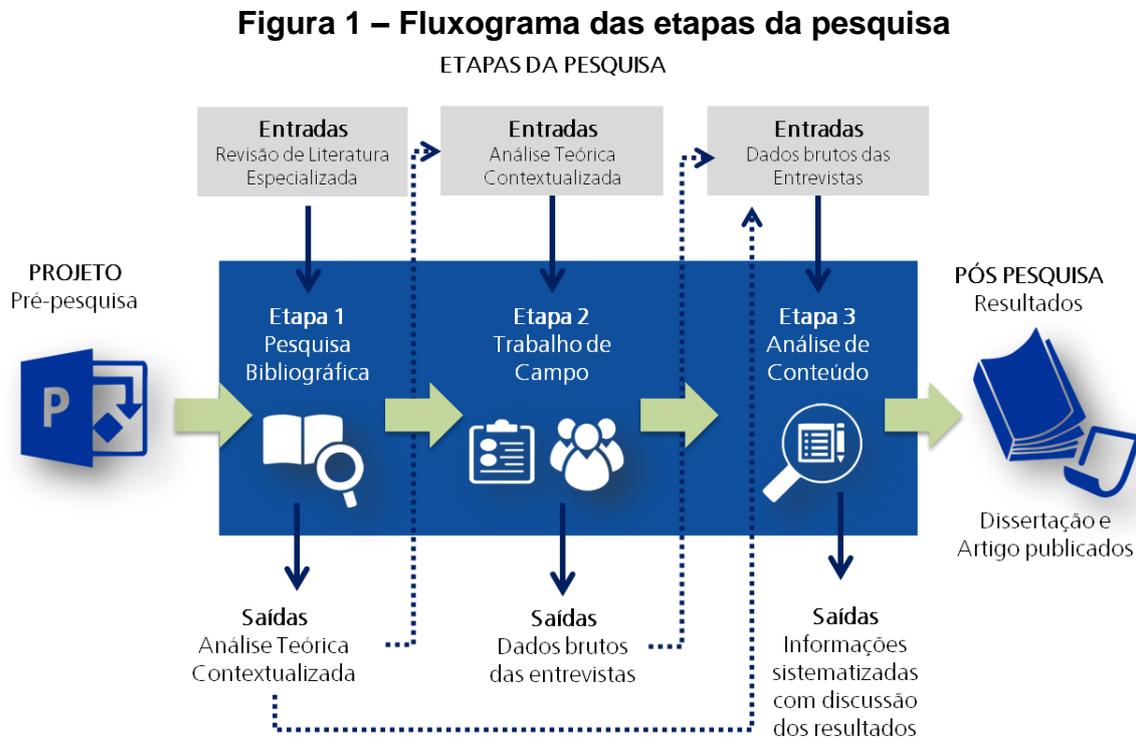
O desenvolvimento desta pesquisa se estruturou em três etapas: 1) pesquisa bibliográfica e documental; 2) trabalho de campo; 3) tratamento dos dados/Análise de Conteúdo (MINAYO, 1994, p. 14) (Figura 1).

O trabalho envolveu uma pesquisa de campo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. Optou-se pela entrevista por se tratar de uma técnica importante que possibilita o desenvolvimento de uma estreita relação com os sujeitos da pesquisa. É certo que a entrevista guiada ou semiestruturada requer do pesquisador conhecimento prévio dos aspectos que se deseja pesquisar para, com base neles, formular alguns pontos a tratar na entrevista.

A identificação dos candidatos ocorreu através da consulta sistemática das *home-pages* do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do TRE (Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco), da ida a algumas denominações religiosas pentecostais e participação em eventos e cultos, a fim de descobrir e entrevistar candidatos até então desconhecidos.

As ideias e as análises principais acerca da presença legitimada da religião no espaço político brasileiro tiveram como objeto de nossa pesquisa o universo

político/religioso dos evangélicos pentecostais. Segue, abaixo, um fluxograma das etapas da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

3.1 Etapas da Pesquisa

Veremos os procedimentos metodológicos desse estudo, que foi dividido em três etapas: pesquisa bibliográfica e documental; trabalho de campo e tratamentos dos dados.

3.1.1 Etapa 1 – Pesquisa Bibliográfica e Documental

Nessa primeira etapa, foi realizada uma revisão da literatura especializada na temática “Religião e Política” considerando as seguintes categorias de análise: relacionamento do governo municipal com a igreja evangélica, motivos do engajamento político, mobilização da igreja para fazer política partidária, a proposta que os candidatos evangélicos pentecostais defendiam no pleito de 2004. Dos estudos e textos revisados ganharam destaque as referências de política e religião,

de forma bastante sistemática e didática, as categorias de análise bibliográfica acima referidas.

Um vasto conjunto de documentos relacionados à temática de estudo também foi trabalhado, na sua maioria acessada pela internet. Contudo, o autor teve a oportunidade de acessar, durante seis meses (agosto-dezembro/2015), diversos documentos oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

3.1.2 Etapa 2 – Trabalho de campo

Após esse levantamento pelos Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE), tínhamos 39 candidatos evangélicos que concorreram ao pleito de 2004; no entanto, somente 29 denominavam-se evangélicos pentecostais. Mediante esses dados, iniciamos o processo de visitação aos candidatos evangélicos pentecostais, foram apresentados a todos os candidatos evangélicos pentecostais os objetivos da pesquisa, por meio da apresentação e exposição de material informativo contendo os seus principais interesses.

Em todas as visitas, foi, ao final, deixada, além do material apresentado, uma cópia fidedigna do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Por fim, era feita a troca de contatos (endereços de email e/ou números de telefone) objetivando o agendamento da data para formalização da entrevista por parte dos candidatos, membros e componentes do conselho de pastores contatados, uma vez que aceitassem participar da pesquisa. Posteriormente, havendo o interesse de colaboração, eram agendadas as datas de realização da entrevista.

Para o procedimento de realização das entrevistas foram utilizados equipamento de gravação de áudio e um roteiro de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A). As entrevistas semiestruturadas demonstraram ser o recurso que melhor se ajustou aos objetivos desta pesquisa, tendo em vista a possibilidade que estas forneceram de elaboração prévia e cuidadosa de um roteiro que facilitasse a emergência dos conteúdos almejados (MINAYO, 1994). As entrevistas foram compostas apenas por perguntas do tipo abertas, em que os interlocutores eram convidados a discorrerem livremente sobre as perguntas baseadas em roteiros padronizados e previamente elaborados.

Para a elaboração dos roteiros tomamos as contribuições de Minayo, que defendeu a necessidade delas: 1) conterem questões que fizessem parte diretamente do delineamento do objeto; 2) possibilitarem a ampliação e o aprofundamento e não o cerceamento da comunicação; 3) contribuírem para a emergência das visões e dos juízos acerca dos fatos e das relações que compuseram o objeto. Ainda segundo a autora, o roteiro de entrevista deveria conter poucas questões de modo a funcionar como um facilitador do que ela chamou de uma “conversa com finalidade” (MINAYO, 1994, p. 99).

O roteiro de entrevistas foi estruturado de acordo com os objetivos geral e específicos da pesquisa, sendo que, dependendo da necessidade de cada entrevistado, eram acrescentadas ou modificadas algumas das questões a serem debatidas. Dessa forma, estruturamos o roteiro de entrevista em um bloco de perguntas. Sendo a primeira pergunta relativa ao objetivo geral da pesquisa, as demais foram desenvolvidas para atender aos objetivos específicos.

O bloco de perguntas foi subdividido em dois momentos: primeiro, era solicitado que fosse feito o detalhamento dos dados pessoais; segundo, era solicitado aos participantes que trouxessem sua visão a respeito do relacionamento entre o Governo municipal e a Igreja evangélica pentecostal, os motivos que influenciaram o engajamento no pleito eleitoral, de religiosos pentecostais. A escolha pela técnica de entrevista semiestruturada se deu em função de proporcionar ao entrevistador melhor entendimento e captação da perspectiva dos entrevistados, evitando o acúmulo de informações de difícil análise, como as que podem ocorrer no caso das entrevistas livres, os entrevistados discorrem livremente e que, por este motivo, acabam não oferecendo uma visão clara da perspectiva pesquisada.

3.1.3 Etapa 3 - Tratamentos dos dados

A Análise do Conteúdo foi desenvolvida, na pesquisa social, para a análise de materiais textuais, especificamente material impresso. É um enfoque bastante geral, e o espectro de dados se ampliou no decorrer dos anos, chegando a abarcar praticamente todo artefato cultural (BAUER; GASKELL, 2002, p. 212). A importância principal da Análise do Conteúdo talvez tenha sido continuar desafiando a curiosa primazia dos dados da entrevista na pesquisa social.

A análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequência que fornece dados cifrados até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2011, p. 15).

Os motivos da utilização da Análise do Conteúdo são que ela é sistemática e pública; ela faz uso principalmente de dados brutos que ocorrem naturalmente; pode lidar com grandes quantidades de dados; presta-se para dados históricos; e oferece um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados.

A Análise do Conteúdo pode construir dados históricos; ela usa dados remanescentes da atividade passada (entrevistas, experimentos, observação e levantamentos estão condicionados ao presente). Por conseguinte, ela pode ser um caminho para estabelecer tendências sociais com uma pequena parcela do custo de um levantamento. Um aspecto negativo consiste no fato de que a Análise do Conteúdo se apresenta primariamente através de dados remanescentes de comunicação e expressão.

A leitura e interpretação dos dados coletados foram realizadas a partir da técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011), a fim de identificarmos, nos textos gerados como resultado da transcrição das entrevistas realizadas com os participantes, os motivos políticos e religiosos que levaram as igrejas evangélicas pentecostais, do Cabo de Santo Agostinho – PE, a se engajarem no pleito eleitoral municipal, no ano de 2004.

Embora seja uma técnica para produzir inferências de um texto focal para o seu contexto social de maneira objetivada, a Análise de Conteúdo possibilita a reconstrução de indicadores e cosmovisões, bem como valores, atitudes e opiniões, além de preconceitos e estereótipos, permitindo compará-los entre comunidades, o que permitirá estabelecer as relações propostas nesta pesquisa (BAUER; GASKELL, 2002).

A Análise de Conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos diversificados aplicáveis aos discursos, que busca compreender criticamente os

sentidos das comunicações (BARDIN, 2011), numa leitura que extrapola o mero conteúdo lexical dos materiais em análise. O processo de análise dos dados se constituirá em uma análise temática que, de acordo com Bardin (2011), está dividida em três etapas:

Pré-análise: trata-se da fase da organização, seleção e escolha do *corpus* (no caso particular dessa pesquisa o *corpus* constitui-se pelas transcrições das entrevistas). Nesse primeiro momento, a leitura deve ser flutuante, pois o intuito é estabelecer contatos mais iniciais com o texto, facilitando o surgimento de impressões que orientam a elaboração dos indicadores que servem para a interpretação dos resultados (BARDIN, 2011, p. 125).

Exploração do material: fase de categorizar e codificar as informações para definir as categorias de análise (BARDIN, 2011, p. 131).

Tratamento dos resultados e interpretação: os resultados brutos são tratados e permitem estabelecer quadros de resultados que destacam as informações fornecidas pelo processo de análise. Segundo Bardin (2011, p. 131), “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”.

Posteriormente, deu-se seguimento ao que Bardin (2011, p. 147) se refere como *análise categorial*, que significa “a divisão das componentes das mensagens analisadas em rubricas ou categorias”, permitindo a classificação dos elementos de significação constitutivos de cada pergunta da entrevista. O procedimento descrito acima fundamentou nossa formulação para a *categorização*, que são “rubricas ou classes as quais reúnem as unidades de registro sobre um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”. Para melhor compreensão da análise, formulou-se uma tabela a fim de exprimir as unidades de registro e contexto do *corpus* de cada questão, realizada com a intenção de obter uma categorização (APÊNDICE C).

3.2 Análise

Dentre as dificuldades para conseguir as entrevistas dos candidatos evangélicos, destacamos a resistência ocasionada pelo receio do comprometimento

ou a possibilidade de indispor-se com a igreja; quanto ao agendamento das entrevistas, a dificuldade consistiu nas ausências injustificadas ou desmarcadas na hora previamente agendada para a realização delas, além da prática corriqueira de marcarem em um lugar, e não comparecerem, e, muitas vezes, sem justificativa ou telefonema prévio. Tais situações chegaram mesmo a ocasionar nossa espera por um dos candidatos durante um dia inteiro.

O resultado foi que as entrevistas foram realizadas com 9 candidatos que aceitaram e compareceram aos locais agendados, nas residências e nas instalações das secretarias municipais.

As situações acima mencionadas não ocorreram com os 10 participantes da membresia das igrejas pentecostais e das Assembleias de Deus. Quanto aos participantes do Conselho dos Pastores, destacamos que, embora nossa intenção fosse entrevistar 50% dos seus membros, fomos surpreendidos pelo presidente do referido conselho, com a alegação de que sua participação seria suficiente, uma vez que ele estaria “apto” a responder pelo Conselho.

3.2.1 Análise dos dados gerais da pesquisa

Todas as entrevistas realizadas foram no segundo semestre de 2016, período das eleições municipais, mas uma das questões que ficou clara quanto à resistência para a realização das entrevistas foi a preocupação de não desagradar os líderes religiosos pentecostais. Isso era nítido no discurso dos candidatos, pois alguns afirmavam que precisavam da autorização dos seus líderes, para poder participar das entrevistas, a fim de evitar situação futuras.

No que diz respeito à análise das entrevistas, após cumprir todas as etapas propostas por Bardin (2011) para prosseguir com a Análise de Conteúdo, fez-se necessário nomear quatro categorias. A primeira envolveu, conforme vimos no método, os dados mais gerais, como faixa etária, níveis de formação escolar; a segunda, a compreensão da visão dos candidatos, membros e dos representantes do conselho de pastores a respeito do relacionamento entre o governo municipal e a igreja evangélica; a terceira, os motivos do engajamento político pelos líderes evangélicos; a quarta, a mobilização dos candidatos evangélicos dentro das igrejas;

o legado dos candidatos evangélicos na Câmara de Vereadores; proposta dos candidatos ao pleito eleitoral de 2004.

Dentre os trinta e nove candidatos ao Legislativo, vinte e nove pertencem ao grupo de evangélicos pentecostais, dos quais nove foram entrevistados e tornaram público seu vínculo com alguma instituição religiosa evangélica durante a campanha. Cabe ressaltar que todos disputaram as doze cadeiras disponíveis para o processo eleitoral da Câmara Municipal cabense. Ou seja, os candidatos evangélicos representaram 24% do universo de cento e sessenta e cinco candidatos participantes naquele pleito. Dessa forma, optamos pelo critério da amostra descrita nos quadros 3, 4, 5 e 6.

Quadro 3 - Perfil etário, de ocupação e de escolaridade dos Candidatos Evangélicos Pentecostais entrevistados na pesquisa do Pleito de 2004.

Nome dos candidatos (as)	Idade	Estado Civil			Ocupação	Escolaridade
		Solteiro	Casado	Divorciado		
Candidato 1	61		X		Pastor	Ensino Superior
Candidato 2	48		X		Motorista	Ensino Fundamental Incompleto
Candidato 3	43	X			Político	Ensino Médio Completo
Candidato 4	28	X			Comerciante	Ensino Fundamental Incompleto
Candidato 5	29		X		Professor	Ensino Superior
Candidato 6	44		X		Político	Ensino Fundamental Incompleto
Candidato 7	46		X		Político	Não Informado
Candidato 8	28	X			Empresário	Ensino Médio Completo
Candidato 9	47		X		Empresário	Não informado

Fonte: Disponível - <http://www.tre-pe.jus.br/>, acesso em 19 de fevereiro de 2016.

Em relação ao tipo de atividade ocupacional declarada pelo próprio candidato no momento da entrevista, temos o seguinte quantitativo: Pastor (1), Professor (1), Empresário (2), Comerciante (1), Motorista (1), Político (3). Nada menos que seis candidatos declararam possuir outras ocupações, além da política. Na questão da escolaridade, um entrevistado não quis declarar, somente dois entrevistados

declararam possuir o ensino superior, três tinham ensino fundamental incompleto e dois possuíam ensino médio incompleto.

Observamos que a maioria dos candidatos conseguiu chegar até o ensino médio. A idade dos candidatos varia entre vinte e oito e sessenta anos. Também foi observada a disparidade de gerações entre os candidatos. Como afirmam Mariz e Gracino Jr (2013, p. 171),

a análise do nível de instrução dos pentecostais indica que esse grupo religioso é o que reuniria a população de menor status social. Enquanto 9,3% do total da população brasileira possuem nível superior completos, apenas 4,1% dos evangélicos chegaram a esse nível de instrução. Nisso os pentecostais continuam a se distinguir por estarem em menor patamar social do que os evangélicos de missão, que apresentam um percentual mais elevado (12,5%). No entanto, o diferencial encontrado entre o percentual de pentecostais com o nível médio completo ou superior incompleto (25,5%) e o da população brasileira total (26,2%) é menor.

Como observamos acima, no município do Cabo de Santo Agostinho não é diferente dos dados abordados anteriormente pelos autores. A maioria dos entrevistados não tem o nível de escolaridade fundamental II ou ensino médio concluído.

É importante ressaltar que a pergunta sobre a escolaridade causou constrangimento em um entrevistado, fato que fez com que ele se negasse a respondê-la. Ele alegou que esse dado não nos dizia respeito, era uma informação pessoal, que não tinha a necessidade de declarar.

Quadro 4 - Perfil dos Candidatos entrevistados – Denominação e Partido Político

Candidatos	Denominação Evangélica	Partido
Candidato 1	Pentecostal Assembleia de Deus	PT
Candidato 2	Assembleia de Deus	PTB
Candidato 3	Pentecostal Assembleia de Deus	PDT
Candidato 4	Assembleia de Deus	PDT
Candidato 5	Pentecostal Assembleia de Deus	PT

Candidato 6	Assembleia de Deus	PTB
Candidato 7	Assembleia de Deus	PTB
Candidato 8	Assembleia de Deus	PTC
Candidato 9	Assembleia de Deus	PL

Fonte: Fonte: Disponível - <http://www.tre-pe.jus.br/>, acesso em 19 de fevereiro de 2016.

Uma vez listados e classificados por partidos e denominações religiosas, os candidatos foram procurados para conceder entrevistas. Assim, foram realizadas entrevistas **semiestruturadas** e gravadas com os candidatos a vereador. Apesar do esforço, do universo de 100% dos candidatos evangélicos pentecostais, somente 23,1% foram entrevistados.

Tratando-se de candidatos a vereadores, em 2004 não houve indicações, mas a maioria dos candidatos evangélicos do município pertencia à Igreja Assembleia de Deus.

A Igreja Pentecostal também não oficializou os candidatos, mas, ao mesmo tempo, fez questão de apresentá-los, reforçando o discurso de que “é melhor um crente no Legislativo, do que um ímpio”.

Eles afirmavam, nos seus discursos, que tinham uma grande missão na defesa dos valores cristãos, declarando a importância da igreja evangélica ocupar o espaço político no município.

No quadro a seguir, veremos outra personagem entrevistado - o representante do Conselho de Pastores.

Quadro 5 - Perfil etário, de ocupação e de escolaridade do membro do conselho de pastores entrevistado.

Nome do membro do conselho	Idade	Estado Civil			Ocupação	Escolaridade
		Solteiro	Casado	Divorciado		
Conselho de Pastores	48		X		Pastor	Ensino Superior

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

O Conselho de Pastores é composto por representantes de variadas igrejas evangélicas da cidade. A existência desse conselho tem como objetivo manter a

unidade da igreja evangélica, conforme o discurso do membro do conselho que foi entrevistado. É importante destacar que as igrejas históricas não têm nenhum representante no Conselho, somente as pentecostais e neopentecostais. Foram entrevistados dez membros, cinco membros da Igreja Assembleia de Deus e cinco membros da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus. A nossa intenção foi buscar os posicionamentos de todos os sujeitos envolvidos no cenário. Segue a lista dos entrevistados.

Quadro 6 - Perfil etário, de ocupação e de escolaridade dos membros das Assembleias de Deus e das Pentecostais Assembleia de Deus

Nome dos membros (as)	Idade	Estado Civil			Ocupação	Escolaridade
		Solteiro	Casado	Divorciado		
Membro 1 – Assembleia de Deus.	61		X		Auxiliar administrativo	Ensino Médio Completo
Membro 2 – Assembleia de Deus.	48		X		Professora	Ensino Superior Completo
Membro 3 – Assembleia de Deus.	43	X			Radialista	Ensino Médio Completo
Membro 4 – Assembleia de Deus.	28	X			Comerciante	Ensino Fundamental Incompleto
Membro 5 – Assembleia de Deus	29		X		Professor	Ensino Superior
Membro 6 – Pentecostal	44		X		Motorista	Ensino Fundamental Incompleto
Membro 7 – Pentecostal	46		X		Enfermeira	Não Informado
Membro 8 – Pentecostal	28	X			Contador	Ensino Médio Completo
Membro 9 – Pentecostal	28		X		Cabelereira	Ensino fundamental completo.
Membro 10 – Pentecostal.	32		X		Vendedor	Ensino médio completo.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Foi constatado que as idades dos membros entrevistados das igrejas pentecostais variam entre 28 e 61 anos.

No que diz respeito ao estado civil, 70% são casados e residem próximo à sua comunidade religiosa. Os membros das Igrejas Pentecostais ocupam atividades variadas, dentre as quais: professor, radialista, comerciante, enfermeira, contador, cabelereira, vendedor, auxiliar administrativo.

Os níveis de escolaridade dos entrevistados são: Ensino superior (2), Ensino médio (3), Ensino fundamental completo, (1) Ensino fundamental incompleto (2), Ensino fundamental completo (1), Não informado (1). Os dados apresentados sugerem que

o perfil social desses que não mencionaram igrejas se aproxima mais do perfil pentecostal; embora seja um pouco mais elevado, não é muito mais. Pode-se pensar por isso que nessa categoria há mais pentecostais do que evangélicos de missão. Comparando os indicadores socioeconômicos dos grupos evangélicos, observamos que os pentecostais estão nos extratos mais baixos, são os mais pobres. Os evangélicos que não declararam sua denominação estão em um patamar intermediário entre os pentecostais e de missão, sugerindo que esse grupo pode ser uma mistura desses dois outros. Os dados disponíveis sugerem que os perfis sociais dos membros das igrejas pentecostais e de missão continuaram bastante distintos como o eram nos censos anteriores (MARIZ; GRACINO JR, 2013, p. 172-173).

Mediante o exposto, entendemos que os indicadores socioeconômicos dos pentecostais demonstram que são os mais pobres, com escolaridade abaixo da média dos evangélicos de missão. Entretanto, os evangélicos que não declaravam sua denominação ficam em uma condição intermediária, entre os pentecostais e de missão.

3.2.2 Relacionamento entre o governo municipal e as igrejas evangélicas

Tentaremos compreender o referido relacionamento identificando os interesses dos candidatos no pleito eleitoral. Entretanto, o *depoimento* representa o que o candidato pensa sobre si mesmo, em sua trajetória de vida política, assim, nas respostas que compõem esta parte da análise estão as palavras-chave que identificam quem foi o candidato, o que ele desejava como candidato, bem como o porquê de suas escolhas pela política partidária. E, claro, há também nas respostas

informações que contribuem para a apreensão do significado dos motivos desse engajamento na política partidária.

É importante ressaltar que a fala do candidato (apresentada abaixo) deixa claras as conquistas e os benefícios adquiridos pelos candidatos evangélicos. Ou seja, os discursos dos candidatos permitem inferir a necessidade de se reforçar a noção de benefícios, de acordo com os exemplos retirados de trechos das entrevistas, a seguir:

Entrevistador/pesquisador: Qual a sua visão sobre o relacionamento entre o Governo Municipal e Igreja Evangélica?

Entrevistado/político 1: 'Tentei uma oportunidade na Câmara de Vereadores, Vicente Mendes, objetivando fortalecer esse segmento que tem uma história brilhante em nossa cidade. A evangelização tem crescido em nosso país, mas em nossa cidade ainda há uma carência. Em 2004, nosso irmão Rafael representava a Assembleia de Deus e nosso amigo Clodovaldo representava os pentecostais, então esses já tinham uma linguagem própria, eu acredito que o nobre professor deve ter conhecimento que teve algum avanço, que teve algum benefício, nós hoje temos o Dia Municipal da Consciência Evangélica, que foi uma indicação, um projeto do vereador Clodovaldo, visto que hoje a Igreja Católica tem estabelecido dias para os padroeiros das paróquias, instituindo-se feriado municipal. Mediante esta questão, nós evangélicos sentimos a necessidade de termos um dia para comemoramos o dia de ação de graça. Essa data contrapõe-se ao denominado dia das bruxas (Halloween), por esse motivo, comemoramos no dia trinta e um de outubro. Nós, evangélicos, como cidadãos que contribuimos com o voto e nossa opinião, precisamos ser ouvidos também pelo Poder Executivo, sentimo-nos felizes em poder participar desse pleito eleitoral, pois representamos o evangelho em nossa cidade, representamos 60% da população cabense.

Mediante a fala acima, podemos verificar que o entrevistado tem ciência do crescimento dos pentecostais na política partidária do município. O candidato explica a necessidade de ocupar mais ainda o espaço político, através de uma proposta que tenta afirmar a presença evangélica na cidade a partir de uma data simbólica – 31 de outubro, “Dia da Reforma Protestante¹⁰”, o momento inicial do movimento

¹⁰ Lei nº 2.313/2005 – Ementa: Torna o dia 31 de outubro feriado municipal, no Cabo de Santo Agostinho, em homenagem ao Dia Municipal da Reforma Protestante e Ação de Graças.

evangélico, em oposição ao “Dia das Bruxas”, data que representaria as forças malignas e tudo aquilo que se contrapõe ao Cristianismo. Percebe-se uma tentativa de reforçar a identidade evangélica da cidade. O candidato ainda afirma, em seu discurso, que os evangélicos, no passar dos anos, se fortaleceram, e já passam de 60% da população. O aumento que houve na ocupação do espaço político já foi constatado por Mariano quando afirma:

Ao lado da Assembleia de Deus, a Universal é a igreja pentecostal com o maior sucesso eleitoral. Como as demais estratégias de inserção social de que se vale, participa da política – lançando candidaturas próprias desde a eleição de 1982 – para expandir seu crescimento e defender seus interesses corporativos, entre os quais alardeia o da liberdade religiosa. Alega que, com representantes no parlamento, no caso de “perseguição”, da qual frequentemente se diz vítima, estará preparada para lutar pela manutenção de suas concessões de emissoras de rádio e TV. Seu engajamento na esfera política, como se vê, não é desinteressado nem nobre. Visa basicamente a duas coisas: conquista de poder e atendimento dos interesses corporativos de denominações e das causas evangélicas. Tanto assim que, quando tentam justificar seus mandatos, políticos pentecostais de todas as vertentes apontam feitos como a defesa de privilégios fiscais para as igrejas, o combate a virtuais penalidades pela desobediência de leis restritivas à poluição sonora e, no plano municipal, as relativas ao código de edificações (MARIANO, 2014, p. 91).

A entrevista a seguir fundamenta ainda mais o exposto por Mariano, quando uma fiel da Assembleia de Deus confirma as mesmas intenções do candidato evangélico.

Entrevistador/pesquisador: Qual a sua visão sobre o relacionamento entre o Governo Municipal e Igreja evangélica?

Entrevistada/Membro 1 (Assembleia de Deus): *“O relacionamento é muito bom, mas precisa melhorar, pois trabalhamos muito, principalmente nas cruzadas evangélicas (cultos no meio da rua). Precisamos do suporte da prefeitura em relação à liberação das ruas e palcos quando necessário. Há certos entraves nessas solicitações, pois passamos por várias secretarias até a liberação. Portanto acho que o relacionamento entre igreja e governo precisa melhorar”.*

Podemos observar, no discurso desse membro da Assembleia de Deus, seu posicionamento com respeito aos benefícios que a igreja terá, quando conseguir eleger um representante da igreja na Câmara Municipal. Continua afirmando que a igreja precisa melhorar seu relacionamento com o governo municipal, melhorar no

sentido de conseguir benefícios para seu grupo religioso. Assim, compreendemos que o discurso do candidato e o do membro da igreja assembleia de Deus trazem os mesmos elementos.

Começamos a entender que a posição do Conselho de Pastores em motivar as igrejas a se envolverem mais nos pleitos eleitorais tem alguns motivos, que veremos no discurso abaixo.

Entrevistador/pesquisador: Qual o principal papel do Conselho de Pastores na Cidade do Cabo de Santo Agostinho?

Entrevistado/conselho de pastores: *“O objetivo principal do conselho é aglutinar as forças evangélicas em nossa cidade, por meio da unidade do corpo de Cristo, fazendo com que as igrejas (que são muitas) busquem pontos básicos convergindo nos ideais de união dos cristãos em todas as igrejas”.*

O discurso acima nos permite inferir que o Conselho de Pastores tem um papel importante na unidade das igrejas evangélicas na cidade. O pastor segue afirmando que mesmo sendo muitas igrejas, o conselho busca como ponto principal convergir para a busca de unidade da igreja. Diante disso, entretanto, precisamos entender que uma unidade em comum só se forma com igrejas diferentes! Aqui podemos tomar como comparativo o caso do Conselho de Pastores do Estado de São Paulo, apresentado por Newton Gaskill (2006, p. 223):

O CPESP¹¹ coordenou uma série de debates sobre a situação, e elaborou um projeto de lei que isentaria a maioria dos templos religiosos das exigências do código de edificações. O CPESP buscou apoio político para seu projeto junto ao Prefeito Celso Pitta que, como candidato, recebeu apoio do Pastor Jabes, e a vereadores e deputados estaduais que as igrejas-membros haviam apoiado em eleições anteriores.

Já era comum essa aproximação entre os pentecostais e o governo municipal. No entanto, o Conselho tem um papel de grande articulação política. Essa relação entre o governo municipal e os pentecostais tem benefícios reais, citados pelos candidatos e membros. O membro do Conselho de Pastores continua afirmando:

Entrevistador/pesquisador: Qual sua visão a respeito do relacionamento entre o governo Municipal com a Igreja evangélica no nosso município?

¹¹ Conselho de pastores do Estado de São Paulo – fundado pelo pastor Assembleiano Jabes de Alencar, em agosto de 1993.

Entrevistado/conselho de pastores: *“Sendo fiel ao estatuto do conselho de pastores, não somos ligados diretamente a qualquer partido político, mas vale ressaltar que representamos uma grande maioria nessa cidade e, nos últimos vinte anos, os prefeitos sempre tentaram aproximar-se do Conselho com o intuito de somarmos esforços nas festividades religiosas da cidade. Logo, todos os políticos que gostam de nós evangélicos, votantes, precisam estar em sintonia com o conselho. Temos um certo cuidado em não perdermos nossa essência, não nos envolvermos em política partidária ou ideologias de políticos visto que algumas de nossas festividades já são amparadas por leis municipais, por exemplo, no dia trinta e um de outubro, dia da consciência evangélica, e primeiro de maio, a marcha resgate, eventos inclusos no calendário oficial de nossa cidade”*.

Mais uma vez constatamos o membro do conselho argumentar que o governo municipal tem que levar em consideração o crescimento dos evangélicos na cidade.

O pastor continua a afirmar que, nas últimas décadas, os prefeitos têm-se aproximado do conselho, oferecendo apoio nas atividades da igreja. Existe uma contradição no discurso do membro do Conselho, pois ele afirma a importância dessas trocas de favores, mas depois afirma que o Conselho é apolítico.

É importante observar que existe, nas falas, tanto do candidato, da membresia e do conselho de pastores, uma preocupação para que o relacionamento sempre melhore, pois os benefícios virão, sempre argumentando “que já são a maioria em nosso município”.

De acordo com Gaskill (2006, p. 218), “o elemento final da síntese dos paradigmas do processo político e da mobilização de recursos é a análise da mobilização de recursos”. Dessa forma, percebemos que o que garante o poder de barganha do Conselho de Pastores do Município do Cabo de Santo Agostinho é o modo como o argumento legal é utilizado em favor dos grupos evangélicos, de que já existe uma lei; falta, no entanto, que ela seja aplicada.

Logo, a análise das propostas e sua liberação são apenas consequência do poder de barganha já estabelecido entre as duas partes, uma vez que a legalidade de tais atos já se encontra, em teoria, presente pela lei.

3.2.3 Motivos do engajamento político na Câmara de Vereadores

Na fala do entrevistado seguinte, fica clara e notória a afirmação da necessidade dos evangélicos elaborarem um projeto político, com a intenção de participarem do governo municipal, e de como essa representação seria uma forma de consolidar o evangelho na Câmara Municipal.

Entrevistador/pesquisador: Quais os motivos do seu engajamento político no pleito eleitoral de 2004?

Entrevistado/Político 2: *“Quando me candidatei ao pleito de dois mil e quatro, tinha a consciência de que precisávamos ter representantes evangélicos para defender as causas do povo evangélico. Mediante essas questões, Deus colocou no meu coração esse propósito, por entender que a câmara do Cabo precisava ter representantes com compromisso na área evangélica”.*

Observamos, na fala acima, um discurso a partir de uma visão de mundo pessoal, uma vez que evidencia o projeto de um segmento, ou um projeto de sonhos pessoais associado em uma missão interpretada como tendo sido estabelecida por Deus. Sobre esse tipo de argumento, Ribeiro e Silva apontam para um dos tipos de pensamento que gera conflitos no âmbito público:

O conflito começa quando o outro percebe que as suas ideias, o seu jeito, a sua forma de ser, o seu mundo e ele próprio têm tanto valor quanto o conhecimento que lhe foi proposto. Nenhuma visão de mundo vem desacompanhada de uma visão de sociedade. A visão preconceituosa e de intolerância já faz parte da sociedade que estamos construindo ou que queremos construir. Na fundamentação da intransigência está a ordem de obedecer cegamente às diretrizes divinas, ou seja, é melhor obedecer a Deus do que aos homens (2007, p. 60).

Como observamos acima, uma das justificativas do discurso dos candidatos evangélicos a respeito dos seus engajamentos nos pleitos eleitorais nasce das questões trazidas pelo autor acima, “é melhor obedecer a Deus do que aos homens”.

Entrevistador/pesquisador: Quais os motivos do seu engajamento político no pleito eleitoral de 2004?

Entrevistado/Político 3: *“A igreja é uma instituição que reúne pessoas, aproxima as pessoas, e tem o poder de liderança na comunidade, mediante esses fatores, os líderes perceberam a grande força de mobilização que os evangélicos têm na cidade e começaram a discutir a possibilidade de ter representantes evangélicos na câmara, para defender os interesses dos evangélicos”.*

O candidato prossegue afirmando que a igreja tem o poder de liderança na comunidade e que os líderes evangélicos perceberam o tamanho dessa força, o que os motivou a começar o engajamento nos pleitos eleitorais. Os líderes começaram a lançar os seus candidatos, de forma bastante discreta, embora os apresentassem nos cultos, regularmente, tendo como argumento que o povo de Deus precisa se fazer presente no Legislativo municipal, conforme afirma Oro (2008, p. 124):

Seja como for, fica claro que, na IURD, a escolha dos candidatos é prerrogativa única e exclusiva dos dirigentes regionais e nacionais da Igreja, segundo os seus próprios cálculos e interesses. Não há nenhuma consulta democrática aos membros das igrejas locais. Estes recebem, no momento oportuno, o(s) nome (s) em quem devem votar. Muitas vezes, trata-se de pessoas pouco conhecidas pelos “irmãos da fé”. Isto, porém, não inviabiliza suas eleições.

O exposto pelo autor acima, indica que no pleito de 2004, da referida cidade estudada, também não havia consulta à membresia para escolher os representantes, tendo em vista que a escolha era realizada pelos líderes religiosos com base na submissão do candidato aos seus líderes, pois esses discursos eram sempre proferidos nos púlpitos, aos domingos, quando se afirmava que “o mandato era da igreja e não do candidato”.

Sendo assim, entendemos que o candidato eleito tem como missão primordial defender as necessidades do grupo religioso que o elegeu. As indicações eram a de pessoas escolhidas pelos líderes religiosos e, na imensa maioria das vezes, as escolhas dos candidatos recaíam sobre os irmãos da fé.

O posicionamento da membresia a respeito do engajamento político-partidário dos líderes religiosos é explicitado na entrevista abaixo, realizada com um membro da Assembleia de Deus.

Entrevistador/pesquisador: Quais os motivos dos engajamentos de alguns líderes religiosos evangélicos nos pleitos eleitorais?

Entrevistado/Membresia 3: *“Na minha visão, o pastor ou líder evangélico, pode candidatar-se, pois ele tem o direito, enquanto cidadão, de sair candidato em qualquer pleito eleitoral, no entanto, sem usar o título de pastor. Continuo afirmando que os pastores foram chamados para cuidar do rebanho da igreja, e fico sem entender esse deslocamento”.*

A entrevistada acha que a escolha dos candidatos evangélicos deveria ser pelos membros; deixando bem claro que os pastores não deveriam sair candidatos,

pois eles foram chamados para cuidar de seu rebanho. Ela ainda prosseguiu afirmando que usar o nome de “pastor” nos pleitos eleitorais não é legal. Observamos, em sua fala, que qualquer cidadão pode sair candidato, mas não necessariamente tem que ser um pastor.

No entanto, como o Conselho vê esse engajamento dos líderes religiosos nos pleitos eleitorais? A resposta, neste caso, parece acompanhar o arcabouço de opiniões anteriormente apresentadas.

Entrevistador/pesquisador: Qual a posição do Conselho de Pastores no engajamento dos líderes religiosos nos pleitos eleitorais?

Entrevistado/Conselho de pastores: *“No estatuto do Conselho de Pastores não podemos interferir nas decisões das denominações que fazem parte do conselho, pois as igrejas são autônomas, não há nenhuma interferência do Conselho de Pastores sobre nenhuma denominação. O objetivo principal do Conselho é aglutinar, no sentido de buscar a unidade, a igreja evangélica. Entretanto, quando há escândalo envolvendo pastores, como, por exemplo, o adultério, nesses casos de postura ética de pastores, o Conselho atua. Deixando bem claro que as igrejas são livres e autônomas para tomarem as decisões no âmbito político, para lançar candidato próprio ou apoiar outro candidato de outra igreja evangélica, isso vai depender dos acordos entre os líderes e pastores. Na última reunião do Conselho foi dada uma orientação para que os pastores não fizessem de seus templos comitês eleitorais, pois a política passa, mas a igreja de Cristo deve permanecer pura e irrepreensível diante da sociedade”.*

Quanto à posição do Conselho de Pastores a respeito do engajamento dos líderes religiosos nos pleitos eleitorais, o entrevistado disse que, pelo estatuto, as igrejas são autônomas, sem nenhuma gerência do conselho de pastores nos seus posicionamentos. Declarou que o conselho emitiu, em reunião realizada em setembro de 2016, algumas recomendações para tratar sobre o espaço político, pois, é necessário eles permanecerem puros e irrepreensíveis diante da sociedade. Entretanto, veremos no discurso do Conselho algumas contradições, no que ele afirmou acima.

Entrevistador/pesquisador: Qual o papel do conselho de pastores na articulação do projeto político do município?

Entrevistado/Conselho de pastores: *“Nós, que compomos o Conselho de Pastores da cidade do Cabo de Santo Agostinho, chamamos os dois candidatos mais bem cotados para conversar, para entender melhor as suas propostas de governabilidade. Somos pastores, mas também somos cidadãos, precisamos saber as propostas do próximo prefeito, pois a política municipal também vai interferir diretamente nas nossas igrejas”.*

Como podemos observar, o Conselho sugere que toda igreja tenha autonomia nas suas decisões político-partidárias, embora, em seguida, solicite uma reunião com os candidatos mais bem colocados na disputa ao Executivo, a fim de conhecerem os seus planos de governo. Como foi dito na entrevista acima, a intenção é tomar conhecimento de como as ideias podem repercutir - de modo contrário ou favorável - nas suas igrejas.

Entrevistado/ Membresia 3: “Nos cultos aos domingos, os candidatos são apresentados pelo pastor presidente à membresia, sendo uma prática habitual nos cultos dos finais de semana, nos pleitos eleitorais, no município do Cabo de Santo Agostinho”. Pois a situação que configura terem virado os templos “distritos eleitorais” é uma realidade na nossa cidade, posto que as igrejas acordam com um candidato, não permitindo apresentar outra candidatura.

É perceptível a obediência que os fiéis mantêm aos pastores, ou seja, eles não questionam e aceitam o discurso de conquista de território, dizendo que os crentes têm que estar em todas as esferas da sociedade.

3.2.4 Mobilização das igrejas para fazer política partidária

As igrejas evangélicas mobilizam seus fiéis para fazer política partidária a partir da fidelidade deles, pois a obediência é apregoada como uma das características dos pentecostais. O candidato sempre afirma que cada irmão deve defender um candidato evangélico. É importante consideramos as constatações feitas por Campos sobre os mecanismos usados pelos pastores para garantir a fidelidade de seus fiéis:

Em todos os aspectos fica evidente o quanto, nos anos de 1990, não somente o Protestantismo, como também o pentecostalismo mudaram e, nesse processo de recomposição do campo religioso, novos “políticos religiosos” surgiram, ao lado de uma renovação nas

relações com o mercado, com a mídia e do próprio Pentecostalismo consigo mesmo. Por isso mesmo, não se pode simplificar, considerando todos os grupos pentecostais (compostos por mais de 15 milhões de pessoas no Brasil), da mesma forma, como se houvesse uma unanimidade ou formassem todos os seus ramos um só bloco monolítico. (CAMPOS, 2006.p. 62).

Diante disso, precisamos deixar bem claro que, de fato, todos os pentecostais, mesmo pregando a unidade do Corpo de Cristo, não apresentam uma unidade entre eles. Deste modo, cada igreja pentecostal tem formas variadas de apresentação de seus candidatos.

Os evangélicos da Assembleia de Deus geralmente apresentam para a igreja os seus candidatos, como prefeito, deputados estadual e federal. Já a Igreja Pentecostal Assembleia de Deus apresenta os candidatos a vereadores e prefeitos somente na esfera municipal.

Entrevistador/pesquisador: O que você acha dos líderes religiosos usarem a membresia para fazer política partidária?

Entrevistado/Membresia 7: *“Eu acho que cada homem, cada mulher, deve ter consciência daquilo que está fazendo, das suas escolhas, eu não tenho que votar num seu fulano porque ele é o meu pastor, porque ele é o meu presbítero, não! Ele vai ser o meu vereador, ele vai ser o meu prefeito, ele vai ser o meu deputado, ele vai ser o meu governador, eu tenho que ver as propostas de trabalho dele, e não é a religião dele. A religião dele trata do ser humano que ele é, entendeu? O ser humano, a pessoa que ele é, e não do trabalho, o trabalhador que ele é, porque eu entendo um político como um trabalhador, um servidor público que tem suas limitações, ele não vai fazer tudo que ele quer e, como quer, não! Tem que estar dentro dos parâmetros daquilo que ele está seguindo, então ele vai trabalhar para o povo, não é para uma organização, não é para uma igreja, não é para um determinado grupo, porque, sendo assim, as coisas vão ser piores daqui pra frente”.*

O depoimento acima mostra que esse membro se coloca de forma autônoma, apontando o político como servidor público, que tem o dever de servir não somente um grupo determinado, ou seja, ela faz uma leitura mais ampla do que é ser um político. De acordo com Burity e Machado, essa pluralidade de fatores a ser analisadas durante o processo de escolha de voto reflete a conjunção de fatores que decide a escolha de determinado candidato.

Se uma coisa é a relação entre religião e estado; outra é a relação entre religião e política; e uma terceira ainda é a relação entre religião e voto. Todos os bons estudos mostram que numa sociedade como a nossa o voto não é uma escolha racional a partir de uma só variável, mas uma conjunção de fatores. Entre eles, a religião pode entrar como uma variável tão importante quanto ainda não analisada seriamente (BURITY; MACHADO, 2006, p. 2010).

Dessa forma, o modo como as igrejas realizam campanha e apresentam seus candidatos influi diretamente na escolha do fiel, ou se este vai aderir ou não à proposta apresentada. Da mesma forma, o fato de as igrejas se envolverem na política partidária também influi se o fiel vai aderir ou não ao projeto político destas instituições.

Entrevistador/pesquisador: Você concorda que os líderes religiosos mobilizem os membros para fazer campanha partidária?

Entrevistado/Membresia 7: “Não! Graças a Deus, na minha igreja, ninguém nunca fez isso, não”.

Entrevistador/pesquisador: Você se lembra de algum acontecimento marcante da igreja evangélica relacionado à candidatura de algum líder religioso nos pleitos eleitorais aqui no nosso município, tipo um pastor sair candidato ao pleito eleitoral na nossa cidade?

Entrevistado/Membresia 7: *“Eu lembro porque ainda era criança... o meu pastor já foi... pastor da igreja Pentecostal Assembleia de Deus já foi um vice-prefeito, mas eu não tenho noção de como foi isso porque eu era jovem ainda, por isso não lembro”.*

A partir das respostas dos Entrevistados/Membresia 3 e 7, percebemos uma quebra de uma homogeneidade de opiniões que, geralmente, são esperadas por parte do público evangélico.

Isso foi apontado por Burity e Machado como algo natural ao processo de pesquisa: “Não há padronização nas questões, de modo que, para algumas pesquisas é possível afirmar certas coisas, para outras pesquisas não é possível comparar os dados de maneira rigorosa” (2006, p. 178). Da mesma forma, por essas falas, percebe-se uma certa independência do fiel em relação aos candidatos propostos pela instituição.

É possível encontrar alguma evidência sobre a independência do eleitor brasileiro em relação ao poder de sugestão dos líderes

religiosos, que caso confirmada por outras sondagens, ajudaria a colocar no seu devido lugar a tendência a reações pânicas de setores das elites políticas e intelectuais ao que seria a sugestibilidade e manipulabilidade dos eleitores (BURITY; MACHADO, 2006, p. 207).

A posição da entrevistada acima é clara; no entanto, na sua igreja, não existe mobilização de fiéis pelos líderes da igreja, mas o pastor dela chegou a ser vice-prefeito da cidade. Diante dessa realidade, como podemos observar o projeto político implantado pelos pentecostais na cidade, mesmo que não seja claro para os fiéis. Campos (2006, p. 81) afirma:

A politização de uma igreja é uma consequência natural da multiplicação dos espaços sociais ocupados por ela na sociedade, do aumento da concorrência no campo religioso e da multiplicação de seus interesses patrimoniais, financeiros e burocráticos, que inicialmente seriam considerados meramente mundanos pelos empreendedores iniciais ou seus fundadores.

Podemos perceber que, de forma bem estratégica, a igreja vai ocupando os espaços sociais e, dessa forma, começando sua paulatina politização, como consequência das suas estratégias, na busca de mobilização para seus verdadeiros interesses patrimonial, financeiro e burocrático, questões anteriormente denominadas como coisa “do mundo” pelos fundadores.

Destacam-se as divisões de interesse entre os evangélicos frente a certas políticas públicas, a importância de interesses denominacionais e até congregacionais de evangélicos na política não-eleitoral, e as conexões (concretas e potenciais) entre a participação eleitoral dos evangélicos e sua influência na construção de políticas públicas após as eleições (GASKILL, 2006, p. 234).

Sobre essa questão e interesses diversos apontados por Gaskill, no que diz respeito à visão do Conselho de Pastores sobre a mobilização da igreja nos pleitos eleitorais, o autor destaca outros pontos fundamentais para se compreender essa relação entre os interesses particulares dos evangélicos e sua influência nas políticas públicas, essenciais para qualquer pesquisa sobre o tema, pontos estes que já foram abordados neste estudo.

Além desses aspectos, a explicação dos dois casos revela uma certa recursividade da relação entre líderes religiosos e sistema político. Alguns dos líderes religiosos envolvidos nas mobilizações políticas

havia participado na construção da própria estrutura de oportunidade política que depois vieram a restringir sua atuação política. Essa observação põe em relevo algo nem sempre tomado em conta pelos teóricos do paradigma do processo político: a natureza dinâmica e fluida – portanto política, no seu sentido clássico – da estrutura de oportunidades políticas (GASKILL, 2006, p. 234).

Sobre a questão da mobilização política feita por líderes religiosos, a posição apresentada por um dos membros do Conselho de Pastores é bem clara.

Entrevistador/pesquisador: Você concorda que os líderes religiosos mobilizem a membresia para fazer a política partidária?

Entrevistado/Conselho de pastores: *“Bom, nesse particular, cada pastor tem a sua liberdade, individualmente falando. Eu tenho ciência de que algumas igrejas estão lançando candidatos, sejam eles membros, ou pertençam à cúpula da direção da igreja, um pastor, um presbítero, um evangelista, e o que tenho percebido, é que as igrejas que estão apoiando um candidato natural, os pastores falam para a membresia a proposta de fulano de tal, explicam o porquê de ele estar sendo candidato e o porquê de a igreja estar apoiando. O objetivo do pastor apresentar um candidato a vereador, ou até mesmo indicar, ou dizer qual candidato deve ou pretende apoiar e, por isso, a igreja deve apoiar, eu não entro muito em detalhes porque é uma política individual de cada igreja. Sempre oriento, como presidente, quanto ao cuidado para não transformar o púlpito num palanque político porque ele é para divulgação do evangelho; fora do púlpito, se o pastor quiser conversar com a membresia e apontar um candidato natural da igreja ou apontar que está apoiando um fulano porque esse fulano tem visão comum com a igreja, soma com ela, não vejo mal algum nisso, sei que acontece, e que algumas igrejas nossas estão apoiando alguns candidatos”.*

Novamente vemos o posicionamento do Conselho em dizer que cada igreja é autônoma, dentro dos interesses do conselho. Existem recomendações para evitar levar candidatos ao púlpito das igrejas, mas o próprio Conselho de Pastores aconselha o pastor a conversar com a membresia a respeito do candidato da igreja, levando-a a entender que o candidato deverá ter a visão da igreja.

3.2.5 A proposta que os candidatos pentecostais defendiam no pleito eleitoral de 2004

Para identificar as propostas defendidas pelos candidatos evangélicos ao pleito eleitoral de 2004, levamos em consideração os depoimentos de alguns deles, pois, no projeto político dos candidatos, fica clara a defesa dos princípios da igreja. Para entendermos melhor, Campos (2006, p. 85) afirma:

Podemos concluir que o comportamento dos “políticos de Cristo”, ao contrário da forma de atuar de muitos dos antigos “políticos evangélicos”, não passa pela valorização do sistema partidário, nem pela defesa de ideologias políticas, propriamente ditas. Justamente porque a ação política deles se orienta muito mais pelas demandas corporativas, oriundas de suas respectivas associações religiosas, as quais transcendem os partidos, situação que explica a filiação dos “partidos de Cristo” a quaisquer partidos, independente de suas plataformas ou ideologias. Os partidos ou programas não lhes fazem diferenças alguma, porque o essencial para eles é a manutenção do apoio da Igreja que o elegeu. Sem essa Igreja, ele nada é; perde a função de locutor, pois o discurso não lhe pertence; não passa de um mero ator coadjuvante, que participa de uma dramaturgia que não dirige; e recebe da instituição que o escolheu um script pronto para uma atuação fundamentada na plena, total e irrestrita obediência às autoridades religiosas.

Os candidatos evangélicos pentecostais não têm nenhum compromisso com os partidos filiados, tampouco com a ideologia política deles, pois a orientação política dos candidatos é definida pela demanda corporativa das instituições religiosas, uma vez que é fundamental o candidato ter uma atuação fundamentada na plena e restrita obediência às autoridades religiosas.

Como estamos percebendo, a proposta que os candidatos defendiam no pleito de 2004, era defender os interesses dos evangélicos. As ideias de suas plataformas políticas têm que ser baseadas nas doutrinas religiosas dos grupos políticos. Na verdade, a Câmara será uma extensão de todas as doutrinas defendidas e seguidas por esse grupo religioso.

Entrevistador/pesquisador: Quais as propostas que você defendeu para chegar à Câmara Municipal?

Entrevistado/Político 8: *“Para mim a família, que é a base de tudo, pois nela estão os nossos valores éticos. Precisamos defender os valores cristãos através de grandes eventos, chamando todas as lideranças para essa mobilização, demonstrando a força que os evangélicos têm na nossa cidade. O mais importante é que a igreja evangélica ocupe seu espaço para fazer um governo inteligente, um governo voltado para os princípios da Bíblia. Afirmando que nós, evangélicos,*

precisamos nos envolver mais na política da nossa cidade. E não podemos esquecer que as propostas de qualquer candidato evangélico deverão ser na defesa da expansão do Reino de Deus. Os representantes nossos na Câmara facilitarão todos os recursos necessários para a sua expansão”.

Esse depoimento demonstra que os valores cristãos são defendidos como plataforma de campanha dos candidatos evangélicos, pois a defesa dos valores e bons costumes por eles difundidos ainda são requisitos importantes, evidenciados nas falas dos candidatos. Esses valores permeiam toda a doutrina religiosa, da qual o religioso candidato faz parte, pois, dessa forma, os fiéis são convencidos de que esses candidatos terão a grande missão da igreja na ocupação do espaço e na promoção da expansão política.

O depoimento de um membro da Assembleia de Deus, traz outros elementos importantes, conforme veremos abaixo.

Entrevistador/pesquisador: Quais as propostas que o candidato evangélico deve defender no pleito eleitoral?

Entrevistado/Membro 9: *“Na assembleia de Deus temos um pastor que representa nossa igreja. Ele, atualmente, está no cenário nacional da política brasileira. Posso afirmar que ele é um exemplo. Esse pastor deixou as atividades da igreja e agora atua nas atividades da política. Essa conquista, para nós, evangélicos, de termos um político evangélico na esfera da política brasileira, é sensacional. A chegada dos políticos evangélicos nas câmaras municipais, estaduais e federais vai amenizar a decadência moral do país e abençoar as igrejas evangélicas na sua expansão”.*

O depoimento desse membro deixa claro que as ideias contidas na plataforma política de cada candidato evangélico devem contemplar as questões morais; assim todo o representante da igreja evangélica deverá defender esses valores, pois eles estão dentro das doutrinas do seu grupo religioso, e precisa também ser levada como plataforma de campanha a expansão da igreja. São essas as propostas que os candidatos evangélicos apresentam nos pleitos eleitorais da nossa cidade.

Entrevistador/pesquisador: Quais as propostas que os candidatos evangélicos devem defender?

Entrevistado/Conselho de pastores: *“Existem algumas recomendações do conselho de pastores, como afirmei, recomendações, nas candidaturas dos irmãos líderes evangélicos inclusive a ele não utilizar o título de “pastor”. Mas eu concordo que os líderes evangélicos, possam sair candidatos aos pleitos eleitorais. Quero deixar claro que os candidatos evangélicos devam lançar-se nos pleitos eleitorais, representando a igreja evangélica, pois precisamos ter representantes nas câmaras municipais, estaduais e federais, para que a Bíblia seja o parâmetro de justiça e equidade, e a bandeira da plataforma política dos candidatos evangélicos, seja a defesa da ética, da moral e a promoção da igreja”.*

É enfática a recomendação de que todos os líderes religiosos que saírem candidatos em algum pleito eleitoral é a de sair candidato sem o título de “pastor”, pois esse é institucional e, ao longo dos anos, vem sofrendo autodesgaste.

Ainda que seja sempre preciso advertir de que este novo nunca aparece na sua pureza, como inusitado; o que é novo é sempre algo ambíguo, porque tem pedaços de processos que nunca simplesmente desaparecem – por exemplo, os evangélicos ainda estão resolvendo em sua cabeça sua relação com a política, com o Estado; se querem ter um projeto ou não; se têm um projeto ou não; se apoiam ou não sem reservas os seus próprios representantes que se apresentam no processo eleitoral.... Não há unanimidade ou uma definição estável em qualquer destas direções (BURITY; MACHADO, 2006, p. 208).

No entanto, o membro do Conselho concorda que a igreja evangélica tenha representantes na esfera política do nosso país, nos âmbitos municipal, estadual e federal, pois afirma que os evangélicos têm como fonte de fé a Bíblia. Continua afirmando que todos os candidatos devem ser orientados para que, na sua plataforma política, a principal bandeira de defesa seja pela ética, pela moral, pela justiça social. Finalizando, o membro do conselho afirma que os candidatos devem, na sua plataforma política, não esquecer a promoção da igreja evangélica, ou seja, a defesa dos interesses da igreja, como os benefícios materiais que a igreja possa necessitar do poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lançamos nosso olhar para história, encontramos a religião como elemento central e unificador nos aspectos políticos e culturais dos povos. O Estado e as sociedades humanas tiveram como fio condutor a religião. A complexidade cultural religiosa é, ao mesmo tempo, sinônimo de união, de missão para uns, e para outros, motivos de discórdia, um jogo de interesses pelo poder.

A dimensão política da religião se constitui um enorme desafio para os fiéis e seus líderes. A política é uma força poderosa enquanto elemento de argumentação e convencimento por meio das palavras e das ações concretas. Seja para o bem ou para o mal. Na verdade, entre religião e política, reside uma linha tênue permanente. É possível que um fiel ou líder religioso possa assumir com toda sua humanidade uma missão altruísta, mas também essa mesma condição humana pode levar um indivíduo ao fascínio e a vaidade pelo poder. A tribuna da Câmara de vereadores do cabo de santo Agostinho e o púlpito de uma igreja são espaços por excelência de exercício da palavra. Por conseguinte, de palavras que conduzem as ações políticas com as mais diversas intenções.

Em um processo democrático no qual as instituições municipais (o Executivo e o Legislativo) dão claros sinais de fragilidade, um grupo que apresenta poder de mobilização e adesão de seus membros pode vir a figurar como ameaça. Assiste-se, no Brasil, a uma certa desmobilização dos sindicatos, partidos, associações de bairro e grupos organizados; em contrapartida, observamos os templos evangélicos se multiplicarem pelo espaço físico, e o número de fiéis não parar de crescer.

A relação entre religião e política, no século XX, demonstrou-se na inserção, gradativa, dos atores evangélicos na esfera política brasileira. O processo de redemocratização da sociedade brasileira, iniciado na década de 1980, deliberou a atuação dos movimentos sociais na participação da sociedade civil. Os evangélicos, naquele momento, cobraram os seus “direitos sociais” (o seu reconhecimento). Essa busca de participação das instituições religiosas evangélicas na sociedade brasileira reconfigurou a secular posição que o catolicismo ocupou na vida social dos brasileiros.

Do ponto de vista do ecumenismo, o Conselho Mundial de Igrejas teve um papel central na formação do movimento ecumênico brasileiro, que, por sua vez, foi

organizado pelas Igrejas históricas em torno de pautas comuns, sobretudo dentro da política e da atuação social das igrejas. Com o ingresso de igrejas pentecostais e o decorrente crescimento dos evangélicos no país, tais igrejas buscaram novas formas de associações, em especial, em nível local, dando origem assim aos conselhos municipais, sendo, pois, a origem do Conselho de Pastores do Cabo, em 1998.

Analisando o perfil dos candidatos, das igrejas envolvidas e das pautas tratadas por esses grupos associados, nas respostas que obtivemos, não há nenhum programa acordado entre as igrejas evangélicas. Os evangélicos pentecostais que pleiteavam cargos públicos, baseados nos votos evangélicos, estão pulverizados em duas denominações: Assembleia de Deus e Pentecostal Assembleia de Deus.

Em linhas gerais, procurou-se elencar alguns dos principais elementos que demonstram os mecanismos de articulação desenvolvidos pelos pentecostais na dinâmica política local. Nota-se que esse fenômeno religioso está sob uma organização religiosa hierarquizada que direciona seus interesses, seja ele no âmbito político e/ou institucional, no êxito de suas representações políticas e dos seus benefícios em vista de conquistas eleitorais e proselitistas. Para isso, os evangélicos pentecostais estabelecem alianças (“compromissos”) políticas que possibilitam a influência institucional e política no município.

Observamos o exercício político e de profissão de fé como instrumento de ação política e de assistencialismo social por parte dos representantes e líderes do pentecostalismo evangélico, sobretudo se fazendo presentes no plenário da câmara de vereadores. Legislando, inclusive, em função das suas convicções religiosas no contexto de uma aparente laicidade.

Com a pesquisa aqui efetuada, pudemos chegar a algumas conclusões, brotadas dessas relações de poder, constituindo uma cadeia de fatos que se sucedem, sendo eles relacionados às ações perpetradas pelas Igrejas, seus candidatos e o Conselho de pastores, cujos objetivos são os seguintes:

1) a construção de alianças entre as próprias Igrejas para eleger candidatos. Com a eleição, os pastores tentam levar os valores que difundem em suas igrejas para a Câmara;

2) com a presença na Câmara, buscam fomentar doações para os eventos evangélicos pelo Poder Público para as suas respectivas instituições e, assim, obter novos espaços de culto;

3) a captação de recursos para promoção das cruzadas evangelísticas, no município, de modo a movimentar o público evangélico em torno das atividades das Igrejas, sempre busca vincular tais eventos à instituição.

A partir desses pontos elencados, podemos compreender quais são os verdadeiros interesses no relacionamento entre o município e as Igrejas.

Podemos concluir que nos depoimentos dos entrevistados existem muitos elementos em comum, como a defesa da família e dos valores éticos e morais; mas, nas igrejas pentecostais, o que mais prevalece são os benefícios que a igreja terá para sua expansão, como, por exemplo, nas cruzadas evangelísticas, na abertura de um templo, no apoio às atividades de cada igreja, nas atividades de grande expressão nas ruas da cidade.

Dessa forma, as alianças, associações e eventos organizados pelos candidatos têm majoritariamente a função de fortalecer suas próprias estruturas de poder, políticas e eclesiásticas, de modo que, a partir dessa atuação, possam ser reconhecidos como “homens santos”, “engajados no projeto de Deus”, garantindo, assim, a reeleição própria ou dos candidatos que venham a lançar nas eleições seguintes.

Por outro lado, há pouca clareza de tais laços políticos e como tais candidatos se lançam na política. Esse potencial de apoio eleitoral na cidade, por parte da máquina pública, move as mais diversas denominações a se engajarem politicamente, apesar das diferenças institucionais. E como consequência desse processo, temos uma gama crescente de candidatos evangélicos no município do Cabo de Santo Agostinho.

Esta pesquisa buscou fomentar a discussão em torno do fenômeno da “participação das igrejas pentecostais, no pleito eleitoral de 2004, no município do cabo de santo Agostinho”, compreendendo melhor os mecanismos adotados por políticos pentecostais e como eles movimentam suas instituições e fiéis para alcançar as metas político-partidárias estabelecidas.

Encerrando este trabalho, é preciso dizer que é sempre necessário atualizar pesquisas nessa área, pois, a cada eleição, o cenário registra algumas mudanças,

pois os agentes não são mais os mesmos e o contexto, nas dimensões social, política, econômica e religiosa pode sofrer alterações em alguns dados aqui apresentados.

Faz-se necessário que a sociedade, igrejas e os políticos debatam a relevância, mas também os limites da relação entre política e religião. Para não alimentarmos espaço para o surgimento de guardiões de doutrinas religiosas com posicionamento radical. Cabe alertar que os políticos religiosos, mesmo movidos pelo conjunto de valores culturais da moral cristã presente na sociedade, nem por isso podem impor uma legislação a partir de uma concepção doutrinária.

Precisamos entender que não se faz política, despido de crença religiosa. Por que essa última também é uma dimensão presente e legítima das sociedades. Porém somos desafiados a entender e agir no contexto de um regime democrático, cujos espaços de poder político, em especial, as casas legislativas não concebem posicionamentos dogmáticos. A pluralidade de pensamento e de credo é condição inegociável para uma sociedade mais humana e mais justa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo, Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BETTENSON, Henry. **Documentos da Igreja Cristã**. São Paulo: ASTE, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Vade Mecum Rideel - Concursos e OAB. 17. ed. São Paulo: Rideel, 2013.

BURITY, Joanildo A. **Identidade e política no campo religioso**: estudos sobre cultura, pluralismo e novo ativismo eclesial. Recife: Ed. UFPE, 1997.

_____. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Teoria & sociedade**. Revista dos departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia da UFMG, Belo Horizonte, n. 8, 2001.

_____. Mudança cultural, mudança religiosa e mudança política: para onde caminhamos? In: BURITY, Joanildo (Org.). **Cultura e identidade**: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Religião, política e Cultura. **Tempo social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2008.

_____; MACHADO, Maria das Dores C. (Orgs.). **Os Votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

CAMPOS, Leonildo Silveira. De políticos de cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J.; MACHADO, M. D. **Os votos de Deus**: Evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Editora Massangana, 2006.

CARNEIRO, L. P. Cultura Cívica e Participação Política entre evangélicos. In: FERNANDES, Rubem César e outros (Orgs.). **Novo Nascimento**: Os Evangélicos, na Igreja, em Casa e na Política. São Paulo: Mauad, 1998, v. 1.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Rio de Janeiro ; Florianópolis: FGV/EDUFSC, 2002.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**. 13. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

CASANOVA, José. Public religions revisited. In: DE VRIES, H. (ed). **Religion: Beyond the Concept**. New York. Fordlham University Press. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phd?pid>. Acesso em: 29 nov. 2011.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. **A conferência do Nordeste; Cristo e o processo revolucionário brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Loqui, 1962.

CPRH - AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. **Análise Situacional – Cabo de Santo Agostinho**. Disponível em: www.cprh.pe.gov.br/downloads/pnma2/projeto-orla-cabo/3.1analisesituacional.pdf. Acesso em: 25 jul. 2017.

FARIA, Vilmar. As eleições de 1974 no Estado de São Paulo: uma análise das variações inter-regionais. In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (eds.). **Os Partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FIGUEIREDO FILHO, Valdemar. **Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política**. São Paulo: Annablume, 2005.

GASKILL, Newton. Estrutura política e a mobilização política de líderes religiosos: Os casos do SIMEESP e do Conselho de pastores do estado de São Paulo. In: BURITY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores C. (Orgs). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

IBGE. **Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios – resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Ministério Público em defesa do estado Laico**. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2014.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (eds.). **Os Partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

_____. **A atuação dos evangélicos na política institucional e a ameaça às liberdades laicas no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. Os evangélicos e a política. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. São Carlos, v. 2, n. 2 (4), p. 91-112, agosto-dezembro/2006.

MARIANO, Ricardo. O futuro não será protestante. **Ciências Sociais e Religião**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 89-114, 1999.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da igreja universal. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. **Estud. Av.** São Paulo, v. 18, n. 52, dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-401420004000300010&script=sci_arttext&ting=en. Acesso em: 16 dez. 2015.

_____. **Neopentecostais: Sociologia do novo Pentecostalismo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

MARIZ, Cecília; GRACINO JR, Paulo. As igrejas pentecostais no Censo de 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em movimento: censo de 2010**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MIRANDA, Mario de França. **Igreja e sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, UFSC, v. 1, n. 3, 2003.

NOVAES, R. R. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Luiz (org.). **Política e cultura: século XXI**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ALERJ, 2002. pp. 63-97.

ORO, Ivo Pedro. Políticas e religião no Rio Grande do Sul. **Revista Horizontes Antropológicos**, Belo Horizonte, v. 7, n. 15. p. 79-161, 2001.

_____. **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PINHEIRO, Áurea; ARAÚJO, Pedrina Nunes. **Senhoras da Fé identidade patrimônio**: uma análise historiográfica dos rituais de reza e cura das rezadeiras em Teresina. ANPUH, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1091.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2015.

PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO. **Nossa cidade**. Disponível em: <www.cabo.pe.gov.br/nossa-cidade/>. Acesso em: 25 jul. 2017.

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). **Economia Brasileira no Processo de substituição de importação**. “A grande Depressão”. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

REILY, Ducan. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1984.

REIMER, Haroldo. **Liberdade religiosa na História e nas Constituições do Brasil**. São Leopoldo, Oikos, 2013.

REIS, Fábio Wanderley. As eleições em Minas Gerais. In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (eds.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RIBEIRO, Maria Bueno; SILVA, Clemildo Anacleto da. **Intolerância Religiosa e Direitos Humanos**. Porto Alegre: Meridional, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: PubliFolha, 2006.

SANTA ANA, Julio H. **Ecumenismo e libertação**. Petrópolis, Vozes, 1987.

SIEPIERSKKI, Paulo. Pós-Pentecostalismo e Política no Brasil. **Estudos teológicos**. São Paulo: Paulinas, v. 37, 1997.

SILVA, Elizete de. **O Conselho Mundial de Igrejas e a Trajetória do Ecumenismo no Brasil**. Trabalho apresentado no XII Simpósio da ABHR, 31/05 – 03/06 de 2011, Juiz de Fora (MG), GT 02: Evangélicos protestantes e o ecumenismo. 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Uma História do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

TEIXEIRA, Faustino. O Censo de 2010 e as religiões no Brasil: esboço de apresentação. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em movimento**: o Censo de 2010. Petrópolis, Vozes, 2013.

_____; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em movimento**: o Censo de 2010. Petrópolis, Vozes, 2013.

VON SINER, Rudolf. O Debate Eclesiológico no Conselho Mundial de Igrejas. **Ver. Trim.** Porto Alegre. v. 36. n. 153. p. 599-621, Set, 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA OS
CANDIDATOS AOS PLEITOS, A MEMBRESIA DAS IGREJAS PENTECOSTAIS E
AO CONSELHO DE PASTORES**

1 – Dados do Projeto de Pesquisa.

Nome do Projeto: EVANGÉLICOS VÃO ÀS URNAS: PARTICIPAÇÃO DAS IGREJAS PENTECOSTAIS NO PLEITO ELEITORAL DE 2004 NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE.

Coordenador: Prof. Dr. José Tadeu Batista de Souza

2 – DADOS DO ENTREVISTADOR

2.1. ENTREVISTADOR

Nome Completo: RICARDO JORGE SILVEIRA GOMES

Data de nascimento: 23 de março de 1972

Fone: (81) 9 87758660 – (81) 9 96103281

E-Mail – ricardojorgesg@hotmail.com

Profissão: Docente

3 – DADOS DO DEPOENTE

Nome:

Resumo Biográfico:

Data de nascimento:

Fone: (81)

E-mail:

Profissão:

4 - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA

4.1. Informações

- ✓ Qual é o seu nome completo?
- ✓ Em que ano e em que cidade você nasceu?
- ✓ Onde vive atualmente e qual sua principal ocupação?

4.2. Relação Estado/Igreja – Candidatos Evangélicos aos Pleitos

- ✓ Qual sua visão a respeito do relacionamento entre o Governo Municipal e a Igreja evangélica?
- ✓ Quais os motivos do seu engajamento político nos pleitos eleitorais?
- ✓ Como você mobilizar e influencia os membros da sua igreja para fazer política partidária? Como era a relação entre os líderes candidatos e sua membresia?
- ✓ Quais as contribuições dos vereadores evangélicos eleitos na Câmara de vereadores do Cabo de Santo Agostinho? Você poderia citar algum Projeto de Lei proposto pelo candidato eleito?
- ✓ Quais as propostas que os candidatos aos pleitos eleitorais geralmente defendem?

4.3. Relação Estado/Igreja – Membros Evangélicos Pentecostais

- ✓ Qual sua visão a respeito do relacionamento entre o Governo municipal e Igreja evangélica?
- ✓ Quais os motivos do engajamento de alguns líderes evangélicos nos pleitos eleitorais?
- ✓ Os líderes religiosos influenciam os fiéis a fazerem parte da política partidária? Como era a relação entre líderes candidatos e sua membresia?
- ✓ Você lembra-se de algum acontecimento marcante da igreja evangélica relacionado à candidatura de algum líder religioso nos pleitos eleitorais?
- ✓ Quais os benefícios que a comunidade evangélica obtém com os candidatos eleitos?

4.4. Relação Estado/Igreja – O Conselho de Pastores do Cabo de Santo Agostinho - PE.

- ✓ Qual sua visão a respeito do relacionamento entre o governo Municipal e Igreja evangélica no município do Cabo de Santo Agostinho?
- ✓ Os membros das Igrejas Pentecostais precisam ter autorização do Conselho de Pastores para saírem candidatos ao pleito eleitoral? Justifique.
- ✓ Qual o papel do Conselho de Pastores na articulação do projeto político do município?
- ✓ O Conselho de Pastores mobiliza e influencia os membros da sua igreja para fazer política partidária? Como era a relação entre os líderes candidatos e sua membresia?
- ✓ Qual o papel do Conselho de Pastores nas igrejas evangélicas?

5 - DADOS DA ENTREVISTA

Tipo: Tradição oral

Entrevistador (es):

Data da entrevista:

Horário de início:

Horário de término:

Formato de gravação:

Gravação de áudio:

Transcrição:

Sumário:

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Candidato, Membresia e Conselho de Pastores)**

Prezado (a) participante: Sou mestrando do curso de Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do Prof. Dr. José Tadeu Batista de Souza, cujo objetivo é analisar a participação das Igrejas Pentecostais no pleito eleitoral de 2004 no município do Cabo de Santo Agostinho-PE.

Sua participação envolve uma entrevista semiestruturada com o candidato, com o membro de uma igreja pentecostal e com um membro do conselho de pastores, composta de 05 questões que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de até 1 hora. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador Ricardo Jorge Silveira Gomes, fone (81) 987758660 ou pela entidade responsável – Universidade Católica de Pernambuco.

Atenciosamente,

Ricardo Jorge Silveira Gomes
CPF: 887.895.274-53
Matrícula da UNICAP: 2015600538

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

----- Recife, / / .

Nome:
CPF:

APÊNDICE C – VISÃO GERAL DAS CATEGORIAS

EIXO	OBJETIVO DO EIXO	CATEGORIAS	OBJETIVO DA CATEGORIA
Eixo I Dados pessoais do depoente	Compreender a influência/ contribuição da escolaridade dos interlocutores nos pleitos eleitorais de 2004.	Escolaridade	Compreender os interlocutores levando em consideração sua escolaridade nas intervenções partidária.
		Experiências profissionais	Compreender o percurso profissional dos interlocutores e o rebatimento dessas experiências em suas intervenções junto às suas candidaturas.
EIXO	OBJETIVO DO EIXO	CATEGORIAS	OBJETIVO DA CATEGORIA
Eixo – 2 Relação Estado/Igreja – Candidatos Evangélicos ao Pleito de 2004.	Investigar/ Identificar os reais motivos dos candidatos líderes religiosos no pleito eleitoral de 2004 no Municipal do Cabo de Santo Agostinho.	Relacionamento - Governo municipal/ igreja evangélica.	Perceber a visão dos candidatos evangélicos sobre o relacionamento da igreja evangélica com o governo executivo.
		Motivos do engajamento políticos.	Descreve os motivos de cada candidato teve para o seu engajamento no pleito de 2004.
		Mobilização da Igreja para fazer política partidária.	Compreender as estratégias utilizadas pelos líderes evangélicos para mobilizar a membresia para fazer política partidária.
		Relacionamento entre líderes candidatos e a membresia.	Identificar como era o relacionamento entre os líderes candidatos e a membresia.
		O papel do político evangélico na Câmara de vereadores.	Analisa o papel do candidato evangélico no legislativo.
		A proposta que os candidatos evangélicos defendiam no pleito de 2004.	Compreender as propostas dos candidatos evangélicos no pleito de 2004.
EIXO	OBJETIVO DO EIXO	CATEGORIAS	OBJETIVO DA CATEGORIA
Eixo-3 Relação	Compreender/investigar o posicionamento dos membros das igrejas evangélicas	Relacionamento - Governo municipal/ igreja evangélica.	Perceber a visão dos membros das igrejas evangélicas pentecostais sobre do relacionamento da

Estado/Igreja – Membros Evangélicos Pentecostais	pentecostais em relação de alguns líderes religiosos evangélico no pleito eleitoral.		igreja evangélica com o governo executivo.
		Motivos do engajamento políticos.	Descreve a opinião dos membros da igreja sobre dos líderes candidatos no pleito eleitoral.
		Mobilização da Igreja para fazer política partidária.	Identificar o posicionamento dos membros a respeito dos líderes candidatos evangélicos mobilizarem a igreja para a suas candidaturas.
		Relacionamento entre líderes candidatos e a membrosia.	Pontuar como os candidatos líderes relacionavam com os membros de suas igrejas.
		O papel do político evangélico na Câmara de vereadores.	Entender a visão dos membros evangélicos sobre a função do vereador.
		A proposta que os candidatos evangélicos defendiam no pleito de 2004.	Identificar nos discursos dos membros, as propostas dos candidatos.
EIXO	OBJETIVO DO EIXO	CATEGORIAS	OBJETIVO DA CATEGORIA
Eixo-4 Relações Estado/Igreja – Presidente do conselho de pastores	Analisar/investigar o papel do Conselho de Pastores do Cabo de Santo Agostinho na construção da plataforma política dos pentecostais.	Relacionamento - Governo municipal/ igreja evangélica.	Compreender como o conselho vê o relacionamento entre a igreja evangélica e o governo municipal.
		Motivos do engajamento políticos.	Entender os verdadeiros motivos do lançamento da política partidária dos evangélicos.
		Mobilização da Igreja para fazer política partidária.	Pontuar e discutir se há atribuições do Conselho de pastores na construção da plataforma política evangélica do Cabo de Santo Agostinho.

		Relacionamento entre líderes candidatos e a membresia	Perceber o posicionamento do Conselho de pastores em relação aos líderes candidatos
		O papel do político evangélico na Câmara de vereadores.	Identificar a compreensão do conselho de pastores sobre o papel do político na câmara de vereadores.
		A proposta que os candidatos evangélicos defendiam no pleito de 2004.	Investigar através dos discursos dos pastores do conselho as propostas dos candidatos no pleito de 2004.